

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

KARINA DA SILVA COELHO

**ENTRE *ILHAS* E *COMUNIDADES*: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARQUE NACIONAL DO
SUPERAGUI**

Curitiba

2014

KARINA DA SILVA COELHO

**ENTRE *ILHAS* E *COMUNIDADES*: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARQUE NACIONAL DO
SUPERAGUI**

Dissertação de Mestrado em Antropologia Social
apresentada no programa de Pós-graduação em
Antropologia Social da Universidade Federal do
Paraná, sob a orientação da Professora Doutora
Edilene Coffaci de Lima.

Curitiba
2014

**ENTRE *ILHAS E COMUNIDADES*: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARQUE NACIONAL DO
SUPERAGUI**

KARINA DA SILVA COELHO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauro Willian Barbosa de Almeida

Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes

Prof. Dra. Edilene Coffaci de Lima

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas participaram do processo de construção desse trabalho, às quais gostaria de manifestar meus sinceros agradecimentos. Ao longo dos últimos três anos, conheci, convivi e dialoguei com muitas pessoas que, muito mais do que fazer parte do meu universo de pesquisa, se tornaram amigos e muito me ensinaram. Às famílias de Barbados que tão bem me acolheram durante a pesquisa de campo, agradeço pelo carinho, compreensão e paciência com que me receberam em suas casas e em seu cotidiano. Agradeço também aos moradores das ilhas de Saco do Morro, Bertioga, Sebuí, Poruquara, Barra do Superagui, Vila das Peças, Medeiros, Vila Mariana, Taquanduva, Almeida e Cerco Grande, que tive a oportunidade de conhecer durante o trabalho de campo e durante a *Viagem de Canoa*. Aos colegas e amigos que me levaram para a baía de Pinheiros e Barbados pela primeira vez, Gabriel e Lígia, sou muito grata! Agradeço também aos amigos Renato, Letícia pelas longas conversas e momentos juntos. A generosidade e admiração que vocês têm pela região é inspiradora, sou muito grata. Aos colegas do GT dos Pescadores Artesanais e ao MOPEAR, agradeço pelo diálogo e pela oportunidade de participar das reuniões do grupo. Tenho admiração e carinho por cada um de vocês.

À Edilene Coffaci de Lima, agradeço por todas as conversas que tivemos, pelos apontamentos e idéias para desenvolver a pesquisa. Obrigada pelo incentivo e pelos conselhos para o trabalho de campo, foram muito importantes.

Agradeço ao Ricardo Cid Fernandes pelo diálogo constante e pelo incentivo que sempre deu à minha incursão para a Antropologia, muito obrigada! Agradeço também ao Mauro Almeida, por gentilmente ter aceitado o convite para participar da banca de defesa. À Liliana Porto, agradeço pela leitura atenta e por todas as sugestões que fez durante a banca de qualificação, e durante as aulas de Antropologia Rural. Agradeço também às professoras Ciméa B. Bevilaqua e Laura Pérez Gil pelas aulas e discussões inspiradoras.

À minha família. Agradeço por todo o apoio e confiança nas minhas ideias, mas principalmente pela paciência e compreensão que sempre tiveram comigo! Meu amor e admiração por vocês é sem fim.

Aos meus queridos amigos agradeço pela companhia, parceria, pelas conversas inspiradoras e pelos momentos incríveis. Sem vocês nada disso faria sentido!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir os processos de apropriação e atualização das leis ambientais pelos moradores das vilas localizadas dentro e no entorno do Parque Nacional do Superagui (Guaraqueçaba/PR), a partir da pesquisa de campo na vila de Barbados e de alguns momentos políticos relevantes para os moradores durante o ano de 2013. Ao abordar os conflitos socioambientais gerados pela criação da Unidade de Conservação, estruturo a pesquisa a partir de dois eixos: o primeiro se refere ao contexto interno das vilas e em como as leis ambientais são internamente manejadas pelos moradores. Nas dinâmicas internas, as relações entre vizinhos são baseadas em acordos e regras de costume que influem sobre as relações políticas e de trabalho. As relações são dotadas de um caráter agonístico que é reforçado pela moralidade e pela fofoca. O segundo refere-se às articulações dos moradores com agentes externos e à sua organização política: frente às restrições de manejo, através das Associações de Moradores e do Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná (MOPEAR); frente à mobilização pelo reconhecimento de seus direitos enquanto população tradicional. Essas questões serão discutidas à luz da articulação política dos caiçaras e/ou pescadores artesanais frente à atual elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui, para o qual o MOPEAR conta com o apoio de diversos agentes externos. Através da etnografia foi possível perceber que em ambos os contextos os moradores articulam denominações específicas sobre o território: internamente, o território é constituído de *ilhas* ou, no contexto das relações com agentes externos, de *comunidades*.

Palavras-chave: Populações tradicionais; Conflitos socioambientais; Caiçaras; Pescadores artesanais.

ABSTRACT

This work aims to discuss the processes of appropriation and updating of environmental laws by residents of villages located inside and around the Parque Nacional do Superagui (Guaraqueçaba/PR), from field research in the village of Barbados and from some relevant political moments for residents during the year of 2013. In addressing socio-environmental conflicts generated by the creation of the Conservation Unit, I organize the research from two points: the first refers to the internal context of the villages and how environmental laws are internally managed by the residents. In the internal dynamics, relations between neighbors are based on agreements and custom rules that actuate on political and work relations. Relationships are endowed with an agonistic character that is reinforced by morality and by gossip. The second point refers to the relationships of residents with external agents and their political organization: facing the restrictions handling, through the Neighborhood Associations and the Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná (MOPEAR); and facing the mobilization for recognition of their rights as traditional population. These issues will be discussed in light of the political articulation of native population facing the current elaboration of the Management Plan for the Parque Nacional do Superagui, for which the MOPEAR has the support of many external agents. Through ethnography it was realized that in both contexts the residents articulate specific names on the territory: internally, the territory consists of *islands* or, in the context of relations with external agents, *communities*.

Keywords: Traditional populations; Socio-environmental conflicts; Caiçaras; Artisanal fishermen.

LISTA DE SIGLAS

ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CAOPDH	Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Humanos
CAPOIB	Centro de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPEDH	Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DPE	Defensoria Pública do Estado
DPU	Defensoria Pública da União
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESEC	Estação Ecológica
FBDH	Fundo Brasil de Direitos Humanos
FORMAD	Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens.
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas

MOIRPA	Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MOPEAR	Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil
MST	Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PARNA / PNS	Parque Nacional do Superagui
PNCS	Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil
PNPCT	Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais
PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEJU	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVS	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
TBC	Turismo de Base Comunitária
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1: Canoas rebocadas pelo barco de apoio durante a <i>Viagem de Canoa</i>	11
Figura 2: Doações arrecadadas para a <i>Viagem de Canoa</i>	14
Figura 3: Entrega das doações para os moradores de Taquanduva.....	15
Figura 4: Oficina de sementes na comunidade de Taquanduva.....	17
Figura 5: Vista (a partir do barco de apoio) das canoas com velas improvisadas.....	18
Figura 6: Vista da baía de Laranjeiras da aldeia Kuaray Guatá-Porã - Cerco Grande.....	19
Mapa 1: Localidades rurais de Guaraqueçaba.....	31
Mapa 2: Unidades de Conservação no município de Guaraqueçaba.....	47
Figura 7: Croqui de localização das casas em Barbados.....	65
Figura 8: Sapateiros em Saco do Sambaqui.....	69
Figura 9: Vista das casas construídas na encosta do morro no Sambaqui em Barbados.....	70
Figura 10: Representação da localização do pesqueiro Alagado.....	77
Figura 11: Cartazes do MOPEAR.....	127

SUMÁRIO

Introdução	10
O trabalho de campo	25
A estrutura dos capítulos.....	28
Capítulo I – A baía de Pinheiros e suas múltiplas territorialidades	30
Guaraqueçaba em aspectos geográficos.....	30
Contextualização histórica	32
A perspectiva do isolamento.....	32
A Colônia Superagui.....	37
A Companhia Agropastoril Litorânea Paraná S/A	44
Os “anos verdes” e a criação das Unidades de Conservação.....	45
As vilas da Baía de Pinheiros.....	49
O Turismo de Base Comunitária.....	56
Múltiplas territorialidades.....	59
Capítulo II – <i>Ilhas</i>: agência e dinâmicas internas	62
O cotidiano em Barbados.....	63
A pesca como profissão	74
Relações de trabalho a partir da pesca	81
Organização política	85
“Nossa geladeira continua sendo o mar”	87
A cozinha comunitária	90
A complexidade dos conflitos.....	93
Dois bailes na páscoa	98
Moralidade e Fofoca	100
Capítulo III - <i>Comunidades</i>: relações políticas entre moradores e agentes externos	107
Instrumentos jurídicos e a constituição de novos sujeitos de direito.....	114
“Na terra e no mar, nós vamos lutar!”	125
As redes em articulação	146
Considerações finais	149
Referências Bibliográficas	157
Anexos.....	163

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como base meu trabalho de campo em Barbados, uma vila localizada na Ilha do Superagui, município de Guaraqueçaba, no litoral norte paranaense. Durante a pesquisa de campo conheci outras vilas da baía de Pinheiros e da baía de Laranjeiras, e ao transitar entre elas pude perceber algumas dinâmicas da região, e algumas diferenças relacionadas à presença de diferentes Unidades de Conservação em seus territórios. Em dezembro de 2013 estive em uma audiência pública convocada pelo Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná (MOPEAR) na Barra do Superagui – um momento político importante para os moradores da região. A partir destas incursões à região a presente etnografia se concentra em dois grandes temas: as dinâmicas internas das *ilhas* – tendo como referencial a vila de Barbados; e as articulações políticas dos moradores da região com agentes externos. Início com um relato acerca da *Viagem de Canoa* em 2013, quando tive a oportunidade de transitar entre várias vilas da região.

1º de julho de 2013. Catorze canoieiros saíram de Vila das Peças/Ilha das Peças (município de Guaraqueçaba) em direção à Ilha das Bananas (município de Paranaguá). As canoas a remo eram acompanhadas por duas bateiras¹ que serviriam como barcos de apoio durante a viagem e levavam doações e as nossas mochilas. Como o tempo estava escuro e o mar agitado, fomos rebocados pelas bateiras por cordas que eram amarradas entre a embarcação e as canoas, e assim seguimos, uma atrás da outra até Bananas, uma pequena Ilha sem moradores localizada na baía de Laranjeiras, ponto de parada para bandos de aves marinhas.

¹ Bateira é uma pequena embarcação a motor (feita de madeira ou fibra) muito utilizada no litoral paranaense.



Figura 1: Canoas rebocadas pelo barco de apoio durante a *Viagem de Canoa*. Fonte: Bruna Hakim, 2013.

Chegamos em Bananas ao entardecer, atracamos as canoas, as amarramos juntas, e arrumamos nossas coisas para dormir em uma gruta da Ilha. Estávamos em dezesseis pessoas participando da *Viagem de Canoa* e como nem todos haviam tido oportunidade de conversar, aquela noite seria o momento para o grupo se apresentar, conversar e pensar sobre a Viagem. Nos meses que antecederam julho, os organizadores da Viagem organizaram um grupo em uma rede social para que os canoieiros pudessem se conhecer e trocar ideias sobre a viagem, sobre as campanhas para arrecadação de agasalhos, e sobre o contexto socioambiental da região. Alguns trabalhos produzidos pelo Projeto Cultimar² foram compartilhados neste grupo, como o “Mapa de Uso Caiçara”³, e as

² O projeto Cultimar foi criado no ano de 2005 pelo Grupo integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais da UFPR, e é responsável por importantes ações na região. O projeto, “fundamenta-se na necessidade de criação de novas fontes de renda para as comunidades tradicionais da região litorânea, de forma sustentável e que não descaracterize o ambiente natural ou as atividades tradicionais dessas áreas”. A proposta, portanto, é trabalhar na região com maricultura como geração de renda e educação ambiental. Fonte: <http://cultimar.org.br/site/>, visualizado em 20/08/2014.

³Disponível em: <http://cultimar.org.br/site/conserva%C3%A7%C3%A3o/mapa-de-uso-cai%C3%A7ara.html>, visualizado em 20/08/2014.

cartilhas “Recursos Naturais da Vida Caiçara”⁴, e “As lendas na Educação Caiçara”⁵. Também foram compartilhadas informações sobre a Convenção 169 da OIT e o Decreto nº 6.040, dispositivos jurídicos que deveriam ser estudados pelos canoieiros – segundo os organizadores da Viagem – pois são leis fundamentais para auxiliar as organizações locais em sua luta política⁶, nesse sentido, conteúdo informativo importante para os canoieiros.

Durante os próximos quinze dias o grupo percorreu as baías de Laranjeiras, Guaraqueçaba e Pinheiros (pequenas baías situadas dentro da baía de Paranaguá), visitando cerca de vinte vilas rurais (insulares e continentais) localizadas nessa região em canoas a remo. A *Viagem de Canoa* é um projeto de Renato Caiçara – nascido em Vila das Peças e importante articulador sociocultural da região – que acontece durante quinze dias do mês de julho, desde o ano 2000. A Viagem tem como principais objetivos, a doação de agasalhos para as comunidades, as trocas de experiências entre os moradores e os canoieiros, e a organização de *mutirões*⁷ nas vilas que, segundo entende o organizador, precisam de assistência. As pessoas que pretendem participar da *Viagem de Canoa* devem elaborar algum projeto ou estudo que possam realizar durante esses dias, pois a intenção da Viagem, além das doações, é poder dar um retorno à região – como um estudo que possa auxiliar a população local em sua luta política na autoafirmação de sua identidade de caiçara e/ou pescador artesanal, ou algum projeto para melhorias básicas nas comunidades, e a execução de projetos assistencialistas relacionados à Universidade, por exemplo. Por já estar envolvida nesta pesquisa de mestrado, propus ao grupo que minha colaboração seria a de conversar com os moradores sobre temas relacionados à organização social das vilas, como as Associações de Moradores, religião e sobre a relação das vilas com os gestores das Unidades de Conservação. O que além de colaborar com os objetivos da Viagem, também contribuiu para a realização deste trabalho, dada a possibilidade de conhecer outras vilas da região, possibilitando-me uma visão maior do arquipélago do que aquela

⁴Disponível em: <http://cultimar.org.br/site/conserva%C3%A7%C3%A3o/recursos-naturais-da-vida-caicara.html>, visualizado em 20/08/2014.

⁵ Disponível em <http://cultimar.org.br/site/educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental/livro-as-lendas-na-educa%C3%A7%C3%A3o-cai%C3%A7ara.html>, visualizado em 20/08/2014.

⁶ Informações publicadas no grupo da *Viagem de Canoa*, na rede social *Facebook*.

⁷ Ao falar em *mutirão* a equipe organizadora da Viagem se refere à prática comum em sociedades camponesas, na qual o trabalho, geralmente na roça, é realizado em conjunto por familiares e vizinhos. Nessas vilas caiçaras o *mutirão* é bastante representativo da cultura local, uma vez que ao fim desse trabalho os moradores organizam um baile de fandango em agradecimento. Para maiores informações, ver Martins (2006).

que me era possível enquanto permaneci exclusivamente com os moradores de Barbados.

Devido à pesquisa e por já conhecer os seus organizadores me envolvi na organização da 13ª edição da *Viagem de Canoa* a partir de abril de 2013. Participei da primeira reunião junto com o idealizador da viagem, algumas pessoas que já haviam participado de outras edições e pessoas novas, recém-chegadas, como eu. O objetivo da reunião era definir os gastos⁸, pensar em meios de conseguir doações, o itinerário da Viagem, e atividades que seriam realizadas nas vilas. O grupo definiu algumas frentes de atuação junto às comunidades e um participante responsável por cada uma delas, e também foi sugerido elaborar um “diagnóstico” das vilas, com dados gerais relacionados à infraestrutura das comunidades, religião, identidade, entre outros dados. Uma equipe também deveria ficar responsável pela elaboração de um mapeamento de cada comunidade⁹.

Os canoeiros seriam divididos em equipes, sendo que cada uma ficaria responsável por uma frente de trabalho: pela cozinha (alguém para cozinhar durante a viagem), pela educação (um responsável por verificar as condições das escolas nas comunidades), pelo lixo (responsável por averiguar como é o tratamento do lixo em cada comunidade), pelos cães (uma veterinária ficou responsável)¹⁰, pelo mapeamento geral de cada comunidade (responsável por contabilizar o número de moradores, de casas, de igrejas, enfim, perceber a estrutura de cada comunidade), pela saúde e alguém responsável pelo registro fotográfico. A ideia dos organizadores desta edição da Viagem era de que cada canoeiro escrevesse suas impressões em um diário – informações que poderiam ajudar na formulação de documentos e também na elaboração de um relatório para ser entregue às instituições que fizeram doações e que disponibilizaram um veículo para levá-las até Paranaguá.

⁸ Os gastos a serem divididos entre todos os participantes da Viagem incluíam alimentação coletiva para 15 dias (café-da-manhã, almoço e janta), aluguel das canoas (direto com os proprietários que moram nas ilhas), pagamento de dois barcos de apoio e óleo diesel para abastecer as bateiras, aquisição de um remo por pessoa (para aqueles que tivessem interesse em ficar com o remo) e mais um valor simbólico para pagar eventuais gastos e deixar um valor para cada casa em que dormíssemos. Nenhuma quantia em dinheiro fica com a equipe responsável pela Viagem.

⁹ O objetivo de mapeamento e o diagnóstico de cada comunidade era elaborar um documento de autoria coletiva sobre a vivência e as demandas (sociais e dos conflitos territoriais) para entregar ao Ministério Público, como uma contribuição do grupo às vilas da região em sua luta política. Apesar de reunir os dados o grupo ainda não elaborou esse documento.

¹⁰ As vilas da região possuem muitos cachorros, alguns abandonados. A maioria dos cães precisa de vacinas e tratamentos para sarna.

Foram arrecadadas doações em Curitiba, Paranaguá, Matinhos e Pontal do Paraná, e os organizadores conseguiram um caminhão para levar as doações de Curitiba, e uma Kombi da Universidade Federal do Paraná que levou as doações de Matinhos e Pontal do Paraná para Paranaguá, de onde seguiu de barco até a Vila das Peças, local de partida da Viagem. Como iríamos partir no dia 1º de julho, uma segunda-feira, os participantes da viagem foram para Vila das Peças já no fim de semana, para separar e arrumar as doações. O grupo conseguiu muitas doações de roupas, sapatos e brinquedos, que foram devidamente organizados entre artigos femininos, masculinos e infantis, ao longo do campo de futebol da Vila.



Figura 2: Doações arrecadadas para a *Viagem de Canoa*. À esquerda, a Kombi da UFPR e à direita, os canoieiros organizando as doações em Vila das Peças. Fonte: Bruna Hakim, 2013.

O roteiro¹¹ ideal da viagem era percorrer 22 vilas (rurais) caiçaras¹² e a terra indígena Cerco Grande, território dos Mbyá Guarani¹³, localizadas no município de Guaraqueçaba. Dos vilarejos percorridos, apenas três não têm moradores, a Ilha das Bananas, Ilha das Gamelas, e o Rio dos Patos – vila que foi desocupada na década de 1990¹⁴. O roteiro era ideal, pois mudanças no itinerário foram comuns nas outras edições da Viagem, uma vez que navegar, independente da embarcação, exige boas condições meteorológicas e conhecimento acerca das fases da Lua e das marés. Além

¹¹ Um roteiro interativo da *Viagem de Canoa* 2013 está disponível para visualização em: <http://prezi.com/svbe4ctteied/viagem-de-canoa-2013/>, visualizado em 20/08/2014.

¹² Ilha das Bananas (Paranaguá), Medeiros, Barranceiras, Massarapuã, Mariana, Taquanduva, Almeida, Gamelas, Cerco Grande, Guapicum, Tibicanga, Poruquara, Sebuí, Saco da Rita, Agostinho, Abacateiro, Rio dos Patos, Vila Fátima, Caçadas, Ariri (São Paulo), Ararapira Velha, Canudal, ilha dos Pinheiros e Barbados.

¹³ Segundo a Comissão Pró Índio de São Paulo, em relatório de 23/05/2012 a terra indígena Cerco Grande ainda estava em processo “de identificação” de sua situação fundiária. Disponível em: http://www.cpis.org.br/indios/upload/editor/files/Tabela%20PR%20-%202023_05_2012.pdf.

¹⁴ Essa vila localizada no Vale do Rio dos Patos foi abandonada na década de 1990 por seus moradores devido às restrições ambientais. Ao sair de lá alguns moradores formaram a comunidade do Abacateiro e outros foram para a comunidade de Saco da Rita (DUARTE, 2013: 132).

disso, o itinerário e o tempo de permanência nas comunidades poderiam variar de acordo com as demandas de cada localidade, pois segundo o idealizador da viagem, é necessário que se preste atenção às comunidades que estão mais carentes.

A *Viagem de Canoa* é muito esperada pelos moradores da região. Pelo território dessas vilas terem sido transformados em Unidades de Conservação e por outros inúmeros motivos – que serão destacados ao longo desta dissertação – as doações são muito importantes para os moradores, principalmente pela pesca, principal atividade econômica da região, ser *fraca* durante os meses do inverno. Em cada comunidade que visitamos, os canoieiros seguiram com seus objetivos de pesquisa e trabalho: alguns ficavam atentos aos aspectos estruturais das vilas e conversavam de casa em casa, outras pessoas conversavam com os presidentes da Associação de Moradores, alguns canoieiros ficavam responsáveis por organizar atividades lúdicas com as crianças e outros responsáveis por separar as doações e colocá-las à disposição para que os moradores escolhessem.



Figura 3: Entrega das doações para os moradores de Taquanduva. Fonte: Bruna Hakim, 2013.

Minhas impressões sobre a Viagem são sobre os primeiros nove dias, enquanto percorremos dez vilas da baía de Laranjeiras – na segunda semana o grupo percorreu as comunidades localizadas na baía de Pinheiros¹⁵. No primeiro dia dormimos em Ilha das Bananas e, por não ter habitantes, o momento foi utilizado para o grupo se conhecer melhor. O grupo reuniu canoieiros universitários de Curitiba, Pontal do Paraná, Matinhos e Paranaguá, e canoieiros paulistas que já haviam participado de outras edições da Viagem. Entre os participantes estavam estudantes das áreas da Oceanografia,

¹⁵É possível visualizar todas as vilas visitadas durante a *Viagem de Canoa* no “Mapa de Uso Caiçara” elaborado pela CULTIMAR, que está disponível em: <http://cultimar.org.br/site/conserva%C3%A7%C3%A3o/mapa-de-uso-cai%C3%A7ara.html>, visualizado em 20/08/2014.

Agroecologia, Turismo, Administração, Design, Música, Urbanismo. A maioria dos participantes já tinha algum conhecimento sobre a região, assim como interesse por seu caráter assistencialista e pela experiência de vivenciar um contato “mais próximo com a natureza”, em uma região conhecida por suas belas paisagens.

Após longas remadas, as tarefas eram compartilhadas: era preciso amarrar as canoas, descarregar o que iríamos utilizar (entre comidas, roupas e doações) e armar acampamento, montar barracas ou arrumar um lugar pra dormir e preparar o jantar. Em algumas noites dormimos em locais que as comunidades nos cediam, como em escolas, igrejas e quintais.

No segundo dia de viagem saímos de Bananas rumo à Ponta do Ubá (área continental de Paranaguá), onde preparamos o café da manhã e rapidamente passamos algumas doações às lideranças dessa comunidade, pois nosso objetivo era partir para a vila de Medeiros (área continental de Guaraqueçaba). Lá almoçamos, visitamos as casas, conversamos com os moradores e fizemos as doações. Ao fim da tarde, por conta do tempo, fomos rebocados pelos dois barcos de apoio até a Vila Mariana (localizada na Ilha Rasa), onde dormimos uma noite em barracas no quintal de uma família. Passamos o dia seguinte em Mariana e alguns canoeiros foram até Massarapuã (área continental de Guaraqueçaba), vila localizada de frente à Ilha Rasa, para deixar doações.

No terceiro dia seguimos para Taquanduva, uma das comunidades mais carentes da região – segundo o idealizador da viagem – localizada na parte continental de Guaraqueçaba. Por esse motivo passamos duas noites em Taquanduva e tivemos tempo para conversar com os moradores, organizar uma festa e propor uma oficina sobre sementes de árvores nativas para as crianças – organizada por alguns canoeiros da área de Agroecologia.



Figura 4: Oficina de sementes na comunidade de Taquanduva. Fonte: Bruna Hakim, 2013.

Algo que me chamou a atenção nas comunidades que visitamos foi o número de igrejas evangélicas e pentecostais. Em Vila Mariana moram 15 famílias e existem três igrejas evangélicas: Cristo que liberta (está desativada há pouco tempo); Assembleia de Deus (chegou na comunidade há cerca de quatro anos) e a igreja Visão Missionária (Ministério Pastor Alexandre da Rosa). Os moradores que frequentam a Assembleia de Deus nesta vila nos informaram que há muitos anos atrás a maioria das famílias da região era católica, mas que com a chegada de novas igrejas evangélicas, pouco a pouco a igreja católica foi desativada. Outras comunidades pelas quais passamos seguem essa tendência de ter várias igrejas evangélicas e um número cada vez menor de igrejas católicas.

Depois das duas noites em Taquanduva, saímos cedo em direção a três comunidades localizadas na Ilha Rasa: Almeida, Ponta do Lanço e a vila de Ilha Rasa; e no fim do dia seguimos para a Ilha de Gamelas, onde passamos a noite. As vilas de Ilha Rasa são maiores e mais estruturadas em relação às que passamos anteriormente, e também por isso, nossa permanência nesses locais foi rápida. Em Gamelas acampamos e pela segunda vez durante a Viagem o grupo teve um momento para se reunir, conversar e avaliar as atividades que já haviam sido desenvolvidas. Enquanto estávamos em Gamelas, duas embarcações de outras vilas foram atrás de nós para saber se tínhamos mais doações de roupas, pois a quantidade que tínhamos deixado era insuficiente em relação ao número de famílias que estavam precisando.

Na manhã seguinte mudamos o “roteiro ideal” da Viagem e seguimos para a sede do município de Guaraqueçaba, onde mais cinco canoeiros entraram para o grupo.

Também compramos carne em um mercado para organizar um churrasco em nossa próxima parada, a aldeia Kuaray Guatá-Porã – Cerco Grande. Para chegar até Guaraqueçaba construímos três jangadas, unindo três canoas através dos remos, e navegamos um longo caminho com a ajuda de velas que foram improvisadas com lençóis levados pelo grupo.



Figura 5: Vista (a partir do barco de apoio) das canoas com velas improvisadas. Fonte: Evair Siqueira, 2013.

De Guaraqueçaba seguimos para a aldeia Kuaray Guatá-Porã – Cerco Grande, onde passamos mais duas noites. Com cerca de 30 moradores, a aldeia tem a Escola Estadual Indígena Kuaray Guatá Porã, que atende cerca de 20 alunos guarani¹⁶. A aldeia fica na descida de um morro e como havia pouco espaço para as barracas, alguns canoeiros dormiram na casa de reza e outros dormiram em uma casa, ambas cedidas pelo cacique da aldeia.

¹⁶ Informações obtidas no *site* do Núcleo Regional de Educação do Paraná, disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/paranagua/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=177>, visualizado em 20/08/2014.



Figura 6: Vista da baía de Laranjeiras da aldeia Kuaray Guatá-Porã - Cerco Grande. Fonte: Eduardo Bischof, 2013.

Fizemos as doações e durante os dois dias em que estivemos em Cerco Grande conversamos com poucos moradores, além da família do cacique e de algumas crianças. No primeiro dia alguns moradores da aldeia nos venderam artesanatos feitos em madeira, enquanto alguns canoieiros organizaram um churrasco em homenagem ao cacique. No segundo dia na aldeia encontramos alguns agentes da ONG Transforme Sorrisos, de Curitiba, que visitam Cerco Grande periodicamente para realizar doações e projetos com as crianças. A ONG realiza projetos voluntários desde 2009, em benefício de crianças em situação de vulnerabilidade.

Depois de Cerco Grande voltei com mais duas pessoas para a sede de Guaraqueçaba e retornei à Curitiba. O grupo seguiu viagem para a baía dos Pinheiros, e visitaram mais oito comunidades: Guapicum, Tibicanga, Poruquara, Sebuí, Abacateiro, Agostinho, Rio dos Patos e Barbados. Depois de passar por Barbados os canoieiros retornaram à Vila das Peças, onde a viagem chegou ao seu fim.

A *Viagem de Canoa* é representativa de muitas redes de relações estabelecidas entre os moradores das vilas rurais de Guaraqueçaba e os canoieiros, aqui pensados como agentes externos. Ao descrevê-la tive como intenção expor um dos principais projetos assistencialistas realizados na região, apresentar um núcleo de agentes externos em atuação, e dar ênfase ao momento a partir do qual a pesquisa para essa dissertação tomou seu rumo.

A *Viagem de Canoa* é um momento especial do meu trabalho de campo, pois me proporcionou conhecer outras vilas e contextos. Até então eu conhecia Barbados e algumas vilas vizinhas, acompanhando moradores em visitas a familiares. Tendo percorrido outras vilas, todas pertencentes ao município de Guaraqueçaba, pude observar as diferentes demandas ocasionadas pela presença de diferentes categorias de Unidades de Conservação na região. Por ora, tomo o exemplo de Taquanduva em contraste com Barbados: enquanto a primeira, localizada na baía de Laranjeiras, e próxima a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, conta com energia elétrica convencional há pelo menos dez anos; a segunda, localizada na baía de Pinheiros até hoje só teve acesso à energia solar, pois desde 1997 o território da comunidade foi inserido dentro dos limites do Parque Nacional do Superagui, Unidade de Conservação que está dentro do território de várias famílias que habitam a Ilha do Superagui, Ilha das peças e a parte continental do município de Guaraqueçaba. Por estarem próximas ou dentro de categorias diferentes de UCs, as vilas estão sujeitas a restrições diferentes quanto ao uso do seu território. Sendo assim, as Associações de moradores de Barbados e Taquanduva possuem demandas diferentes. Do mesmo modo, as relações com ONGs, pesquisadores e turistas se dão em contextos distintos.

Ao longo do meu trabalho de campo me relacionei não apenas com os moradores de Barbados e de outras vilas das Ilhas do Superagui e das Peças, mas também criei relações com outros agentes em atuação, como o idealizador da *Viagem de Canoa* e alguns pesquisadores com quem tenho tido a oportunidade de trocar ideias e reflexões sobre a região. Assim, escrevo essa etnografia com base no trabalho de campo nas *ilhas* – especialmente em Barbados – e em suas relações internas, e nas relações e momentos em que estive com outros agentes externos, que assim como eu, estão em

atuação na região. Defino agentes externos como pessoa de fora das vilas que, em alguma medida, relacionam-se com os moradores em seu cotidiano: pesquisadores, turistas, turismólogos, agentes de ONGs e de órgãos do Estado, como Ministério Público e Defensorias Públicas, produtores culturais, políticos (deputados estaduais, vereadores, prefeita do município), gestores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e fiscais do Instituto Ambiental Paranaense (IAP) e da Polícia Militar Ambiental Força Verde.

Desde a década de 1980 foram criadas diversas Unidades de Conservação no território de Guaraqueçaba e esse período marcou em definitivo a vida da população local, uma vez que a criação dessas áreas tuteladas pelo estado para serem preservadas, “oficializaram” a fiscalização das leis ambientais na região. Os índices de preservação da Mata Atlântica somados à criação de leis ambientais federais e estaduais restringiram o uso do território pelas populações que habitam essas áreas, o que estabeleceu um novo contexto na região. A partir da criação de diversas Unidades de Conservação em seu território, os moradores do município de Guaraqueçaba – que desde a década de 1960 eram fiscalizados apenas pela Força Verde - passaram a ter que dialogar e negociar o uso da terra e do mar com outras pessoas de fora, os gestores do ICMBio e as equipes do IAP. Essa nova configuração demandou novas articulações entre os moradores das *ilhas*, que dada a proximidade e a história de ocupação e colonização comuns, sempre estiveram em relação umas com as outras, através do parentesco, das relações de vizinhança e trabalho estabelecidas ao longo da formação das vilas e da divisão de um território em terra, que se estende para o mar.

Com a criação das Unidades de Conservação e da força do Movimento Ambientalista, Guaraqueçaba atraiu ONGs ambientalistas e pesquisadores, que passaram a frequentar e pesquisar as vilas da região. O que significa, que o ambientalismo e as leis ambientais chegaram à região muito antes do que as leis que defendem os direitos dos povos e comunidades tradicionais. A discussão acerca do reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais se fortaleceu quando o Brasil se tornou país signatário da Convenção 169 da OIT, em 2004. Em 2007 é instituída a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), pelo decreto nº 6.040, com o objetivo de trabalhar pelo reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais apontando a relevância do uso de seus territórios tradicionais, que são fundamentais para a sua reprodução sociocultural e econômica,

garantindo respeito e valorização à sua identidade e organização social. Nesse contexto político, socioambiental e jurídico se encontram as vilas rurais insulares e continentais de Guaraqueçaba, e é partir desse cenário que descrevo as dinâmicas internas e redes de relações entre as vilas da região, tomando como ponto de partida Barbados.

Muitas pesquisas foram desenvolvidas sobre o contexto ambiental da região, e se primeiramente estiveram relacionadas a um olhar preservacionista e/ou conservacionista, vinculado às Ciências Naturais, em fins da década de 1990 e início dos anos 2000, pesquisas na área das Ciências Humanas passaram também a ser desenvolvidas, fruto do interesse dos pesquisadores nas especificidades socioculturais das vilas. Nesse sentido, tenho como referência os estudos relacionados ao contexto socioambiental da região, que refletem em alguma medida os conflitos entre as Unidades de Conservação e as populações locais, ocasionados pelas restrições de manejo do território. São pesquisas vinculados principalmente à Antropologia, como as pesquisas de Letícia Rothen (2003) e Leonardo Schiocchet (2005) sobre a Barra do Superagui (localizada na Ilha do Superagui), o trabalho de Eliane do Pilar Rocha (2005), sobre a Vila das Peças (localizada na Ilha das Peças), o trabalho de Juliane Bazzo (2010), sobre a Barra da Ararapira (localizada na Ilha do Superagui), o trabalho de Patrícia Martins (2005), sobre o “fazer fandango” na Ilha de Valadares (Paranaguá) e em sua relação com as ilhas de Guaraqueçaba, e o trabalho de Letícia Duarte (2013), sobre Barbados (localizado na Ilha do Superagui). Esses trabalhos, de uma maneira ou de outra, abordam questões relativas aos conflitos entre a população local e as Unidades de Conservação geridas pelo ICMBio. Nos trabalhos citados a “*chegada do IBAMA*”, como também me afirmaram os moradores, foi um marco no cotidiano das vilas. No entanto, ao invés de abordar o conflito de modo antagônico – entre Unidades de Conservação e populações tradicionais – busco fazê-lo a partir das dinâmicas internas nas vilas da região com a “*chegada do Ibama*”, tendo como objetivo destacar a agência dos moradores nos contextos político, socioambiental e jurídico. Ou seja, pretendo abordar esse conflito socioambiental a partir das situações sociais¹⁷ e políticas ocasionadas pelas leis e interdições ambientais que regulam o uso do território pelos moradores.

¹⁷ Gluckman (1987).

Ao longo do trabalho de campo e, principalmente, na hora de escrever sobre as dinâmicas internas das *ilhas*, as situações de conflito entre moradores de uma mesma *ilha* ou entre *ilhas* se tornaram recorrentes. Essas relações, por vezes tensas, informam sobre um ordenamento social pautado na moralidade entre famílias e vizinhos. Por mencionar alguns destes conflitos nos capítulos que seguem, optei por modificar nomes próprios de pessoas e famílias ao longo do texto, para preservar o anonimato dessas pessoas “para fora”, como afirmam Marques e Villela (2005):

O uso dos pseudônimos preserva um anonimato “para fora” e, portanto, para um público teoricamente ilimitado, e, se sua eficácia está longe de ser absoluta, de qualquer modo restringe o reconhecimento pessoal ao interior da comunidade e só o revela de modo não imediato, mas por meio de um conjunto de relações pessoalmente reconhecido (MARQUES; VILLELA, 2005:65).

Portanto, o destaque dado aos conflitos internos no Capítulo II se justifica pela maneira como a partir deles compreendo o contexto ambiental, jurídico e político. Nesse sentido, apresento uma perspectiva específica sobre a região, pautada pela minha experiência de pesquisa – do trabalho de campo, das relações que criei a partir dele, e do contexto atual das *comunidades* da região.

Também são objetos desta pesquisa as relações estabelecidas entre moradores e agentes externos, relacionadas principalmente ao contexto político da região. Para pensá-las, tomo como ponto de partida o contexto político atual, em que está sendo elaborado o Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui, principal Unidade de Conservação dentro do território dessas populações. A participação dos moradores no Plano de Manejo é, no momento, uma das principais pautas do Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná – MOPEAR. Descrevo esse momento político a partir de uma audiência pública convocada pelo MOPEAR para que o órgão gestor do Parque desse esclarecimentos sobre a elaboração do Plano de Manejo, e também para denunciar as violações de direitos humanos provocadas pela criação de Unidades de Conservação nos territórios das comunidades caiçaras e de pescadores e pescadoras artesanais.

Portanto, esta pesquisa se estrutura a partir de dois eixos, o primeiro se refere ao contexto interno às vilas em suas relações de trabalho e política; e o segundo relacionado ao sentido político das relações dos moradores com agentes externos. Essa divisão em temas serve apenas como recurso metodológico, sem qualquer tentativa de

separar o contexto interno das relações com agentes externos – esses contextos se afetam mutuamente, por isso os penso sempre em conjunto. Em ambos os contextos são articuladas denominações específicas que ressalto aqui. As vilas da região em seu contexto interno são pensadas pelos moradores como *ilhas*, independente das mesmas serem insulares ou continentais. Já no contexto político em relação aos agentes externos, as vilas se autodenominam “comunidades”, ou seja, *comunidade* é o sentido atribuído ao território das vilas quando a pauta é política. Por esse motivo, quando faço referência à ilha e comunidade como termos nativos, irei grafá-los em *itálico*. Além das denominações relacionadas ao território, destaco a autoafirmação da população local como caçara e/ou pescador artesanal. Mais que optar por apenas uma autoidentificação dos moradores, afirmo que assim como são articulados os termos *ilha* e *comunidade* em diferentes contextos, ser *caçara* ou ser *pescador artesanal* também são categorias afirmadas pelos moradores em ocasiões diversas.

Ao tratar da autoidentificação dos moradores como caçara e/ou pescador artesanal, opto por não especificá-las enquanto identidade. Nesse sentido, valho-me das afirmações de Guérios (2007:24), quando afirma que, “cabe questionar se o conceito de ‘identidade’ é o mais adequado para tratar dos diferentes fenômenos sociais referenciados sob esta rubrica, visto que ‘pode-se analisar a ‘conversa identitária’ e a política identitária sem, enquanto analistas, postular a existência de identidades” (BRUBAKER; COOPER *apud* GUÉRIOS, 2007:24). Uso, portanto, o conceito de população tradicional, tal como é pensado por Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (1999), como um processo de autoconstituição possibilitado por sujeitos políticos. Por ser um conceito amplamente discutido no campo acadêmico¹⁸ e no campo jurídico, possui “sentidos que foram se solidificando mas também mudando ao longo de algumas décadas” (*op cit*: 5). Apesar dos múltiplos significados atribuídos ao conceito, no que tange às populações referenciadas nesta dissertação, faço uso das considerações de Carneiro da Cunha e Almeida (*op cit*: 6):

Nesse sentido, não são critérios substantivos que definem o que são as novas "populações tradicionais". Além disso, um grupo social não se torna uma "população tradicional" (agora entre aspas, para indicar o que também estamos chamando de grupos neotradicionais) em virtude de laudos antropológicos (por mais que tais laudos possam criar nichos de mercado para antropólogos) destinados a conferir se atendem ou não a uma lista de características. Os grupos assim chamados não *são* tradicionais - *tornam-se* "populações tradicionais" ao embarcarem na categoria-ônibus que lhes dá

¹⁸ Diegues (2001); Adams (2000); Prado (2012); Barreto-Filho (2006).

acesso a direitos territoriais e a outros direitos. Isso em troca de um preço, que são as obrigações. Essas incluem práticas sustentáveis de desenvolvimento, e formas democráticas e equitativas de vida política e social. Mas podem incluir ainda a proteção da biodiversidade, tanto de espécies como de paisagens.

Em suma, participar da categoria "populações tradicionais" significa ter uma organização local e lideranças legítimas, associar-se a tradições de uso sustentável dos recursos naturais no passado, e aderir em um território especificado ao uso de técnicas de baixo impacto ambiental no futuro.

No contexto da *Viagem de Canoa*, por exemplo, eram articulados pelos moradores e pelo idealizador da viagem, as categorias caiçara e *comunidade* como representativas das vilas da região. Já no contexto da audiência pública sobre o Plano de Manejo, eram articuladas as categorias pescador e pescadora artesanal e novamente *comunidade*. Apenas no contexto interno vi os moradores articularem as categorias caiçara e pescador artesanal com *ilha*. Portanto, enquanto as categorias caiçara e pescador artesanal são fluidas nos contextos interno e externo, as categorias *ilha* e *comunidade* são articuladas de maneira que marca o contexto, se interno, *ilha*, entre pessoas de fora, *comunidade*.

O trabalho de campo

Ao estruturar a pesquisa a partir do contexto interno e externo das *ilhas* e *comunidades*, reflito sobre a minha experiência de trabalho de campo e sobre a minha inserção na vila de Barbados. O meu primeiro contato com Barbados foi intermediado por estudantes do curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná e possibilitado através da minha participação em um roteiro de Turismo de Base Comunitária, em setembro de 2011. Na ocasião passei cinco dias em Barbados (de 07 a 11/09/2011), momento em que busquei explicar aos moradores minhas intenções de voltar à vila no ano seguinte.

Em 2012, voltei a Barbados no mês de novembro, novamente acompanhando os mesmos estudantes de Turismo, porém desta vez sem um grupo de turistas. Passamos um dia em Barra do Superagui e outros dois dias em Barbados. Nessa ocasião os estudantes realizaram entrevistas com quase todas as famílias da vila, oportunidade em que pude conhecer melhor os moradores e marcar meu retorno sozinha à vila.

Em 2013, fiquei 15 dias em Barbados, entre os meses de março e abril. Durante esses dias conheci também as vilas de Bertioga (Ilha das Peças), acompanhada dos meus anfitriões, e Poruquara (parte continental de Guaraqueçaba), onde fui visitar um casal que morava em Barbados e me recebeu em sua casa na primeira vez em que estive na comunidade, em 2011. Voltei a Barbados pouco mais de um mês depois, em maio, acompanhada de alguns pesquisadores, quando passamos apenas um fim de semana. Nessa ocasião fomos até a vila em um barco do Centro de Estudos do Mar (CEM) da Universidade Federal do Paraná, solicitado por um estudante de Oceanografia que também iria realizar sua pesquisa de conclusão de curso em Barbados.

Voltei sozinha a Barbados em junho, ocasião em que fiquei mais dez dias na vila. Esses dias antecederam a *Viagem de Canoa*, e nessa ocasião pude acompanhar a expectativa dos moradores de Barbados e de outras *ilhas* próximas. Em julho, durante a *Viagem de Canoa*, passei nove dias transitando entre as *ilhas* da baía de Laranjeiras. Depois da Viagem voltei a Barbados entre os meses de agosto e setembro de 2013, quando permaneci na vila por um período de 25 dias. Com exceção da primeira vez que estive em Barbados, em todas as outras vezes fui recebida por uma mesma família, de quem me tornei amiga e a partir da qual pude estabelecer relações com outros moradores e agentes externos. Em dezembro de 2013 assisti uma audiência pública sobre o Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui, realizada em Barra do Superagui. Na ocasião fui acompanhada de vários alunos de curso de Oceanografia do Centro de Estudos do Mar, da UFPR, e de um professor e colegas do Programa de Pós-graduação. Assim, meu trabalho de campo foi realizado principalmente em Barbados, mas também em outras ocasiões em que estive na região em outras vilas.

É importante considerar em minha análise, que o período que estive em campo se deu principalmente durante os meses do outono e do inverno. Por isso, ao falar sobre a pesca e também sobre as roças, me refiro às atividades envolvendo mar e mata durante essa época do ano específica. Há que se considerar que as atividades produtivas na região das *ilhas* é sazonal. Portanto, assim como as estações mudam, os tipos de pesca e de pescado variam ao longo do ano, e, dessa forma, toda a lógica do trabalho, e os *ganhos*, também variam.

Reflito também sobre o lugar que ocupo em Barbados, a partir das minhas relações pessoais com os moradores; e da minha posição enquanto pesquisadora, que

me possibilitou conhecer inúmeros agentes externos e participar de diversos momentos políticos das *ilhas* – seja na região, ou fora. Durante a *Viagem de Canoa*, mas principalmente durante minha estadia em Barbados, os moradores compartilharam comigo sua casa, seu cotidiano, suas ideias e posicionamentos. Criei muitos laços com um núcleo familiar da *ilha* – dado o tempo que permaneci na casa deles – e por intermédio deles conheci seus familiares e amigos de outras vilas, com os quais estabeleci relações, assim como com outras famílias de Barbados.

Apesar de todos saberem que sou pesquisadora, os moradores de Barbados vinculam a minha presença a um núcleo familiar da vila, e também ao grupo de pessoas de fora que visitam a região com frequência, que realizam projetos de Turismo de Base Comunitária e da *Viagem de Canoa*, pois foi com eles que conheci a região e através deles cheguei em Barbados. Quando visito as famílias, sempre me perguntam sobre essas pessoas, enfim, somos todos associados a um mesmo grupo de pessoas de fora. Foi também através de uma pesquisadora que me conheci alguns membros do MOPEAR, e por convite desta pessoa participei da elaboração do Parecer Técnico e passei a participar das reuniões do Grupo de Trabalho (GT) formado após a audiência pública. Portanto, essas relações com outros agentes externos me possibilitaram acompanhar momentos importantes do contexto político das *comunidades*, que foram fundamentais para desenvolver a pesquisa.

Estar em Barbados por dias seguidos na casa de uma família que aceitou compartilhar um pouco do seu cotidiano comigo em alguns meses de 2013, foi fundamental para eu compreender um pouco mais sobre o cotidiano dos moradores que tiveram o acesso ao seu território restringido pelas leis ambientais e Unidade de Conservação. Quando fui para Barbados durante o inverno de 2013, tive dimensão dos impactos das restrições impostas pela legislação ambiental federal e estadual. A escassez de peixes na baía dos Pinheiros durante o mês de agosto e setembro e a proibição de vários tipos de pesca nessa época – também a interdição das roças e cortes de árvores -, não apenas dificultam, mas muitas vezes impossibilitam a pesca. São meses em que os moradores mais passam por dificuldades financeiras. Portanto, quando estive em Barbados no inverno pude vivenciar a urgência dessas demandas e a violação de seus direitos básicos e do uso de seu território – a energia elétrica convencional nas vilas que “estão” dentro do Parque também é uma demanda urgente. Foi esse contexto

que me motivou a ajudar na elaboração do Parecer Técnico e participar das reuniões do GT – o que por outro lado, me possibilita estar em outro contexto relacionado à região.

A estrutura dos capítulos

No capítulo I, “A baía de Pinheiros e suas múltiplas territorialidades”, apresento o contexto socioambiental e histórico em que se formaram as atuais vilas rurais insulares e continentais de Guaraqueçaba. Abordo questões relacionadas a algumas imagens criadas sobre a região, em textos históricos e nos meios de comunicação, que refletem uma ideia da região como local “isolado”. A perspectiva histórica, do ponto de vista da história oficial e do ponto de vista nativo, reflete os períodos da chegada de imigrantes durante o projeto Colônia do Superagui, e também informam sobre a chegada do ambientalismo, das leis ambientais e da criação de diversas Unidades de Conservação. Por fim apresento o contexto atual das *ilhas*, o Turismo de Base Comunitária, e as múltiplas territorialidades articuladas pelos moradores.

No capítulo II, “*Ilhas*: agência e dinâmicas internas” reflito sobre as relações envolvidas no manejo interno das leis ambientais pelos moradores das *ilhas*, a partir de Barbados. Abordo, primeiramente, as relações políticas e de trabalho permeadas pela moralidade e pela fofoca. Posteriormente, destaco os conflitos internos decorrentes dessas relações. O objetivo é destacar a agência dos moradores em suas relações com o ICMBio, demonstrando que a população, através do agenciamento das leis ambientais, realiza um manejo interno das interdições.

No capítulo III, “*Comunidades*: relações política entre moradores e agentes externos”, descrevo a audiência pública convocada pelo MOPEAR, na Barra do Superagui, como uma situação social¹⁹. A fim de pensar o sentido político que permeia as relações entre moradores e agentes externos, apresento alguns dispositivos jurídicos relacionados às leis ambientais e à criação de Unidades de Conservação através da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. E também descrevo algumas leis e políticas de reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos e comunidades tradicionais. O objetivo deste capítulo é demonstrar, a partir da audiência

¹⁹ Gluckman (1987).

pública o contexto político atual da região e o que é mobilizado através das redes de relações com agentes externos.

Por fim, dou destaque ao contexto político atual da região pós-audiência pública, e à formação de grupo de trabalho formado neste dia, entre o Movimento dos pescadores, os pesquisadores, alguns deputados estaduais vinculados à Comissão Estadual de Direitos Humanos e agentes do Ministério Público e das Defensorias Públicas. Durante essas reuniões tive a oportunidade de conversar com alguns moradores das *ilhas* e perceber como a atuação política dos moradores foi fortalecida a partir da audiência pública. Nesse sentido, proponho uma reflexão a partir dos capítulos apresentados e penso em novos desdobramentos para esta pesquisa.

Capítulo I – A baía de Pinheiros e suas múltiplas territorialidades

Guaraqueçaba em aspectos geográficos

O trabalho de campo para esta pesquisa se concentrou na vila de Barbados que está localizada na Ilha do Superagui, em Guaraqueçaba, último município do litoral norte paranaense que faz fronteira com Cananéia, no litoral paulista. Esta região faz parte do Lagamar, um complexo estuarino-lagunar que se estende entre os municípios paulistas de Iguape e Cananéia e os municípios de Guaraqueçaba e Paranaguá, no Paraná. Reconhecido como Santuário Ambiental, o Lagamar compreende ecossistemas diversos em uma área de 600 km² repletos de florestas tropicais de montanhas, submontanas e de planícies, cerca de 1.800 hectares de manguezais, várias baías, braços de mar, lagunas, dunas e praias. No ano de 1991 essa área foi declarada pela UNESCO como a primeira Reserva da Biosfera brasileira, e é reconhecida como um dos criadouros de espécies marinhas mais importantes do Atlântico Sul²⁰.

A principal baía paranaense dentro dos limites do Lagamar é a Baía de Paranaguá, que possui 667 km² de superfície e 40 km de extensão e está situada entre os municípios de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba. Dentro de suas dimensões estão outras baías menores do litoral paranaense, dentre elas as baías de Antonina, de Laranjeiras, de Guaraqueçaba e de Pinheiros; e cerca de 30 ilhas²¹, algumas desertas e outras povoadas por comunidades pesqueiras. Esses dados gerais sobre o Lagamar e a baía de Paranaguá nos informam sobre o contexto socioambiental em que o litoral paranaense está inserido: sua peculiar formação geográfica e seus dados expressivos de preservação da Mata Atlântica e de espécies marinhas o transformaram em um território repleto de Unidades de Conservação (UC). Criadas a partir da década de 1970, no ano de 2006 o litoral do Paraná possuía 82,48% do seu território definido como Unidades de Conservação, contabilizando um total de 31 UCs, das quais quatro são unidades federais e 27 são unidades estaduais²². Entre as cidades com maior percentual de territórios

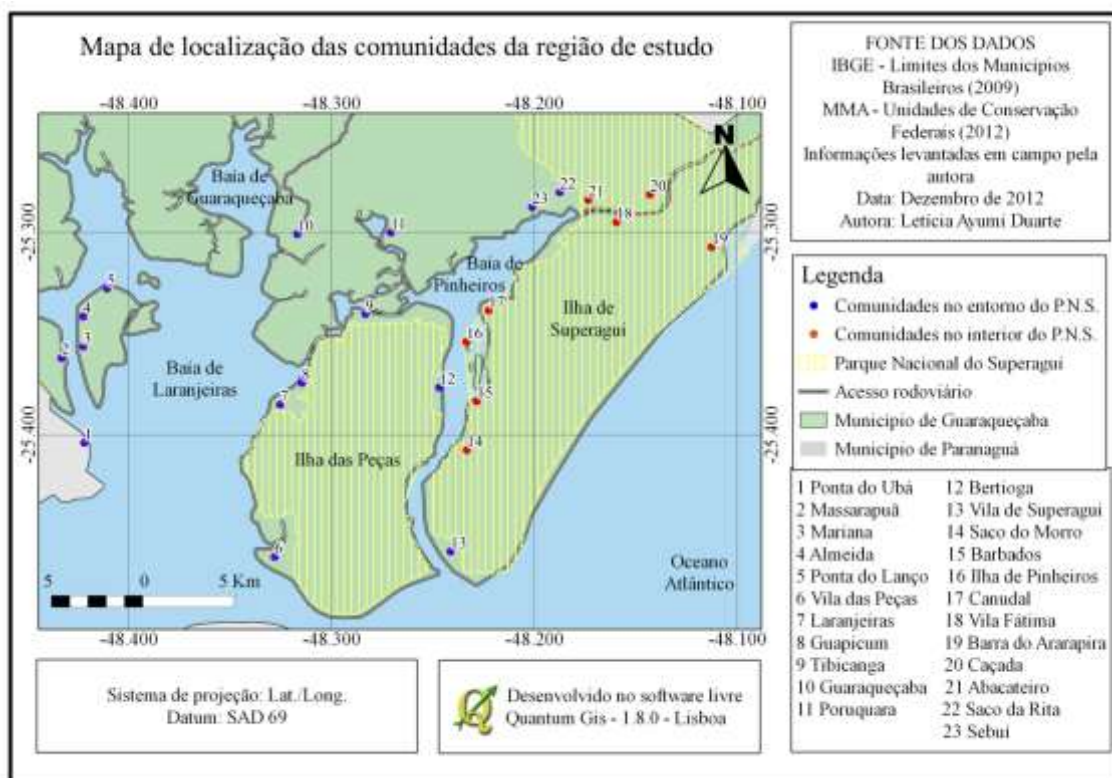
²⁰ Fonte: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/print.php?conteudo=129> e http://www.cormorano.com.br/?page_id=468, visualizado em 15/07/2014.

²¹ Fonte: <http://www.nossolitoraldoparana.com/atrativo/lista/9/23>, visualizado em 20/07/2014.

²² Denardin et al. (2009).

protegidos no litoral paranaense, estão Guaraqueçaba, com 98,76%; Guaratuba, com 98,47%; e Antonina, com 85,32%²³.

Localizado ao norte da baía de Paranaguá o município de Guaraqueçaba compõe um território amplamente dividido entre áreas continentais e insulares, abrigando uma extensa área de mangue, além das enseadas de Saquinho, Itaqui e Benito e também as pequenas baías de Pinheiros e Laranjeiras, dentro das quais se encontra grande parte da população do município, distribuídas entre a Ilha Rasa, Ilha das Peças, Ilha de Pinheiros e Ilha do Superagui. Segundo dados do Censo 2010, o município possui um total de 7.871 moradores, dos quais apenas 34,09% (2.683 habitantes) se encontram na sede do município²⁴. A maior parte da população (65,91%, ou 5.188 habitantes) mora na área rural, ou seja, é residente das ilhas e áreas continentais mais afastadas do centro urbano. O mapa a seguir ilustra o município de Guaraqueçaba, a localização das vilas rurais e a área que compreende o Parque Nacional do Superagui:



Mapa 1: Localidades rurais de Guaraqueçaba. Fonte: Leticia Duarte (2013:21), “Os Argonautas do Superagui: identidade, território conflito em um parque nacional brasileiro”.

²³ *Idem.*

²⁴ Dados do IBGE disponíveis no site Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/guaraquecaba_pr, visualizado em 27/05/2014.

Entre as localidades rurais situadas nas áreas continentais e insulares de frente às baías de Pinheiros e Laranjeiras existem mais de 20 vilas, dentre as quais algumas abrigam entre 300 e 600 famílias, como é o caso de Almeida (Ilha Rasa) e da Barra do Superagui (Ilha do Superagui), enquanto as vilas menores abrigam cerca de 15 a 20 famílias, como Saco do Morro, Barbados e Vila Fátima (todas na Ilha do Superagui). A estreita proximidade entre as vilas e o histórico de ocupação e colonização comuns criaram para além dos laços de parentesco, uma rotina de relações entre os moradores. Essa mobilidade entre as vilas além de ser constante, está desde cedo presente na vida dos jovens e influencia de maneira significativa as relações sociais entre os seus moradores.

Contextualização histórica

Para compreender o contexto atual das localidades rurais de Guaraqueçaba retomamos a história de formação e ocupação do litoral norte paranaense a partir dos dados “oficiais” presentes em alguns documentos e livros sobre a região, para, posteriormente, abordarmos a história relatada segundo os moradores de Barbados. Não temos como objetivo confrontar esses diferentes pontos de vista uma vez que a intenção não é classificá-los em grau de importância, mas sim, compreender essa história sob a perspectiva dos moradores acerca do território que ocupam, algo frequentemente não mencionado pela história oficial.

A perspectiva do isolamento

A história do município de Guaraqueçaba é marcada por sua dependência de Paranaguá e pelas relações e disputas territoriais entre os estados de São Paulo e Paraná. Ainda antes de se tornar um município independente, a área onde se estabeleceu a vila de Ararapira, ao norte da península do Superagui, foi cedida a Diogo de Unhate em 1614 como pertencente à Paranaguá. Em 1767, na vila de Ararapira, localizada na península do Superagui, estava se desenvolvendo um mercado local que intensificou o fluxo de embarcações entre São Paulo e Paraná, mesmo período em que teve início uma

disputa territorial entre os dois estados. Segundo Von Behr (1997) essa disputa só encerrou quando o governo definiu que Ararapira pertencia ao estado do Paraná, no ano de 1922.

Guaraqueçaba era uma Freguesia pertencente a Paranaguá até o ano de 1880, quando foi desmembrada do município e elevada a categoria de Vila. Em 1885 a Vila volta a ser anexada à Paranaguá e em 1911 é categorizada como distrito deste município, assim como Ararapira e Superagui (DUARTE, 2013). Apenas em 1947 é que Guaraqueçaba foi oficialmente registrada como município independente (LOPES, 2009).

Todo o processo envolvendo a abertura do Canal do Varadouro diz sobre as disputas entre Paraná e São Paulo, como também, a história de Superagui como ilha. Superagui era uma península de Guaraqueçaba que separava a baía de Paranaguá, no Paraná, da baía de Cananéia no estado de São Paulo:

Havia um caminho por terra que ligava as duas baías, que era conservado pelo governo. Os usuários ou viajantes que não possuíam embarcação desembarcavam em uma das extremidades e iam a pé até a outra, onde pegavam novo veículo, fazendo baldeação. Aos que queriam utilizar suas próprias embarcações nas duas extremidades do canal, as mesmas eram arrastadas, provavelmente sobre roletes de madeira (LOPES, 2009: 183).

O nome do Canal é referência ao rio Varadouro, que, segundo alguns moradores de Barbados, tem esse nome pelo recorrente ato de “varar a canoa” na porção territorial que dividia os rios (do Varadouro e do Ararapira) quando precisavam passar para o estado de São Paulo, geralmente para comercializar excedentes da roça e também visitar familiares. Em 1844 dá-se início à exploração e orçamento para abertura de um canal com o objetivo de ligar os rios Varadouro e Ararapira e tornar a comunicação e os deslocamentos para o comércio entre Paraná e São Paulo mais fáceis, sem a necessidade de fazê-lo por mar aberto. Este processo é interrompido diversas vezes, e as obras ficaram paralisadas por décadas. Em 1942 as obras são retomadas e, embora a data de inauguração não coincida entre os textos históricos, no ano de 1955 um grupo do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá atravessou o canal, declarando que este estava recém-aberto. A abertura do Canal e a consequente separação da península do Superagui tornando-a ilha alterou significativamente o fluxo de embarcações pela pequena baía de Pinheiros em direção a São Paulo. Se antes os moradores das ilhas se

deslocavam mais entre as ilhas e delas para Guaraqueçaba ou Paranaguá²⁵, a partir daquele momento teriam facilidade também de ir até Cananéia e Iguape, sem necessidade de varar suas canoas.

Em uma breve revisão de textos históricos sobre o município encontrei alguns dados que fazem referência à mobilidade entre as localidades. No livro “Superagui: informações históricas” (2009), o autor José Carlos Veiga Lopes faz várias referências às listas de ordenanças da vila de Paranaguá, que no ano de 1770 destaca alguns bairros (esquadras) como Ilha das Peças, Tibicanga, Varador Novo e Varador Velho que abrigavam vários sítios com roças, mas tendo a pesca, como sua principal atividade. Nesta época a comercialização de produtos entre as localidades e, por isso o deslocamentos dos moradores entre elas, já era bastante comum. Os casamentos entre pessoas de diferentes ilhas também era um motivo para os deslocamentos, pois os donos de sítios vendiam ou passavam seus terrenos a terceiros e se mudavam para outras localidades. Para além dos bairros citados nas listas de ordenanças de Paranaguá, no ano de 1852 é criada a Colônia do Superagui²⁶, um projeto de Charles Perret-Gentil para criar uma colônia suíça na região.

Apesar das discussões em torno da abertura do Canal do Varadouro, como uma estratégia para facilitar a circulação comercial entre os dois estados, a criação dos portos de Antonina e Paranaguá foi um dos fatores que desencadeou, segundo Lopes (2009), uma “decadência econômica” da região norte do litoral. Ambos os portos foram inaugurados antes da abertura do Canal e estabeleceram o fluxo comercial através do mar entre São Paulo e Paraná. Nesse período assinalado como a “decadência” de Guaraqueçaba, as obras de construção de uma rodovia ligando o município à Antonina também foram abandonadas. É em decorrência desses fatores que se cria um processo de “isolamento geográfico” da região segundo o autor, uma vez que o acesso por terra ao município é dificultado pela má condição da estrada. Essa ideia de “isolamento” é amplamente difundida nos livros históricos sobre a região, e se num primeiro momento serviu como referência a uma condição geográfica – pelas dificuldades de acesso através das estradas – em alguma medida também está no imaginário da população local quando afirma que é “esquecida” pelo governo do estado do Paraná.

²⁵ Ambas as travessias, na época em que os barcos eram a remo, duravam muitas horas. Com a chegada do barco a motor esse percurso é feito de forma muito mais rápida.

²⁶ Nestes documentos históricos, poucas são as referências às vilas situadas em Superagui.

Essa perspectiva da região como um lugar “isolado” é um discurso reproduzido nos livros históricos e presente em veículos de informação, como em reportagens de televisão e jornais – que reforçam a ideia de lugar “intocado”, “isolado” e “distante” à medida que enfatizam a região como o local da preservação, da “natureza intacta”, do “turismo ecológico”, “turismo comunitário” ou “Turismo de Base Comunitária”²⁷. A perspectiva do isolamento está presente nas informações sobre a região e é uma pré-noção entre agentes externos recém-chegados à região. Em minha primeira experiência em campo acompanhada de um grupo de turistas que nunca tinham ido à região ocorreram várias situações em que essas pessoas agiam e faziam perguntas e questionamentos aos moradores como se os mesmos não conhecessem algumas facilidades encontradas nas cidades e até mesmo se espantavam quando percebiam que cada casa tinha equipamentos eletrônicos e aparelhos celulares.

Sem querer propor uma ideia de causa e efeito, mas refletindo sobre essa perspectiva que é veiculada sobre a região, penso como tal ideia incide sobre a maneira como os moradores se referem ao local onde moram em relação a outros municípios do litoral ou outras regiões do estado. Em uma das travessias que fiz entre Paranaguá e Guaraqueçaba havia um adesivo colado na parede do barco, produzido pela Associação Amigos de Guaraqueçaba – uma ONG criada no ano de 2010 – com os dizeres: “*Guaraqueçaba: Fim ao isolamento. Pavimentação imediata da PR 405*”. Esse adesivo foi produzido para anunciar uma petição pública promovida pela ONG no ano de 2011 em prol da pavimentação imediata da estrada, que poderia ser assinado diretamente na internet²⁸. É apresentado no cabeçalho da petição o seguinte texto:

Nós, moradores, trabalhadores, visitantes da cidade de Guaraqueçaba, através da Associação de Amigos de Guaraqueçaba, solicitamos a pavimentação imediata da PR-405 (Estrada para Guaraqueçaba) no trecho entre a localidade de Cacatu até a cidade de Guaraqueçaba, dando fim ao isolamento cultural, comercial, turístico e social que o município vive já há vários anos.

²⁷ Em uma simples busca na internet existem sites de turismo que falam sobre a região a partir dessa perspectiva, como os exemplos a seguir: <http://www.litoralbrasileiro.com.br/pr/guaraquecaba/>, <http://www.gazetadopovo.com.br/turismo/conteudo.phtml?id=1248220>, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u5206.shtml>, <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/verao/conteudo.phtml?id=1334729>, <http://grop.globo.com/Globoreporter/0,19125,VGC0-2703-272-3,00.html>. Visualizado em 26/08/2014.

²⁸ Disponível em: <http://associacaodosamigosdeguaraquecaba.blogspot.com.br/2011/02/materia-da-folha-do-litoral.html>, visualizado em 26/08/2014.

A demanda da Associação de Amigos de Guaraqueçaba contempla uma parcela dos moradores mais envolvida com o comércio e o turismo, onde a perspectiva do isolamento está relacionada ao fluxo de turistas e ao encarecimento dos produtos que a cidade demanda trazer de outros municípios. A criação da Associação foi uma iniciativa de moradores e empresários insatisfeitos com as dificuldades de acesso ao município e com os problemas em viabilizar o turismo²⁹. Esse isolamento que afeta o turismo, mas principalmente a economia do município está relacionado à dificuldade de acesso, um isolamento que pode ser pensado do ponto de vista “geográfico”.

Toda essa linguagem do “isolamento”, embora esteja ancorada na experiência direta dos moradores pelas dificuldades atuais com o deslocamento, também pode ser relacionada com algumas teorias antropológicas que se concentram no estudo de sociedades tribais ou rurais em contraste com as sociedades urbanas – como as “folk societies” de Redfield (1964) e as “part societies” de Foster (1971); mas principalmente nos estudos sobre as populações caiçaras do litoral Sul e Sudeste do Brasil. Esses estudos enfatizam o isolamento geográfico como característica das sociedades com um modo de vida tradicional, dotando essas populações de atributos que envolvem uma dependência dos ciclos e recursos naturais, abordando-as a partir de sua harmonia com a natureza. Essa abordagem é bastante comum dentro da “literatura caiçara” como afirma Adams (2000), que ao reiterá-las como pescadoras, isoladas, tradicionais, auto-suficientes e primitivas, associam o caiçara a um discurso ecológico romântico que remete ao “mito do bom selvagem”. A autora argumenta que essas concepções sobre o modo de vida e a cultura dessas populações foram escritas num período de estagnação econômica e terminaram por cunhar uma ideia de “sociedade caiçara” que permanece em grande parte das pesquisas posteriores (*op cit*: 8). Sobre o isolamento a autora destaca que essa é uma perspectiva muito relacionada ao tempo anterior à chegada do barco a motor e das estradas, e que “sempre foi muito relativo e esteve relacionado, principalmente, a períodos de decadência econômica” (*idem*:14). No caso de Guaraqueçaba é impossível pensar, como afirma a autora, que houve um isolamento relacionado à falta de estradas, pois ainda hoje o acesso pela PR-405 é lento devido às suas condições.

²⁹ Informações encontradas na reportagem “Guaraqueçaba exuberante só para os turistas” do *site* paraná online, disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/505322/?noticia=GUARAQUECABA+EXUBERANTE+SO+PARA+OS+TURISTAS>, visualizado em: 22/07/2014.

A partir do que propõe Adams e com base na minha experiência durante a pesquisa de campo, tendo a discordar da suposição de um isolamento cultural e social do município de Guaraqueçaba e principalmente das suas localidades rurais em relação ao litoral paranaense. As dificuldades de acesso ao município não impedem a relação dos moradores com um contexto externo às ilhas e com aspectos socioculturais supostamente distantes dos seus. Essa perspectiva desconsidera o constante fluxo dos moradores através das baías e também as relações travadas entre moradores e agentes externos, possibilitadas pelo fluxo intenso de agentes externos na região.

A Colônia Superagui

Conhecida por sua colonização suíça, a região do Superagui abrigou ao longo de sua história, indígenas, jesuítas e muitos imigrantes europeus, entre ingleses, portugueses, italianos, franceses e suíços. Em documentos da Vila de Paranaguá do fim do século XVII, é mencionada uma doação de terras do Varadouro a sacerdotes jesuítas que iriam construir um colégio da Companhia de Jesus. Essas terras ficavam ao sul da península do Superagui e ao sul da Ilha das Peças. Os jesuítas de Portugal foram expulsos da região em 1759 pelo rei D. José I, acusados de desrespeitar as fronteiras do tratado de Madri, e de se opor “às leis que regulavam a administração das aldeias indígenas, praticava atividades comerciais proibidas a religiosos, difamava o rei no estrangeiro e agira como um poder autônomo dentro do Estado Português” (LOPES, 2009:41). Com a expulsão, as terras doadas aos jesuítas foram confiscadas pela coroa portuguesa e apenas permaneceram na região escravos e moradores nativos, que segundo o autor, eram ou se tornaram posseiros dessas terras localizadas no interior da fazenda Superagui (*ibid*). Somente em 1806 foi determinado que as fazendas dos padres jesuítas fossem vendidas.

A Fazenda Superagui foi comprada em 1815 pelos ingleses Roberto Ruxton e David Stevenson, marcando uma fase dos “filhos da Inglaterra” em Superagui (*ibid*). Nesta época, alguns bairros que possuem os mesmos nomes de algumas vilas atuais da região, como Superagui, Poruquara, Peças, Vertioga (atualmente Bertioga) e Varadouro, eram referenciados nas listas de ordenança da vila de Paranaguá. Segundo o autor, esses bairros eram administrados por cabos e estrangeiros proprietários dessas terras, onde

também moravam nativos da região e escravos. A fazenda Superagui vivia da agricultura e exportação de café e os moradores nativos também vendiam pescado. Em um documento de metade da década de 1930 consta o nome de José Narciso Coelho, um empreendedor da pesca e proprietário, junto com um sócio, de uma serraria no bairro de Poruquara (*op cit*: 94).

Apesar de essas terras terem pertencido a vários proprietários estrangeiros, a história de colonização da região da baía de Pinheiros está vinculada ao suíço Charles Perret-Gentil, que desde sua chegada ao Brasil, no ano de 1838, tinha como objetivo criar uma companhia de colonização suíça no país. Com a sua nomeação como Cônsul Geral Honorário da Suíça no Rio de Janeiro passou a pesquisar a possibilidade de formar uma colônia, realizando diversas viagens entre Brasil e Suíça durante os anos de 1843 e 1850. Quando abandonou seu posto de cônsul em 1851, Perret-Gentil dedicou-se integralmente à fundação de uma colônia suíça na região do Superagui. Sua chegada à região – junto de outros cinco colonos italianos e suíços – foi no ano de 1852, mesmo ano em que adquiriu a fazenda Superagui do casal de ingleses David e Jacinthe Stevenson. A fazenda Superagui tinha uma extensão total de 35.000ha dividida em três áreas com características geográficas distintas:

Uma estava situada no continente e compreendia um terreno montanhoso, nas faldas da Serra do Mar; a segunda era a península propriamente dita, separada da primeira pela Baía de Pinheiros e pelo canal do Varadouro; a terceira, formada pela ilha das Peças e mais algumas pequenas ilhas (LOPES, 2009:112).

Sua extensão total (35 mil ha) é muito próxima da extensão territorial do Parque Nacional do Superagui, que tem aproximadamente 34.000ha.

A Colônia começou com oito suíços/italianos e 50 famílias brasileiras, contabilizando 244 pessoas e foi fundada por Perret-Gentil, seu irmão Augusto Perret-Gentil e Jorge Carlos Milly. O projeto de criação de uma colônia particular contava com a mobilização de agências brasileiras e europeias para alistamento e transporte de migrantes, além do apoio de uma casa bancária de Genebra, que se tornou coproprietária, dando ajuda financeira ao empreendimento. Em cartas ao presidente do governo provincial e por vezes ao governo imperial, Charles Perret-Gentil destaca seu empreendimento como uma empresa, a qual operava no “Sistema Superagui”. Em relatório enviado ao vice-presidente da província, José Antonio Vaz de Carvalhaes em 1857, Perret-Gentil descreve o Sistema Superagui:

O sistema seguido na colônia e que pelo empresário é denominado – Sistema Superagui – consiste na venda ou aforamento perpétuo de pequenos lotes de terra aos colonos, que têm preferência para a compra de seus produtos e para a preparação dos mesmos nas fábricas do estabelecimento, a preços iguais. Esse sistema, diz o diretor, foi adotado por ser o que mais favorece a ambição, que tem o colono europeu, de tornar-se logo proprietário, entretanto que cada colono pode, querendo, engajar a seu serviço trabalhadores proletários pelo interesse da parceria (LOPES, 2009:134).

De acordo com esse sistema, inspirado nos moldes europeus, a Colônia tinha objetivos e preceitos similares ao de uma empresa, da qual Perret-Gentil seria o diretor. Alguns terrenos foram comprados por imigrantes de várias nacionalidades, e os brasileiros que já residiam nessas terras deveriam pagar um aluguel a Perret-Gentil para ocupá-las até conseguirem o *aforamento perpétuo*, e ter os mesmos direitos sobre a terra que possuíam os colonos – havia uma clara hierarquia entre imigrantes e brasileiros na Colônia. Os colonos participavam de um sistema de venda das terras, no qual os produtos produzidos os pertenceriam e, sua única obrigação com o dono da Colônia era de lhe dar preferência na venda de alguns produtos (café, cana-de-açúcar), além da dívida adquirida pela compra do lote de terra (*ibid*).

Segundo Lichtsteiner (2008), Perret-Gentil tinha como projeto para a divisão da Colônia estabelecer uma “cidade-sede” e “várias aldeias”, sendo que em cada uma delas haveria uma área para uso comum de pastagem. Em uma das cartas escritas por Perret-Gentil a Zacarias de Góes e Vasconcelos – presidente da província do Paraná no ano de 1854 - disponibilizadas por Lopes (2009), constam algumas considerações sobre o Sistema Superagui:

Cheguei no Superagui há dois anos, com alguns homens para dar princípio à Colônia, logo tratei de fazer casas, derrubadas e plantações, estabelecendo os colonos sobre lotes de terrenos para cultivar, e empregando gente da terra a jornais para o serviço que tinha com o fim de criar o estabelecimento. Cada família tem sua casa, forneço-lhes os mantimentos, ferragens e roupa, como adiantamento, enquanto eles não têm produtos, dou-lhes conselhos para a cultura, arrumando-as e ajudando-as de todas as formas, procurando-lhes as plantas de que precisam. [...] Até uma falta seguida de mantimentos sofriam e ainda sofrem os moradores da terra, o que me obriga ainda por alguns meses recorrer a Paranaguá para sustentar não só os colonos, como também muita desta gente que, sempre ocupada na pescaria, descuidava das plantações. Os colonos ocupam-se da cultura do café, da cana, do arroz, da mandioca, do milho, dos feijões, legumes e algum fumo para o gasto. Existem cerca de 30.000 pés de café plantados e este ano vai se dar maior desenvolvimento a toda cultura, tanto da parte dos colonos como da dos brasileiros, entrando com estes últimos em sociedade, como já se praticava em 1853, fornecendo-lhes os meios de trabalhar na terra e seguir uma cultura regular, o que dará resultados vantajosos, desviando-se da pescaria, que deixa a maior parte na miséria, e fazendo deste bairro um lugar de produção (PERRET-GENTIL *apud* LOPES, 2009:116, 117).

Havia, segundo o “diretor” da Colônia, uma maior disposição entre os residentes brasileiros à pesca, algo que era bastante criticado pelos europeus cujas intenções para a região, eram de exportar produtos a partir de suas roças intensivas, o que, segundo Perret-Gentil traria prosperidade à Colônia. A crítica do suíço aos brasileiros, segundo suas cartas, estava mais relacionada à “falta de ambição”, que à sua dedicação à pesca, pois eles também realizavam o cultivo de roças para sua subsistência. A questão é que os brasileiros não trabalhavam nas roças de forma intensiva e para os fins comerciais que a Colônia como “empresa” se propunha. A chegada desses colonos deve ter alterado significativamente a maneira como os brasileiros trabalhavam na terra e o modo de vida em Superagui, pois os colonos traziam tecnologias e conhecimentos europeus que foram incorporados às técnicas locais.

Fundada apenas com recursos individuais e sem nenhum auxílio do governo brasileiro, Perret-Gentil investiu principalmente no cultivo de café, cana-de-açúcar, arroz, mandioca, fumo, feijão, milho, banana e legumes. O projeto do suíço era de que a Colônia fosse autossuficiente, para isso além de investir no plantio, os colonos possuíam alguns engenhos para a produção de açúcar e aguardente, maquinário para a produção de café, fumo, cana, vinho, tijolos, serragens e as fábricas para a produção da farinha de mandioca (LICHTSTEINER, 2008). As fábricas de farinha são os únicos destes utensílios que são encontrados na casa de algumas famílias da região atualmente.

Os moradores da região apontam as atuais vilas de Saco do Morro e Barbados como o território que compreendia a Colônia do Superagui, e inclusive até pouco tempo atrás a primeira vila era chamada de Colônia³⁰. No entanto, se observarmos a extensão territorial da fazenda comprada por Perret-Gentil que era de 35.000 hectares, podemos afirmar que a Colônia ocupava boa parte das terras circundantes à baía de Pinheiros. Em uma carta de William Michaud³¹ do ano de 1886 destinada à sua irmã Nancy, que

³⁰ Em decorrência, as pesquisas acadêmicas realizadas na região também apontam para as vilas de Saco do Morro e Barbados como área correspondente à Colônia do Superagui, como em (DUARTE, 2013); (ROTHEN, 2003).

³¹ William Michaud foi um colono suíço que se mudou para a região de Superagui durante o período da Colônia. Ele morou até o fim da sua vida na região que hoje compreende a ilha de Barbados e Saco do Morro, e tem bastante destaque na bibliografia sobre a região por ter sido um importante articulador local. Além de ser pintor, Michaud construiu a primeira escola da região onde lecionou por bastante tempo e também foi quem ficou à frente da administração da Colônia junto com João Sigwalt. É bastante lembrado por empreender inúmeras atividades relacionadas a carpintaria e conhecimentos de medicina alternativa. Casou-se com uma nativa e ainda hoje é lembrado com muito orgulho por seus descendentes.

morava na Suíça – publicada no trabalho de Lichtsteiner (2008) - o pintor define Superagui:

Superaguy, 20 de fevereiro 1886, Cara irmã [Nancy]

[...] Superaguy é uma região e não uma povoação ou aldeia, cada um habita sobre o seu terreno, deveria antes dizer que Superaguy é uma aldeia de duas milhas de comprimento (LICHTSTEINER, 2008:55; tradução livre da autora).

Portanto, esse amplo território compreendido pela Ilha do Superagui, a parte sul da Ilha das Peças e uma parte continental de Guaraqueçaba (parte ao norte da baía de Pinheiros) constituíam um mesmo espaço enquanto Colônia – um espaço de trocas e sociabilidades. Nesse sentido, é imprescindível levar em consideração que os vínculos e relações entre as atuais vilas que conformam a região, é algo que acontece desde o período da Colônia. Os colonos construíram suas casas por toda a região, geralmente próximas a rios, o que facilitava o abastecimento de água e irrigação das roças. Nos documentos históricos levantados por Lopes (2009), em fins da década de 1850 as famílias habitavam áreas próximas ao rio do Segredo, rio Real, rio do Varadouro Velho e rio dos Patos – contemplando uma extensa área da baía de Pinheiros, entre ilhas e áreas continentais. A Colônia foi sendo povoada em lugares relativamente distantes, pois as famílias procuravam morar em lugares mais apropriados para as atividades relativas à pesca e roça. A medida que essas famílias foram aumentando, através dos casamentos, pequenos povoados foram criados, e ao longo dos anos se tornaram vilas rurais do município de Guaraqueçaba.

A partir do ano de 1858, a Colônia começa a passar por dificuldades pela falta de apoio e investimento do governo brasileiro, como citado por Perret-Gentil (LOPES, 2009), que além de não ajudar financeiramente, não correspondia às suas intenções de trazer mais imigrantes para a região. O último registro da Colônia em que aparece o nome de seu fundador é do ano de 1861. Aparentemente desiludido pelo “declínio” da Colônia, Perret-Gentil segue para a Europa e morre durante a viagem, no ano de 1863 sem ter passado documentos ou títulos aos posseiros, com exceção de duas famílias. A Colônia passou a ser administrada por Louis Durieu³², um dos proprietários de um lote de terra já regularizado, que passou a legalizar as terras de outros colonos. Com a sua morte em 1885, João Miguel Sigwalt e Guilherme Michaud se tornaram responsáveis

³² No livro de Lopes (2009) se usa a grafia Durieu, porém em outros textos há o uso da grafia Durieux.

pela administração. Os terrenos que foram oficialmente registrados em nome dos colonos e brasileiros passaram a se distinguir da Colônia do Superagui³³.

Apesar de não haver um consenso, tanto em documentos históricos como em trabalhos acadêmicos sobre o que impulsionou a “decadência” da Colônia do Superagui, alguns motivos são citados. Essa “decadência” ou “declínio” é atribuída à falta de apoio do governo brasileiro, à morte do fundador Perret-Gentil, ao “isolamento geográfico” da região, e aos saques ocorridos por ocasião da Revolução Federalista entre os anos de 1893 e 1895 – fatores que determinaram a saída de muitas famílias de suas terras. Em um censo realizado por William Michaud no ano de 1900, Superagui tinha uma população de 1480 pessoas. Vinte anos mais tarde quando um novo censo foi realizado a população era de 125 pessoas.

Essa época faz parte da memória das famílias de Barbados, que se referem ao tempo da Colônia como o *“tempo de primeiro”*. E é partir do olhar de meus interlocutores que entendo como as atuais vilas se formaram e como o discurso do “isolamento” é bastante relativo, uma vez que mesmo morando em lugares distantes os moradores sempre estiveram em constante relação uns com os outros através do trânsito na baía de Pinheiros. A chegada do barco a motor na região ocorre a partir da década de 1970 e ainda assim eram poucas as famílias que conseguiam comprar. As famílias percorriam toda a baía de Pinheiros em suas canoas a remo e segundo uma de minhas interlocutoras, a *“andança”* pelas vilas da região é uma característica de alguns moradores:

Até a gente morar de vez aqui em Barbados a gente andou muito. A gente fazia mudança da família toda de canoa, andava em até cinco pessoas nessas canoas pequenas de um pau só que você vê por aí. Sempre procurando um lugar melhor pra roça e pra pesca.

Essa família, em particular, já morou em várias vilas da região e apesar dessas mudanças estarem relacionadas a melhores locais pra pesca e roça, uma pessoa as atribui à personalidade de sua mãe e seu avô: *“Mamãe é como o vovô, não tem parança. Acho que fica injuriada de ficar num lugar só, por isso já moramos em tantos lugares por aqui”*. Os casamentos entre moradores de diferentes localidades também sempre resultaram em mudanças. Diferente desse grupo, várias famílias se estabeleceram em

³³ Lopes (2009).

uma região e permaneceram no local, como é o caso das vilas de Barbados e Saco do Morro, em que a maioria dos moradores pertence ao mesmo grupo familiar.

O trânsito na baía sempre esteve relacionado às trocas. Alguns lugares da baía de Pinheiros tinham pequenos comércios e os moradores se referem a esses lugares como pequenos “centros” por diariamente receberem vários moradores que compravam mantimentos em troca de pescados – havia um na ilha dos Pinheiros e um no Saco do Morro. Na memória de um morador que nasceu na ilha dos Pinheiros, o “secos e molhados” de seu pai foi herança de seus antepassados colonizadores.

No início de tudo, quando esses estrangeiros chegaram aqui, eles eram donos dos lugares e faziam os moradores trabalharem para eles em troca de apetrechos de pesca e as vezes até comida. Pinheiros, por exemplo, tinha um dono. A muralha que tem lá até hoje é da antiga casa dele, inclusive foi ele quem começou o secos e molhados lá, que foi passando entre os que ali moravam até chegar no meu pai.

Esse morador conta que quando era criança a Ilha de Pinheiros era um dos “centros” da região, e que lá moravam outras famílias além da dele. Nessa época poucas famílias tinham barco a motor e as que tinham passaram a revender o pescado excedente das famílias em Guaraqueçaba e Paranaguá. Ao falar sobre o “tempo de primeiro” os moradores sempre fazem referência a um modo de vida caiçara.

O jeito antigo de viver era o caiçara, de gente que nasce e mora em casa de chão batido, com fogo no chão, panela pendurada na parede. Come coisa que é da natureza, tomava água no coco e dormia na tarimba.

Quando falam sobre o passado os moradores sempre fazem referência a atributos caiçaras, como os mutirões e os bailes de fandango, mas principalmente, se referem ao “tempo de primeiro” para relacioná-lo ao tempo atual. Nesse sentido o fandango e o mutirão não figuram como coisas do passado³⁴, pois fazem parte do cotidiano atual nas ilhas - embora ao fandango seja necessário fazer uma ressalva: em Barbados não existem mais mestres fandangueiros, entretanto, em ocasiões especiais ocorrem bailes de fandango, mas sempre com pessoas de fora. Os moradores também mencionam o tempo de primeiro ao refletir sobre os efeitos da “preservação” do seu território. Apesar

³⁴ O Fandango Caiçara foi registrado como Patrimônio Cultural do Brasil no ano de 2012, desde então é protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (IPHAN).

de reconhecer benefícios ligados à criação do Parque Nacional do Superagui, os moradores refletem sobre os efeitos que a fiscalização ambiental determinou:

Se o objetivo é preservar eles bem que conseguiram. Antigamente era morro descascado de roça e tempo de fatura pra gente. Hoje é morro com mato e miséria.

Essa fala é bem representativa da situação atual das vilas rurais do município: a preservação é garantida pela fiscalização ambiental e também pela fiscalização local. Em contrapartida, os altos índices de preservação não falam acerca das dificuldades que os moradores passam através da privação de seus direitos e, menos ainda, refletem sobre a falta de diálogo na criação dessas Unidades de Conservação.

A Companhia Agropastoril Litorânea Paraná S/A

Desde 1954 a Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná tinha registrado em seu nome alguns lotes de terra na ilha das Peças e na ilha do Superagui (BAZZO, 2010). Depois de se instalar na vila de Bertiooga, a Companhia ergueu uma sede na Praia Deserta (localizada na Barra do Superagui) chamada pela população local de “casa branca”. A fim de ganhar a confiança dos moradores a Companhia prometia empregos e benfeitorias nas vilas, como a pintura de uma antiga capela localizada na vila de Saco do Morro. Após esse evento a Companhia adotou a imagem da fachada dessa capela como símbolo da empresa, e por essa razão passou a ser chamada localmente por “Capela” (MUNIZ *apud* BAZZO, 2010). Os autores também afirmam que a Companhia tinha planos de “preparar” algumas regiões (e suas vilas) da ilha do Superagui para a construção de um empreendimento imobiliário. “Preparar” no caso envolvia soltar búfalos nessas regiões para amedrontar os moradores e expulsá-los do território. O desenrolar desse evento foi bastante decisivo para dar mais força ao discurso ambientalista sobre a importância e necessidade de proteger a região:

A empresa se instalou em várias localidades dos arredores, mas quando chegou à Barra de Ararapira encontrou uma resistência surpreendente: os habitantes do lugar cercaram seu território e desafiaram, com suas foices e facões de lavradores, capatazes armados. A reação fortaleceu o coro dos ambientalistas que desejavam criar um parque nacional na região e, diante

disso, o Estado se viu na responsabilidade de tomar providências: demonstrou na justiça a ilegalidade do empreendimento e retirou dali a companhia (BAZZO, 2010:19).

A Companhia Agropastoril ficou na região entre 1954 e 1985, mesmo ano em que a Ilha do Superagui foi registrada no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná. Embora tudo se encaminhasse para o início de um novo momento – me refiro à chegada da preservação, ou à “*chegada do IBAMA*” segundo meus interlocutores – a expulsão da Companhia Agropastoril parece ter sido o estopim. Nos anos consecutivos os moradores assistem à criação de várias Unidades de Conservação em seu território, sem qualquer tentativa de diálogo ou consulta à população.

Os “anos verdes” e a criação das Unidades de Conservação

Ao descrever os principais processos históricos de Guaraqueçaba, Miguel Von Behr (1998) destaca as décadas de 1980 e 1990 como os “anos verdes”, referindo-se ao período em que foram criadas as Unidades de Conservação do município. Neste período algumas ONGs ambientalistas chegaram na região para desenvolver projetos de conservação. Nessa mesma época há um grande interesse acadêmico pelo município e desde a década de 1990 muitas pesquisas passaram a ser desenvolvidas no litoral norte paranaense e, em decorrência destes estudos, pesquisadores em atuação passaram a compor e manter redes de relações com os moradores das vilas do município.

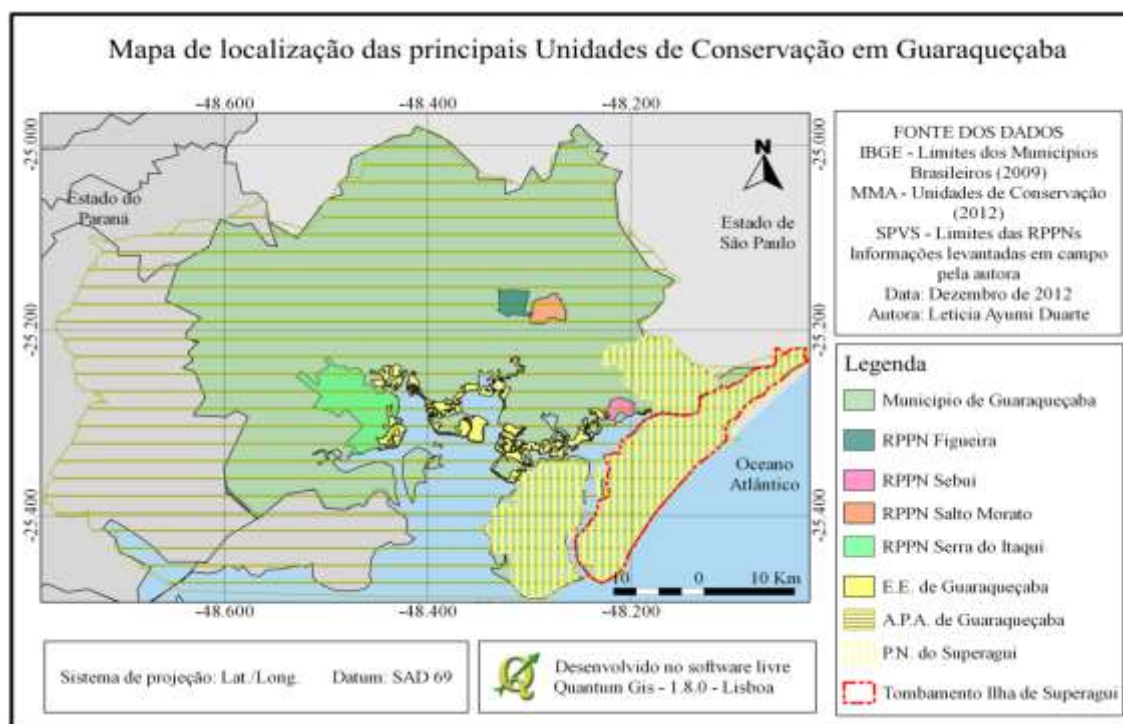
Atualmente Guaraqueçaba é composta por um mosaico de Unidades de Conservação que integram uma das maiores áreas remanescentes de Mata Atlântica brasileira. Na década de 1980 foram criadas quatro Unidades de Conservação no município, a primeira foi a Estação Ecológica (ESEC) de Guaraqueçaba, criada em 1982; em 1985 foram criadas a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, e a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) das Ilhas de Pinheiros e Pinheirinho, e em 1989 é criado o Parque Nacional do Superagui. As categorias ESEC e Parque Nacional figuram entre as Unidades de Conservação de Proteção Integral, e as categorias APA e ARIE entre as Unidades de Conservação de Desenvolvimento

Sustentável. Em 1991, Guaraqueçaba assim como as Ilhas de Superagui e Peças são declaradas Reserva da Biosfera pela UNESCO, e segundo o Ministério do Meio Ambiente, as Reservas funcionam como centros de monitoramento, pesquisas, educação ambiental e gerenciamento de ecossistemas, a partir do trabalho integrado “de instituições governamentais, não governamentais e centros de pesquisa”³⁵. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – lei nº 9985/2000 – no capítulo XI, a Reserva da Biosfera é “um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável de recursos naturais”.

A partir da década de 1990 são criadas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), Unidades de Conservação de Uso Sustentável instituídas em áreas privadas, com isenção de imposto – medida que visa incentivar a criação dessas reservas, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)³⁶. Em 1994 são criadas as RPPNs Fazenda Figueira e Salto Morato, cujo proprietário é a Fundação O Boticário de proteção à natureza. Em 1999 foi criada a RPPN Sebuí, propriedade de Gaia Operadora de Ecoturismo S/C Ltda; no ano de 2007 é criada a RPPN Serra do Itaqui, propriedade da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). Em 1997 o Parque Nacional do Superagui foi ampliado ao anexar como território da UC as vilas de Saco do Morro, Barbados, Vila Fátima, Canudal, Barra do Ararapira (que ficam na Ilha do Superagui), Caçadas e Abacateiro, que ficam na parte continental e a pequena Ilha de Pinheiros. E em 2012 é criada a Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesus, mais uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

³⁵Fonte: Ministério do Meio Ambiente, disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/reserva-da-biosfera>, visualizado em 27/07/2014.

³⁶Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias>, visualizado em 25/07/2014.



Mapa 2: Unidades de Conservação no município de Guaraqueçaba. Fonte: Leticia Duarte (2013:95), “Os Argonautas do Superagui: identidade, território conflito em um parque nacional brasileiro”.

A partir do ano 2000, esses espaços passaram a ser organizados e geridos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000), com base no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, no qual se impõe ao poder público o dever de defender e preservar o meio ambiente. Esse sistema classifica as áreas naturais protegidas em: Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável e Unidades de Conservação de Proteção Integral. Nas primeiras, a interferência humana em parcelas do ambiente é permitida, desde que se respeite a perenidade dos recursos naturais renováveis e dos processos ecológicos, garantindo a conservação do local: é o caso das Áreas de Proteção Ambiental, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural e Áreas de Relevante Interesse Ecológico. As Unidades de Conservação de Proteção Integral são estabelecidas para garantir a manutenção de ecossistemas livres de modificações causadas pelo homem, nas quais o uso dos recursos naturais deve ocorrer de forma indireta. Como exemplos deste segundo grupo estão as Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre. No capítulo três será abordada a lei

do SNUC e outras leis ambientais, ao falar sobre a atual gestão do Parque Nacional do Superagui e os conflitos com os moradores durante a elaboração do Plano de Manejo.

O início da atuação de ONGs conservacionistas e preservacionistas marca a emergência do discurso ambientalista em Guaraqueçaba a partir dos anos de 1980. A partir desta década ONGs como a SOS Mata Atlântica, a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), e a IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas) passaram a atuar na região. A Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza que atua desde 1990 é uma das primeiras instituições brasileiras ligadas à iniciativa privada a realizar projetos pela conservação da natureza, e desde o início (dos “anos verdes”) também atua em Guaraqueçaba.

Portanto, a criação das Unidades de Conservação, e mais especificamente, a criação do Parque Nacional do Superagui em 1989, marcam em definitivo um novo período de atuação de diversos agentes no litoral, todos ligados à proteção da natureza. O Projeto de Conservação do papagaio-de-cara-roxa, gerido pela SPVS desde 1998 – atualmente também em parceria com Loro Parque Fundación, Fundo Brasileiro para a Diversidade, Fundação Grupo Boticário e ICMbio – pode ser pensado como exemplo. Segundo depoimento do atual chefe do Parque Nacional do Superagui, disponível no *site* da ONG SPVS³⁷, a Unidade de Conservação faz parcerias com as ONGs que se estabeleceram na região:

Falar sobre o projeto do papagaio-de-cara-roxa é falar um pouco sobre a própria história do Parque Nacional do Superagui, uma vez que, em se tratando de administração pública e projetos, muito raramente pode-se contar com a continuidade e a constância de informações. [...] O censo do papagaio e a parceria com a SPVS já estão internalizados na rotina do parque. A espécie é tão importante que faz parte da missão do parque. Outra questão é que estamos nos organizando para uma Gestão de Resultados e, para isso, precisamos de indicadores que demonstrem claramente para a sociedade que a unidade cumpre seus objetivos. Ter indicadores confiáveis e que revelem a efetividade da conservação é um desafio e esse privilégio nos é fornecido pelo censo do papagaio. Isso é quase como dizer que dependemos dos números desse trabalho para saber se estamos no caminho certo da gestão do Parque Nacional do Superagui.

A SPVS foi a primeira ONG a desenvolver um projeto de preservação de uma espécie em risco de extinção na região. A ONG IPÊ trabalha na região desde o ano de 1995, a partir de projetos envolvendo a região Superagui-Ariri: “Conservação do Mico-Leão-da-Cara-Preta” e outros projetos de educação ambiental, como o de Manejo de

³⁷ Disponível em: <http://www.spvs.org.br/parcerias-valiosas/>, visualizado em 22/06/2014.

pesca e Maricultura. As ONGs são as que mais se relacionam com a população local, principalmente pelo vínculo que seus projetos mantêm com educação ambiental e medidas de conscientização – anualmente elas abrem inscrições para moradores das *ilhas* trabalharem nestes projetos. Já a Fundação Grupo Boticário sempre esteve mais envolvida com as RPPNs e pesquisas acadêmicas. No site da Fundação são lançados editais para patrocinar projetos relacionados à conservação da natureza no Brasil³⁸.

A presença de todos esses agentes na região atingiu seu auge com a criação do Parque Nacional do Superagui, quando Guaraqueçaba assume frente ao estado do Paraná o lugar da conservação e preservação da natureza. Desde então, o número de pesquisas acadêmicas sobre a região têm aumentado significativamente. Segundo Kasseboehmer e Silva (2008), no período entre 1979 e 2005, foram realizadas 109 pesquisas sobre a região, entre artigos, relatórios técnico-científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Segundo os autores, tais pesquisas se concentram nas seguintes áreas: Fauna e Flora (40 pesquisas), Socioeconomia, produção e sustentabilidade (19), Conflitos em áreas protegidas (12), Multidisciplinar (12), Projetos e relatórios (9), Antropologia (7), Meio Físico (6), História e cultura (2) e Tecnologia (2). Não tenho contabilizadas as pesquisas desenvolvidas a partir de 2005, mas os eventos relacionados à atual elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui têm mobilizado o diálogo entre pesquisadores de diversas áreas que estão à disposição do Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná.

As vilas da Baía de Pinheiros

A baía de Pinheiros tem seus limites definidos pelas *ilhas* que a circundam. A baía fica entre a Ilha do Superagui, a Ilha das Peças e uma parte continental de Guaraqueçaba, e ao longo de sua extensão estão localizadas pequenas Ilhas, como a Ilha dos Pinheiros. No interior dessas ilhas estão localizadas cerca de 20 vilas (conforme Mapa 1) habitadas por pessoas que se declaram caiçaras e /ou pescadores e pescadoras artesanais, dentre os quais, a maioria descende dos moradores da Colônia do Superagui. Os moradores mantêm relações cotidianas entre si que são marcadas pelo parentesco,

³⁸ Alguns projetos e os Editais lançados pela Fundação Grupo Boticário estão disponíveis no site: <http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/PT-BR/Paginas/o-que-fazemos/editais/default.aspx>, visualizado em 26/06/2014.

por relações de amizade e vizinhança, por relações de trabalho e na luta pelo reconhecimento de seus direitos enquanto população tradicional. Por esse motivo não é possível falar sobre Barbados sem explorar as suas relações com as outras vilas e sem pensá-las em conjunto. As vilas se complementam pelos laços de parentesco e diariamente os moradores circulam pela baía de Pinheiros, entre uma e outra. As famílias costumam se visitar, frequentar igrejas, negociar trabalho, vender peixe, ir a festas, postos de saúde e, no caso dos jovens, principalmente para estudar. Descrevo apenas as vilas localizadas na baía de Pinheiros por fazer parte do universo mais próximo a Barbados.

A Ilha do Superagui tem seis vilas: Barra do Superagui, Barra do Ararapira, Canudal, Vila Fátima, Barbados e Saco do Morro. As duas primeiras vilas são as mais populosas, Barra do Superagui fica em frente a uma ponta de Ilha das Peças e de frente ao mar de fora, e a Barra do Ararapira fica ao norte, na fronteira com a Ilha do Cardoso, litoral paulista. As quatro vilas menores ficam de frente à baía de Pinheiros.

A Barra do Superagui é a única vila que está fora dos limites do Parque Nacional do Superagui. Moram cerca de 1200 pessoas, distribuídas em aproximadamente 300 casas. As atividades produtivas dos moradores se dão quase exclusivamente na pesca em alto mar e no turismo. A vila possui energia elétrica, escola do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, e também um curso profissionalizante. Por ser um dos poucos lugares em que os moradores podem concluir seus estudos, a Barra recebe diariamente os alunos das vilas de Bertioga e Barbados para estudar. Na Barra há também água encanada e posto de saúde, que recebe periodicamente um médico, sendo um dos postos mais procurados pelos moradores da baía de Pinheiros em casos de emergência. É a vila mais estruturada para o turismo: possui algumas pousadas, campings, alguns mercadinhos e restaurantes. Apesar do crescente interesse turístico na vila, a Barra do Superagui possui poucas casas de turistas e a maior parte das pousadas pertence a nativos. A Barra é uma das vilas centrais na região da baía de Pinheiros, seu fácil acesso à Paranaguá é um atrativo para os turistas e, além disso, é a vila que mais recebe moradores de outras localidades menores. A sede do ICMBio está localizada apenas em Barra do Superagui e por esse motivo as reuniões maiores do órgão gestor são realizadas lá.

A Barra do Ararapira, que desde o ano de 1997 está dentro dos limites do PNS, se situa no extremo norte da Ilha do Superagui, de frente à Ilha do Cardoso no litoral paulista, motivo pelo qual mantém relações mais constantes com as vilas paulistas de Marujá, Enseada da Baleia e Pontal do Leste. Pelo lado paranaense não há linha de transporte marítimo regular. Segundo Bazzo (2010), a Barra é caracterizada pela presença de bancos de areia, reservatórios que, por não serem fixos apresentam um constante movimento peculiar a este território: “por intermédio de um processo erosivo que obriga os moradores a transferir, de tempos em tempos, suas casas, construções e rotas de pesca” (BAZZO, 2010:15). A vila possui 132 moradores distribuídos em 45 casas (*idem*). Existem também uma igreja católica e uma crescente infraestrutura para o turismo. Pela proximidade ao mar de fora, a pesca é realizada intensivamente em alto mar, mas não exclusivamente. Além da Associação de Moradores, as mulheres se organizaram no Grupo de Mulheres Produtoras de Cataia da Barra de Ararapira, com o apoio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), para a comercialização de folhas de cataia e da bebida proveniente das folhas dessa planta curtidas em cachaça. A bebida Cataia é popularmente conhecida como “uíque caiçara” e é um atrativo aos turistas.

Em frente ao mar de dentro (baía de Pinheiros) se encontram as vilas de Saco do Morro, Barbados, Canudal e Vila Fátima, todas inseridas dentro dos limites do PNS. Saco do Morro é a localidade em que se estabeleceu a Colônia do Superagui, pois foi residência de alguns dos colonos mais famosos na região. Por esse motivo era uma vila bem estruturada com casas e pequeno comércio, mas atualmente está passando por um forte êxodo de seus moradores para outras vilas, especialmente para a vila Bertioiga. Apesar de existirem cinco casas na vila, atualmente apenas duas famílias estão na localidade, que conta com pouca infraestrutura em relação ao abastecimento de água e também por se situar no interior do PNS, conta apenas com energia solar. Os moradores vivem majoritariamente de pesca e extração de ostras do mangue. O Saco é representado politicamente pela Associação de Moradores de Barbados. Dos tempos da Colônia, ainda existem ruínas de casas e uma pequena igreja católica, recentemente restaurada por um grupo de estudantes e interessados na região com residência em Curitiba.

Em Barbados moram 69 pessoas distribuídas em 20 casas. Na vila há uma escola municipal rural de 1ª a 4ª série, dois mercadinhos, um espaço onde são realizados bailes,

um restaurante e uma fábrica de farinha, ambos do mesmo dono. Os moradores estão organizados em uma Associação de moradores que além de representar também a vila de Saco do Morro, representa a única família que reside na Ilha de Pinheiros. As casas são abastecidas com energia solar, que por ser considerada insuficiente pelos moradores, tem gerado uma mobilização por parte da Associação em sua relação com o órgão gestor do PNS. O sustento da população vem principalmente do trabalho na pesca e na extração de ostras e caranguejos – apenas durante os meses de dezembro a março.

A vila de Canudal possui atualmente oito casas. Há pouco tempo atrás ainda havia uma escola, uma igreja e bares, mas todos fecharam, pois grande parte dos moradores foi embora. Devido a isso, os jovens em idade escolar se deslocam diariamente para a vila de Sebuí, assim como também os estudantes de Vila Fátima, na qual moram 17 famílias. Nesta vila ainda há uma escola municipal rural e uma igreja Católica. Vila Fátima e Canudal também são abastecidas com energia solar e tiram da pesca e da extração de ostras nas áreas de mangue, o seu sustento³⁹.

As *ilhas* concentradas na região continental, de frente à baía de Pinheiros e consideradas aqui, são: Varadouro, Saco da Rita, Abacateiro, Sebuí e Poruquara. Esta última, apesar de não se situar de frente à baía de Pinheiros faz parte das *ilhas* da região que mantêm entre si relações constantes⁴⁰.

A *ilha* de Poruquara possui 50 moradores e apesar de não ser considerada uma vila do entorno do Parque Nacional do Superagui como as outras, está dentro do território que corresponde à Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba. O acesso à Poruquara pode ser feito tanto por mar, quanto por terra pela Estrada do Bronze, a qual se tem acesso na sede do município. O rio Poruquara, localizado nesta vila é responsável pelo abastecimento de água de todas as vilas da Ilha das Peças.

Sebuí é uma vila com 62 moradores residentes em 19 casas. Chama a atenção de turistas pelas suas cachoeiras e fica ao lado da RPPN Sebuí. Na vila tem escola com Ensino Fundamental e Ensino Médio (até o segundo ano), e recebe alunos das vilas próximas diariamente. Nos dias de culto da Congregação cristã do Brasil, única igreja

³⁹ Dados retirados do livro “Recursos Naturais da Vida Caiçara”, elaborado pelo CULTIMAR.

⁴⁰ Há também a localidade de Agostinho, próxima ao Abacateiro, na qual mora apenas uma família. E a vila de Caçada.

local, o fluxo de pessoas aumenta. Apesar de ser entorno do PNS, Sebuí possui apenas energia solar.

Abacateiro é um pequeno vilarejo que assim como Saco da Rita, surgiu a partir da vinda dos moradores da vila de Rio dos Patos. Ambas as comunidades não contam com igrejas e escolas, e são abastecidas por energia solar. Em Saco da Rita moram cerca de 30 pessoas. Já no Abacateiro moram apenas 15 pessoas, e esta *ilha* se destaca bastante na região por ser moradia do mestre fandanguero Leonildo Pereira, o qual, além de percorrer os estados do Paraná e São Paulo no circuito do fandango, também recebe muitos pesquisadores, músicos e agentes culturais, interessados no conhecimento do mestre, que não apenas faz o fandango como fabrica os instrumentos para uso próprio e venda.

A última vila continental é Varadouro, que se encontra justamente na divisa entre Paraná e São Paulo. O atracadouro e a trilha de acesso ficam no Paraná e a comunidade fica muito próxima da divisa entre as cidades de Guaraqueçaba e Cananéia – SP.

No meio da baía de Pinheiros, entre as Ilhas do Superagui e Peças, fica uma pequena Ilha chamada Pinheiros. Na Ilha mora apenas um casal, apesar de existirem mais três casas que pertencem a seus filhos que foram morar em outras ilhas. Também é abastecida com energia solar. A Ilha dos Pinheiros tem forte valor turístico pois é o dormitório do papagaio-de-cara-roxa. Todos os dias ao amanhecer e ao entardecer, é possível ver a revoada dos papagaios, a partir de alguma embarcação ancorada próxima à Ilha. Por esse motivo, principalmente na temporada de verão, o fluxo de turistas próximo à ilha é bastante intenso.

Em Ilha das Peças existem atualmente cinco comunidades: Vila das Peças, Laranjeiras, Guapicum, Tibicanga e Bertiooga, das quais, apenas as duas últimas encontram-se localizadas de frente à baía de Pinheiros. As outras três ficam de frente à baía de Laranjeiras. Todo o abastecimento de água desta ilha vem do rio Poruquara.

Vila das Peças é a segunda maior localidade da região, depois da Barra do Superagui. O território que corresponde à vila aumentou logo que os vilarejos de Guarituba e Ponta do Indaiaero foram anexadas à Peças (como é chamada pelos moradores). A partir da década de 1990, a vila passou por uma tentativa de especulação

imobiliária, motivada pela valorização de suas terras por agentes imobiliários de Curitiba (ROCHA, 2005), desencadeando a venda de muitos terrenos pelos próprios nativos da ilha – atualmente existem muitas casas de turistas por lá. Moram aproximadamente 350 pessoas na Vila, há uma escola que vai das séries iniciais ao Ensino Médio, e também estão sendo criados cursos técnicos. A comunidade conta com posto de saúde e existe uma linha de transporte regular de Paranaguá até lá. A energia elétrica também chegou há pelo menos 15 anos e os moradores tem também acesso à internet. Laranjeiras é uma pequena vila com apenas onze casas, das quais algumas estão abandonadas. Atualmente moram sete pessoas devido a um intenso êxodo para a cidade. Há também uma escola e uma igreja também abandonadas⁴¹.

Guapicum e Tibicanga são duas comunidades próximas, e assim como Bertioiga, tiveram acesso à energia elétrica em maio deste ano, a partir do projeto do governo federal “Luz para todos”, realizado pela COPEL. Guapicum possui aproximadamente 20 casas, com 93 moradores. O que chama atenção na comunidade são suas casas coloridas muito próximas umas das outras, construídas sobre palafitas de madeira para evitar possíveis alagamentos possibilitados pelos períodos de maré alta. Em Guapicum existe uma igreja católica e uma escola municipal rural. Tibicanga é um pouco maior, com cerca de 160 moradores. Tem posto de saúde, telefones públicos, escola das séries iniciais ao segundo ano do Ensino Médio e cozinha comunitária. Existem também três igrejas, batista, católica e congregação cristã do Brasil⁴².

A última vila de Peças é Bertioiga, que fica bem em frente à Barbados, sendo necessários dez minutos de bateira para atravessar a baía entre uma e outra. Com uma população de 126 pessoas, Bertioiga foi uma das primeiras comunidades a receber uma filial da Congregação Cristã do Brasil, e por isso recebe visitas de muitos “irmãos” de outras regiões. Pela recente instalação de energia elétrica, alguns moradores de Saco do Morro mudaram-se para lá durante neste ano. Em Bertioiga há também uma igreja católica, telefone público, vendas, uma escola municipal rural, dois restaurantes e uma pousada para receber turistas. No último período em campo, acompanhei a professora de Barbados passando de casa em casa para que os comunitários assinassem um abaixo-assinado em favor da criação de uma escola com Ensino Fundamental completo e Ensino Médio até o segundo ano em Bertioiga.

⁴¹ *Ibid.*

⁴² *Ibid.*

Os deslocamentos entre as vilas são frequentes em todos os momentos da vida. As crianças acompanham os pais em visitas, passeios e festas, e depois de certa idade passam a frequentar diariamente outra vila maior para estudar. Como os alunos de Barbados, Saco do Morro e Bertiooga que cursam o Ensino Médio na Barra do Superagui, e os alunos de Canudal e Vila Fátima que frequentam a escola em Sebuí. Das onze vilas da baía de Pinheiros, sete tem escola com Ensino Fundamental séries iniciais⁴³ - as Escolas Municipais Rurais, que atendem alunos da primeira à quarta-série. E quatro vilas possuem colégio com Ensino Fundamental séries finais ou Ensino Médio: Vila das Peças, Tibicanga, Barra do Superagui e Sebuí⁴⁴. Das relações entre os jovens surgem casamentos e parcerias de trabalho que se mantêm ao longo da vida.

Com a chegada das igrejas pentecostais – Assembléia de Deus e Congregação Cristã do Brasil – entre as décadas de 1990 e 2000, muitos moradores que eram católicos se converteram a essas religiões, estabelecendo um trânsito religioso de pessoas que frequentam os cultos nessas vilas. Na baía de Pinheiros a Congregação Cristã do Brasil construiu igrejas nas vilas de Bertiooga, Sebuí, Tibicanga e também em Barra do Superagui. Ao se converter a essas religiões os moradores deixaram de participar de várias atividades dentro das vilas pelas restrições impostas pelas igrejas, o que em alguns episódios ocasionou desentendimentos entre famílias. Ainda assim, as igrejas católicas permanecem nas vilas e também impulsionam um trânsito religioso dos moradores que frequentam as festas de padroeiro de outras vilas, há inclusive um calendário dessas festas, como aponta Martins (2005):

As festas em comemoração aos padroeiros locais são inúmeras. Quanto mais conhecida pelo povo, maior é a festa. Em dias de festa, comunidades inteiras se visitam e interagem. Existe um calendário anual que todo ano relembra a data dos padroeiros. Por exemplo: em Ararapira (São José, 19 de março); Laranjeiras (Santa Rita de Cássia, 22 de maio); Guapicum (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 22 de abril); Vila Fátima (Nossa Senhora de Fátima, 12 e 13 de maio); Colônia de Superagui (Nossa Senhora do Rosário, 14 de junho); Canudal (São Luiz Gonzaga, 21 de junho); Tibicanga (São João Batista, 24 de junho); Barra do Ararapira (Santa Ana, 25 e 26 de julho) Bertiooga (Imaculada Conceição, 8 de dezembro) e Barbados (Nossa Senhora Aparecida, 09 de dezembro) (MARTINS, 2005: 63).

Frequentar os postos de saúde da região é outro motivo para os deslocamentos entre as vilas. Atualmente existem postos de saúde em Almeida, Tibicanga, Sebuí e

⁴³ As vilas de Canudal, Vila Fátima, Abacateiro e Saco da Rita não possuem escola.

⁴⁴ Enquanto estava fazendo trabalho de campo, uma escola com Ensino Médio estava sendo criada na Vila de Bertiooga.

Barra do Superagui. Segundo duas interlocutoras, as vilas com maior infraestrutura não necessariamente são as maiores, mas as que têm a Associação de moradores mais ativa, ou seja, *“a prefeitura faz as coisas nos lugares onde as pessoas se mexem”*, segundo elas. No caso, elas se referiam ao fato de Sebuí ter um posto de Saúde e outras vilas maiores como Bertiooga, não.

Assim, é possível dizer que os moradores da baía de Pinheiros estão em contato, uns com os outros, diariamente através dos deslocamentos entre as vilas para resolver questões de trabalho, estudar, fazer visitas, frequentar festas e Igrejas. São também relevantes os deslocamentos semanais dos moradores à sede do município de Guaraqueçaba e à Paranaguá, para resolver pendências na Colônia dos Pescadores, fazer compras em mercados maiores e receber o auxílio Bolsa Família – grande parte das famílias que possuem filhos em idade escolar matriculados recebe esse auxílio mensal, que é muito importante para complementar a renda familiar.

O Turismo de Base Comunitária

Há alguns anos o Turismo de Base Comunitária tem se consolidado em algumas vilas da região em parceria com agentes externos, como uma forma de complementar a renda das famílias. Como meu primeiro contato com Barbados foi através de uma viagem aos moldes desse modelo de turismo, pude acompanhar de perto os objetivos desse segmento em conversa com os guias e também em um texto elaborado pelos mesmos. Segundo os guias turísticos, em texto apresentado ao grupo antes da viagem, o Turismo de Base Comunitária é um segmento do “turismo cultural”, orientado para pequenos grupos que procuram experiências culturais aliadas a “vivências culturais autênticas”, e,

Possui esse nome, pois é a própria comunidade quem se organiza e fomenta o turismo. Nesse caso, todos os ganhos e adventos vão para a comunidade, gerando uma economia solidária de trocas. Esse tipo de turismo é

considerado o turismo do futuro, pois é baseado em verdadeiras trocas culturais, na economia solidária e na defesa da cultura popular e tradicional⁴⁵.

Um grupo de estudantes do curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná desenvolveu alguns projetos de turismo para Barbados entre os anos de 2011 e 2012. A proposta era levar pequenos grupos de turistas para passar dois ou três dias na vila, para conhecer a cultura caiçara. Faziam parte do pacote algumas “vivências”, como por exemplo, catar ostras, fazer farinha de mandioca, conversa com uma moradora sobre ervas medicinais e um baile de fandango – “vivências” são atividades propostas para que os turistas aprendam determinadas práticas tradicionais da cultura caiçara. Cada turista pernitoou na casa de uma família, onde também realizavam as principais refeições junto aos anfitriões. Para tanto, a proposta de turismo aliou algumas experiências com pequenos grupos e pesquisa de campo, onde se procurou perceber as principais demandas de Barbados e a opinião dos moradores sobre a vinda de pessoas de fora. A experiência foi positiva na opinião dos moradores, mas não continuou.

Essa e algumas outras experiências de turismo na região podem ser pensadas como projetos com uma dimensão assistencialista, pois são iniciativas geralmente propostas por pessoas de fora, cujo objetivo é trazer melhorias e contribuir com as comunidades da região. Ao longo do trabalho de campo acompanhei algumas experiências semelhantes, propostas por turismólogos, voluntários vinculados ou não a programas do governo como a Provopar e Emater e produtores culturais.

Desde 2001 um importante articulador sociocultural nascido em Vila das Peças realiza anualmente o projeto chamado “*Viagem de Canoa*”, mencionado na Introdução. As características da Viagem são as trocas de experiências estabelecidas entre os canoeiros e os moradores da região, além da oportunidade de percorrer as baías em canoas à remo, vivenciar belas paisagens, e principalmente, perceber como é o cotidiano dos moradores nas vilas e no trânsito pelas baías. No entanto, essa visão do cotidiano dos moradores é atualizada pelo idealizador da viagem, pois atualmente são poucos os moradores que ainda percorrem trechos de canoa a remo. Inclusive alguns moradores ficam impressionados em saber que “pessoas da cidade” tem vontade de percorrer a região em canoas a remo, pois é preciso um grande esforço físico para remar grandes e pequenas distâncias.

⁴⁵ Texto apresentado aos turistas antes da viagem.

A *Viagem de Canoa* é bastante esperada pelos moradores e é um projeto bem sucedido na região, inclusive responsável por impulsionar outros projetos. Alguns canoieiros voltam tão encantados pela região que passam a propor seus próprios projetos assistencialistas. É o caso das experiências do Turismo de Base Comunitária, anteriormente citado, e de outros projetos como o Mutirão da Alegria, do qual alguns canoieiros continuam participando⁴⁶. Como também participei de uma das edições da Viagem, compreendo o sentimento dos canoieiros sobre a região, e a experiência do trabalho de campo também me fez perceber a importância dessas doações para os moradores e o quanto esse evento é esperado por eles.

Como esses eventos acontecem com certa frequência, é imprescindível pensar nas relações criadas entre moradores e agentes externos, mas, principalmente, no que a presença desses agentes possibilita à região. Novos conceitos e categorias externas são apreendidos, impulsionando sua luta política e mobilizando sua identidade de pescador artesanal e caiçara, por exemplo. Em uma ida a Barbados acompanhei uma última etapa da pesquisa de um aluno do curso de Turismo da UFPR, na qual todas as famílias da vila seriam entrevistadas. Sem me ater muito aos detalhes do questionário dou ênfase apenas a uma pergunta relacionada ao “tema” Cultura. A pergunta: “como você se autodenomina/qual sua identidade?” chamou a atenção. Ao ouvir a pergunta a maioria dos moradores perguntava a o que exatamente eles estavam se referindo e, na tentativa de explicar, os entrevistadores apontavam as identidades de pescador artesanal ou caiçara. A partir da explicação a maioria optou pela identidade caiçara, embora a explicação da pergunta tenha instigado nos entrevistados uma reflexão sobre as duas categorias. As respostas apresentaram um movimento entre passado e presente. Nas falas, a afirmação de uma identidade caiçara faz referência ao passado, como um pertencimento ao lugar, um modo de vida local em que as atividades relacionadas à caça, pesca e roça se complementam. Caiçara é “*gente do mato*”, mas tal categoria designa não apenas uma atividade (caça, plantio, pesca), e sim, uma forma de identificar quem é nativo do local e quem não é.

As falas sobre ser pescador faziam referência ao presente, a um período posterior as restrições ambientais. Um interlocutor afirmou que caiçara é o nativo da ilha e a pesca é o seu trabalho. Há, portanto, uma relação imediata entre pesca e trabalho nas

⁴⁶ Esses projetos serão abordados no capítulo III.

falas dos moradores. Apesar disso, a pesca é também uma atividade relacionada à categoria caiçara e a um modo de vida dos antigos. O objetivo em destacar esse momento não é afirmar qual categoria identitária é afirmada pelos moradores, mas enfatizar as relações entre moradores e agentes externos e apontar alguns assuntos e momentos que permeiam esses encontros. Essas relações serão melhor exploradas no Capítulo III.

Múltiplas territorialidades

Se nas primeiras idas a Barbados fiquei intrigada com a autoidentificação dos moradores como pescadores artesanais e/ou caiçaras, em um segundo momento me chamou a atenção a maneira como eles identificavam seu território. A partir da leitura de algumas pesquisas anteriores sobre a região⁴⁷ vinculadas à Antropologia, encontrei referências à territorialidade associada ao plano do parentesco⁴⁸. Como na pesquisa de Juliane Bazzo (2010) sobre a vila de Barra de Ararapira, onde a autora afirma que:

Dados etnográficos demonstram imprescindível pensar Barra de Ararapira sempre em relação às vilas pescadoras vizinhas, do litoral paranaense e, especialmente, do paulista, pela posição fronteiriça da localidade. Esses vilarejos têm uma história comum e, a partir dela, constituem um grande território de parentesco onde, no cotidiano, os limites nacionais ocupam um segundo plano (BAZZO, 2010:16, 17).

No trabalho de Eliane do Pilar Rocha (2005) sobre Vila das Peças, ao falar sobre as constantes relações entre as vilas a autora afirma a existência de uma “grande rede de parentesco”:

Aquilo que se mostra, a primeira vista, como pequenas vilas isoladas é, na verdade, uma grande rede de parentesco, de trocas e de amizades que permite a circulação de pessoas, lembranças e mitos, permeados pelo entendimento da importância da natureza para sua produção e reprodução social no tempo (ROCHA, 2005:03).

Durante o trabalho de campo busquei pensar a dimensão do parentesco dentro das relações sociais e o quanto ela é central, uma vez que a afirmação de que “*todos somos parentes*” é constante entre os moradores. O parentesco, em certa medida, define

⁴⁷ Bazzo (2010); Rocha (2005); Martins (2006).

⁴⁸ Bazzo (2010).

as relações de vizinhança, de trabalho e de troca, mas em um lugar em que todos são parentes achei relevante pensar em outras dimensões⁴⁹. A partir da análise dos dados coletados durante o trabalho de campo, percebo que a territorialidade da região não se restringe ao plano do parentesco – embora ele seja essencial na divisão do território entre famílias. Os moradores também dão sentido ao seu território a partir de outras dimensões, como a do trabalho, da história, da pesca, da preservação da natureza, do mato, da política, da luta contra as Unidades de Conservação e do direito enquanto comunidades tradicionais. Portanto, todas essas dimensões são constitutivas do território. Ao mesmo tempo, percebo que os moradores se referem ao território que habitam de acordo com o contexto em que se encontram.

Nas primeiras vezes que estive em Barbados, todas as referências que tive sobre a vila, das informações passadas pelos organizadores (da viagem de Turismo de Base Comunitária) à forma como os moradores se referiam ao seu território, constantemente ouvi a palavra *comunidade*. Quando fui para Barbados com os guias do projeto de Turismo de Base Comunitária recebi um roteiro do turismo na *comunidade* de Barbados, no qual todas as informações faziam referência à vila como *comunidade*. Nessa e em outras ocasiões em que fui para Barbados com pessoas de fora, assim como nas reuniões da Associação de moradores o contexto das relações era político, sendo atribuído ao território de Barbados a ideia de *comunidade* – tanto pelos moradores como pelos agentes externos.

Quando comecei a fazer o trabalho de campo por períodos mais longos, percebi que dificilmente os moradores falavam de Barbados como *comunidade*. Diferente das falas que ouvi na presença de pessoas de fora – quando a pauta era a luta política referente à sua relação com a Unidade de Conservação – os moradores entre si chamavam Barbados e as outras vilas insulares e continentais de *ilhas*. Ou seja, cada vila, independente de estar dentro de uma Ilha ou na parte continental do município é uma *ilha*. Apenas a sede do município não é chamada de *ilha* pelos moradores, mas é chamada de cidade. Da mesma maneira, essas vilas rurais são chamadas de *ilhas* pela

⁴⁹ Para o exame de qualificação, realizado em 17/12/2013, elaborei um diagrama com a genealogia dos moradores de Barbados, reunindo cinco gerações. O objetivo era compreender os deslocamentos das famílias que atualmente moram em Barbados por outras vilas, e de certa forma, conferir se podemos afirmar que a região é um “território de parentesco”. Devido aos novos rumos que a dissertação tomou, a discussão sobre parentesco entre as famílias da baía de Pinheiros não foi priorizada neste momento, pois necessita de mais tempo de pesquisa de campo. Ao dar continuidade à pesquisa futuramente pretendo refletir sobre a genealogia.

prefeitura de Guaraqueçaba e em seus projetos de educação. Assim, passei a observar que os cartazes das festas de padroeira, assim como os cartazes dos bailes sempre tinham como local as *ilhas*: *ilha* de Barbados, a *ilha* de Bertioga, *ilha* do Sebuí. Durante a *Viagem de Canoa* passei por várias vilas e vi cartazes em muitas escolas de um programa da Secretaria de Estado da Educação chamado “Milha *ilha* tem escola – embarque e navegue nessa idéia”. Portanto, a maneira que a população local se relaciona ao território é compartilhada em alguns setores do estado, como na Educação, e também adotada pela prefeitura do município de Guaraqueçaba. Portanto, dada a diversidade de contextos (políticos e internos) o território por vezes é *ilha* e por vezes é *comunidade*.

Dessa forma, ao estruturar a etnografia a partir das relações internas e das relações com agentes externos me refiro a Barbados e às vilas da região como *ilhas* e como *comunidades* indicando a territorialidade do grupo, no sentido proposto por Little (2002), como um conceito que é produto histórico de processos sociais e políticos, dependendo das condutas de territorialidade do grupo em questão. Segundo o autor, a territorialidade consiste em um “esforço coletivo de um grupo para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*” (LITTLE, 2002:03). Nesse sentido, descrevo as dinâmicas internas da *ilha* de Barbados, e descrevo o contexto político das *comunidades* da região.

Ao ressaltar as vilas em acordo com o sentido que os moradores dão ao seu território penso em múltiplas territorialidades que são mobilizadas com fluidez nas diferentes redes de relações entre a população local e os agentes externos. Ao mesmo tempo em que as vilas são *ilhas* e *comunidades*, elas são território da preservação, das leis ambientais, do Ibama, da cultura caiçara, do fandango, das comunidades de pescadores artesanais, do papagaio-da-cara-roxa, do mico-leão-da-cara-preta e do parentesco.

Capítulo II – *Ilhas*: agência e dinâmicas internas

Nesse capítulo serão delineadas questões pertinentes ao cotidiano de Barbados, dando destaque às dinâmicas internas das *ilhas* a partir do local onde o trabalho de campo se concentrou. O objetivo é descrever as relações envolvidas nos processos de apropriação e atualização das leis ambientais pelos moradores das *ilhas* em seu cotidiano, compreendendo de que maneira essas leis são internamente manejadas. A primeira parte deste capítulo se concentra em aspectos da organização social de Barbados ao abordar, a partir da rotina dos moradores, as relações de trabalho e as relações políticas que são permeadas pela moralidade e pela fofoca. Apesar da descrição dessas relações ser feita de maneira similar a um “estudo de comunidade”, recorro a esse recurso metodológico apenas com o objetivo de organizar as informações observadas durante o trabalho de campo, adotando a mesma postura crítica de Lanna (1995) em relação à teoria funcionalista que serviu de inspiração a esses estudos. Nesse sentido não pretendo pensar os aspectos socioculturais da *ilha* de maneira integrada, mas, assim como o autor, destacar um entrelaçamento desses aspectos. Ao optar por não pensá-los de forma integrada agrego as reflexões de Lanna (1995:27) sobre a maneira como esses estudos têm uma tendência em considerar as comunidades objeto de estudo como um todo isolado. Tal perspectiva é vista pelo autor como um artifício para adequar realidades não capitalistas a um suposto isolamento.

Na segunda parte deste capítulo serão aprofundados os conflitos entre os moradores que são desencadeados pelas moralidades e pela fofoca, destacando a existência de inúmeros conflitos internos anteriores e que estão além do conflito com a Unidade de Conservação, embora muitos estejam em alguma medida relacionados às interdições determinadas pela legislação ambiental e pela lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O objetivo é destacar a complexidade dos conflitos ultrapassando uma imagem estabelecida sobre a região em pesquisas acadêmicas, que ao destacar apenas o conflito com o Parque Nacional do Superagui optam por não abordar a agência dos moradores em seu cotidiano. Apesar da imponência da Unidade de Conservação na vida local é necessário desdobrar esse único conflito e perceber que existem inúmeros outros, apenas visíveis através de uma permanência um pouco mais prolongada na região. Por fim, esse Capítulo tem como intenção afirmar a existência de

um código de conduta interno, estabelecido através de regras criadas anteriormente à criação do Parque, mas que pelo aspecto dinâmico da vida nas *ilhas* continua sendo internamente manejado e atualizado em confluência com as interdições ambientais e com a presença de inúmeros agentes externos na região.

O cotidiano em Barbados

A *ilha* de Barbados compreende um território dividido em três partes povoadas, Sambaqui, Saco do Sambaqui e Ponta do Morro; e alguns segmentos não povoados, que são/foram importantes locais para caça e roça, como o Rio Real e Caçadas – que ficam em uma área de mata mais fechada – o primeiro depois do Sambaqui (e em direção a *ilha* de Canudal) e o segundo entre o Saco do Sambaqui e a Ponta do Morro. O Sambaqui é considerado o “povoado” de Barbados nos documentos da assistência social da prefeitura, local onde estão estabelecidas 12 das 20 famílias que atualmente moram na *ilha*. Portanto, é lá onde se encontram também o trapiche, as vendas, o restaurante, a cozinha comunitária Espaço Michaud⁵⁰, a igreja católica, a fábrica de farinha e o campo de futebol.

Para chegar ao Saco do Sambaqui é preciso atravessar uma trilha que constantemente precisa ser carpida pelos moradores – essa trilha tem curta extensão. Percorrendo essa trilha passamos ao lado da casa do presidente da Associação de Moradores, que fica no espaço entre o Sambaqui e o Saco do Sambaqui. Ao lado há uma casa vazia que era de sua filha, que foi morar na sede do município há pouco mais de dois anos. Andando um pouco mais, encontramos no percurso a “Pedra da Caveira”, presente em muitas histórias contadas às crianças. Trata-se de uma grande pedra que fica em meio a uma extensão de mata mais fechada, tornando o local bastante escuro. As histórias relacionadas à Pedra da Caveira parecem ter um objetivo especial ao serem contadas para os mais novos: todas as situações enfrentadas pelos moradores quando passavam por ela foram à noite e enquanto estavam sozinhos. Essas histórias são contadas aos mais jovens, e também às pessoas de fora, para alertá-los sobre o perigo de

⁵⁰ A construção do Espaço Michaud foi um projeto do Programa de Voluntariado Paranaense – PROVOPAR, para geração de renda nas comunidades da região. O programa já contemplou a construção de uma cooperativa de artesanato e cozinha comunitária da Ilha das Peças, da cooperativa de artesanato e espaço cultural Guilherme Willian Michaud na ilha de Barbados (cozinha comunitária) e de cozinhas comunitárias nas comunidades de Tibicanga e Almeida, na baía de Laranjeiras e na sede do município.

andar nessa região à noite, pois já foram encontradas cobras e “gatos” (onças) – servindo de conselho aos mais novos de que depois do anoitecer não devem andar sozinhos em parte alguma, principalmente no mato.

Seguindo a trilha depois da Pedra chegamos ao Saco do Sambaqui. A primeira casa que aparece à vista é a Casa de Cultura Caiçara, e seguindo mais adiante encontramos a Escola Municipal Rural e um conjunto de quatro casas. De um lado ficam as casas de dois irmãos que nasceram na ilha dos Pinheiros e que são separadas por um pequeno braço de rio de outras duas casas, em que moram e se avizinham uma mãe e sua filha, e suas respectivas famílias. Para atravessar entre um lado e outro há uma pequena ponte de concreto construída pela prefeitura há alguns anos, através de uma ação da Associação de moradores. Uma característica comum a todas as casas de Barbados é ter seu próprio porto em frente, onde as embarcações ficam estacionadas – cada casa tem pelo menos uma embarcação.

A terceira parte de Barbados é chamada de Ponta do Morro, local com uma característica peculiar em relação às outras: atualmente só se chega até lá de barco, pois é separada do Saco do Sambaqui pela mata e por uma área de mangue, e foi a última parte de Barbados a ser povoada. Em Ponta do Morro existem quatro casas, todas construídas em uma área mais alta, próximas ou sobre pedras. As duas primeiras casas construídas nessa área foram iniciativas de um turista curitibano, sendo uma a casa dele (que está atualmente abandonada) e a outra de uma família local com a qual ele mantém relações até hoje⁵¹. As outras duas casas são respectivamente do filho do casal da primeira casa, e a última, de uma família não nascida na região. A maioria das casas é feita de madeira e o banheiro costuma ficar do lado de fora, apenas seis casas são de alvenaria.

Das 20 famílias que residem atualmente em Barbados, apenas duas são consideradas “de fora” pelos moradores, por não possuírem outros familiares na vila. A casa de número 20 (como pode ser visto na Figura 1) localizada na Ponta do Morro é de um casal nascido na cidade de Caçador, Santa Catarina. Na década de 1980 vieram para a região para trabalhar na Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná e residiam em

⁵¹ Apesar de ser proibida a construção de casas para turistas na região, existem exceções. Esse turista em específico construiu a casa ali antes da criação do PNS, sendo então permitida, desde que esteja em dia com a Associação de moradores. Ele é curitibano e ajuda bastante essa família, financiando idas à Curitiba para consultas médicas.

uma localidade próxima ao Rio Real. Com o fim da Agropastoril, o casal voltou para Santa Catarina, mas, por terem gostado muito da região resolveram voltar e construir uma casa em Barbados, já na década de 1990. Há um ano esse casal está trabalhando de caseiro em uma propriedade de um turista, em um sítio na *ilha* de Poruquara. Com a casa de Barbados vazia, a filha deles se mudou recentemente para lá com seu companheiro, ex-morador da Barra do Superagui.

A outra pessoa que não tem família em Barbados é o morador da casa 1, no Sambaqui. Ele é viúvo e nasceu na ilha de Sebuí, mora sozinho desde que sua filha se mudou para outra comunidade. Junto de sua casa há um barracão, que já serviu como sede do antigo Clube recreativo de Barbados e que ainda hoje tem mesa de sinuca e pebolim apesar de não funcionar mais como bar. Atualmente o proprietário costuma vender bebidas alcólicas em datas festivas, principalmente quando recebe visita de amigos de outras *ilhas*.

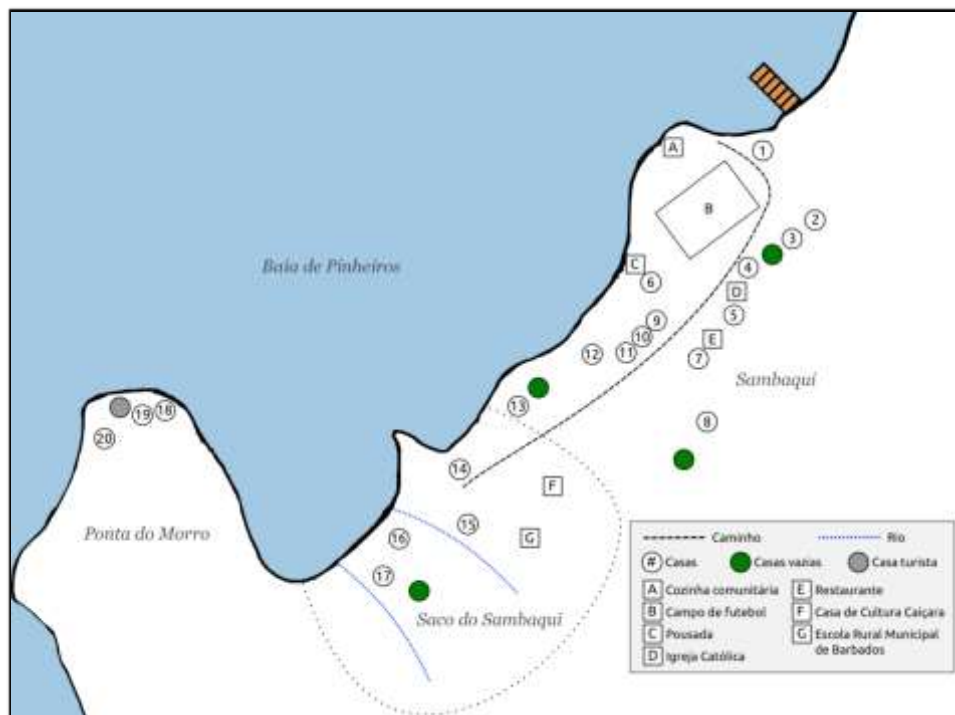


Figura 7: Croqui de localização das casas em Barbados. Elaborado pela autora, 2014.

A fim de ilustrar o cotidiano da *ilha* para compreender as relações de trabalho e as relações políticas, agrupei as outras 18 famílias de Barbados em três núcleos familiares: núcleo Silva, núcleo Soares e núcleo Silveira. O núcleo Silva tem o maior número de famílias de Barbados, quase todas moram no Sambaqui. É o núcleo onde se concentram os comerciantes da *ilha*. Uma família possui um restaurante e uma pequena

venda onde são vendidos produtos alimentícios e de limpeza (comprados no município de Guaraqueçaba), local em que os homens de Barbados costumam se encontrar ao entardecer para beber e conversar, sendo um dos principais pontos de encontro masculino. Essa família também possui a única fábrica de farinha de mandioca em funcionamento, e recebe outras famílias que ainda cultivam pequenas roças de mandioca quando querem fazer farinha. Durante minha estadia na *ilha* acompanhei a família que me hospedou duas vezes durante o inverno para fazer farinha. Passamos o dia inteiro na produção da farinha e a família que é dona da fábrica nos recebeu muito bem. Como contrapartida, ao final do dia deixamos uma parte da farinha produzida em agradecimento por eles terem cedido o espaço. Atualmente são poucas as famílias que têm o hábito de produzir farinha, por conta das restrições quanto ao cultivo de roças e por isso a fábrica raramente é usada – atualmente a fábrica de farinha serve mais como atrativo aos turistas, como “modelo” genuíno da cultura caiçara em fotografias dos turistas. Durante o trabalho de campo essas foram as únicas vezes que vi alguém produzindo farinha, que apesar de ainda hoje ser parte fundamental na alimentação das famílias, ela agora é comprada nas vendas da *ilha*.

O restaurante é o local mais procurado por turistas que estão de passagem para visitar a Ilha dos Pinheiros e observar a revoada do papagaio-da-cara-roxa. Em pousadas da Barra do Superagui e também de Paranaguá são oferecidos pacotes turísticos para visitar a região da baía de Pinheiros. Um deles inclui uma visita a Barbados para o almoço, um passeio nas cachoeiras de Sebuí e no fim da tarde uma parada na Ilha dos Pinheiros para ver a revoada do papagaio-da-cara-roxa ou chauá (*amazona brasiliensis*), em seu retorno à Ilha que serve de dormitório para o bando. O almoço em Barbados é agendado anteriormente por telefone com o proprietário do restaurante. Além deste pacote turístico, o restaurante recebe outros turistas, principalmente de Curitiba e pessoas que estão lá a trabalho, como os funcionários da COPEL, mas geralmente para o almoço. Trata-se, portanto, de um empreendimento para receber pessoas de fora, pois dado o alto custo das refeições (R\$25,00 em média) nenhum dos moradores têm o hábito de almoçar lá.

Existem ainda outras duas vendas na região do Sambaqui. A primeira pertence a uma família cujo patriarca também trabalha com a revenda de pescado que compra dos outros pescadores de Barbados, no município de Paranaguá. Junto da esposa ele costuma ir à Paranaguá entre duas ou três vezes por semana para revender o pescado e comprar os produtos que comercializa em sua venda. Sua esposa costuma ir junto para

frequentar uma Igreja Evangélica também localizada no município. A terceira venda foi criada recentemente e funciona no mesmo local em que a família criou um Clube Recreativo, onde atualmente são realizados bailes e bingos em algumas datas religiosas, como na Páscoa e nos dias de São João e Santo Antônio, quando também são montadas fogueiras em frente ao espaço, e também em comemoração ao dia das mães e dia dos pais.

Neste núcleo também fazem parte duas pessoas que estão à frente da Igreja Católica e do campo de futebol. Pela distância da sede do município, a Igreja católica recebe o padre da paróquia de Guaraqueçaba apenas uma vez ao mês, mas semanalmente são organizados cultos que são conduzidos por pessoas da *ilha*, que seguem os livros litúrgicos que receberam do padre. Assim como a Igreja, o campo de futebol foi construído através de um mutirão organizado entre os moradores e assim como a Associação de Moradores e a Igreja, possui um presidente que eventualmente organiza campeonatos com os times das *ilhas* próximas. Além destes pequenos empreendimentos todas as famílias do núcleo vivem da pesca artesanal na baía de Pinheiros e vendem peixes e camarão sob encomenda a turistas, ou vendem para a família que revende em Paranaguá. Também catam ostra e caranguejo das áreas de mangue próximas à *ilha*. A única professora da escola de Barbados também faz parte deste núcleo.

As famílias do núcleo Soares moram no Saco do Sambaqui. O pescado que serve de alimentação às famílias é a principal atividade econômica. Os pescadores desse núcleo vendem o pescado para a família que revende em Paranaguá e também recebem encomendas de turistas e do dono de uma pousada da *ilha* de Bertioga. Alguns moradores deste núcleo já realizaram trabalhos temporários para empregadores de fora, como o caso de um pai de família que trabalhou para a COPEL durante os meses em que foi instalado o sistema de energia elétrica em algumas *ilhas* da região. Há também um pescador que é conhecido na região por sua habilidade em consertar barcos e construir gaiolas, apetrecho bastante usado para a pesca do siri e do baiacu. Quando a pesca de cerco era permitida no Paraná, esse pescador também vendia as estruturas de cerco que construía. As mulheres desse núcleo estão envolvidas na organização da Cozinha Comunitária e atualmente são as principais responsáveis dentro de Barbados pela manutenção deste espaço. É deste núcleo uma das famílias que mais mantém relações com pessoas de fora, principalmente os turistas envolvidos em projetos assistencialistas.

O núcleo Silveira é o único em que as famílias não estão concentradas em uma mesma área, pois todos vieram de outra *ilha* para casar com moradores de Barbados. Também são todos pescadores e trabalham com a venda de peixe sob encomenda ou para a família que revende em Paranaguá. Neste núcleo há um casal que está a frente da Associação de Moradores. Embora não tenha uma sede, a Associação organiza suas reuniões no espaço da Cozinha Comunitária e os seus documentos estão todos concentrados na casa do casal. O presidente é o mediador entre as famílias e o estado. Portanto, ele representa Barbados enquanto *comunidade* nas reuniões na prefeitura do município e nas reuniões com o ICMBio, também recebe agentes externos ligados ao Ministério Público e é procurado por turismólogos que têm intenções de realizar projetos na *comunidade*. Neste núcleo há um morador que trabalha para a prefeitura de Guaraqueçaba como barqueiro responsável por levar os jovens de Barbados, Saco do Morro e Bertiooga diariamente para a Barra do Superagui, onde cursam o Ensino Fundamental (a partir da quinta série) e o Ensino Médio.

Uma característica comum a todas as casas da *ilha* é a manutenção dos jardins, repleto de flores e com pequenas árvores frutíferas cuidadosamente conservadas pelas mulheres. Algumas casas têm pequenas hortas com leguminosas, temperos e ervas que são utilizadas para fazer chás quando alguém adocece – atualmente os moradores preferem tomar remédios industrializados, mas, dada a dificuldade para compra-los na sede do município, recorrem aos chás. Uma técnica bastante utilizada pelas famílias é a manutenção da mata ciliar próximo às encostas dos pequenos riachos através dos *sapateiros*. Os Sapateiros são feitos com pequenos galhos de flores e arbustos que são retirados de árvores e colocados nos locais que não tem ou que tem pouca mata ciliar. Segundo as moradoras, esses galhos são fincados na terra e com o tempo crescem e melhoram a condição das encostas dos riachos e dos barrancos.



Figura 8: Sapateiros em Saco do Sambaqui. Na primeira imagem (por Fanny Vessaz, 2013) vemos galhos de flores usados como sapateiros, e na segunda imagem (fotografia da autora, 2013) à direita da árvore estão sapateiros do outro lado da margem do riacho, já crescidos.

Há bastante preocupação entre os moradores com a manutenção do meio que os cerca, algo que percebi não apenas na confecção dos sapateiros, mas também nas incursões que fiz com as famílias ao “mato”. Trabalhar no mato envolve cuidar dos roçados de mandioca e inhame, buscar lenha para fazer fogo ou fazer pequenos reparos nas casas, colher cará, indaiá e outros frutos. Com a proibição das roças, algumas famílias ainda mantêm pequenos roçados de mandioca que são permitidos pelos gestores do Parque. Diferente do inhame e da mandioca, não existem roças de cará, pois o tubérculo nasce ao longo dos morros que estão atrás das casas. Em uma das várias tardes em que andei pelo mato com as mulheres em busca do cará – que é consumido apenas durante o inverno – aprendi a reconhecer seus pés a partir dos cipós que saem da coroa ou cabeça do tubérculo, que sobem e se misturam com o restante da vegetação. Para colhê-lo, as mulheres sobem os morros com inchadas e pás e, ao identificar o cipó, cavam o chão em busca do cará. Após encontrá-lo, sua coroa é retirada e plantada novamente, o que garante o consumo do cará no próximo ano.



Figura 9: Vista das casas construídas na encosta do morro no Sambaqui em Barbados.

Por ser mulher meu trabalho de campo se concentrou muito mais no ponto de vista das mulheres de Barbados sobre o mato, sobre o mar, sobre o trabalho e sobre as questões políticas, embora tenha conversado com muitos homens, mas sempre em espaços próprios para isso, quando toda a família estava presente. As mulheres têm um grande conhecimento sobre a lua e sobre as marés, que definem o trabalho nas *ilhas*. Há uma preocupação com o meio ambiente a partir de uma lógica cíclica: tudo que é retirado da natureza só estará disponível para o seu uso no próximo ano se for cuidadosamente mantido pelos moradores. Essa lógica cíclica é pensada em relação às atividades no mar e no mato, e são ensinadas aos jovens quando eles começam a trabalhar – trabalho, aqui, significa trabalhar na terra e no mar. Em um dia de pesca alguns jovens de uma família saíram para pescar baiacu, peixe que apesar de venenoso possui um bom valor comercial, pois sua carne é bastante apreciada pelos turistas. A venda do baiacu é valorizada pelos pescadores, que após a pesca devem realizar o procedimento correto para retirar o veneno do peixe, sob o risco de morte por envenenamento. Apesar de comercializarem bastante o baiacu são poucas as famílias que consomem esse tipo de pescado, que junto da arraia e do cação fazem parte de um grupo restrito de pescados que são evitados pelos moradores e constituem tabus

alimentares⁵². Apesar das restrições alimentares relacionadas a peixes específicos, o consumo do baiacu é ainda mais restrito por ser venenoso e pelas histórias envolvendo algumas famílias inteiras que, por não retirarem o veneno da forma correta, foram envenenadas. Nesse dia de pesca de baiacu toda a família se reuniu no quintal para ver os jovens limparem o pescado que seria vendido. Assim que a avó dos jovens viu o resultado da pesca os repreendeu:

Mas o que vocês estão pensando? Vocês não querem comer ano que vem? Olha a quantidade de baiacu ainda pequeno que vocês pegaram. Não pode, assim que vocês pegam a gaiola devem devolver pro mar os peixes pequenos, para que eles cresçam e ano que vem a gente tenha o que pescar.

Essa compreensão cíclica envolve também os cuidados com o mato. As regras são ensinadas de maneira bastante firme aos mais novos em referência à falta que os recursos naturais vão fazer futuramente se não forem corretamente manejados.

O mesmo cuidado é visto nos quintais que servem como ponto de encontro das famílias todas as manhãs e fins de tarde. Cada núcleo familiar se reúne diariamente no quintal de uma das casas das famílias e esse é o momento para “colocar o papo em dia”. Esses encontros acontecem pela manhã quando os homens voltam da pesca, que inicia bem cedo – muitas vezes tendo início antes do amanhecer - e também antes do entardecer, marcando o retorno da segunda jornada diária dos homens na pesca. Como sempre fiquei hospedada na casa de uma única família, acompanhei esses encontros diários principalmente neste núcleo familiar. Os assuntos envolviam questões específicas das famílias, mas principalmente o que os homens viam durante o trânsito na baía de Pinheiros: quem estava pescando, qual embarcação passou, para onde foi. Esse costume não se restringe aos adultos, as crianças quando retornam da escola em Barra do Superagui também relatam à família tudo que viram em trânsito no mar, no caminho até a escola e também o que aconteceu na outra vila. Como no relato de uma das meninas à sua mãe quando chegou da escola:

Mamãe, e não é que é verdade que o pessoal de Saco do Morro está se mudando pra Bertioga? Hoje vi a família de titio enchendo o barco de móveis, deviam estar indo para lá. Também encontrei a tia na hora do recreio. Ela contou que a

⁵² A pesquisa de Eraldo Medeiros Costa Neto (2000) reflete as restrições e preferências alimentares entre uma comunidade pesqueira do litoral baiano.

pescaria no mar de fora foi boa ontem, ela mandou camarão e pediu pra te avisar que ela quer vir fazer farinha, então é pra esperar por ela, ela disse que pode ajudar a colher a mandioca.

O fluxo diário dos moradores não apenas na *ilha* em que residem, mas também no trânsito na baía de Pinheiros, seja para pescar, estudar ou ir até a sede do município fazer compras ou resolver pendências na colônia dos pescadores, faz com que as informações sobre tudo o que acontece na região transitem junto. Portanto, esse hábito de reunir a família no quintal é uma prática bastante relevante dentro das *ilhas*, que costumam ser bem calmas e tranquilas durante o dia. Esses são momentos em que os familiares conversam sobre o seu dia, o trabalho, sobre notícias de familiares de outras *ilhas* ou notícias de Barbados que “*ficaram sabendo*”. Os familiares que não saem para pescar, mas que trabalham em casa ou no mato ficam sempre atentos ao ronco do motor das embarcações, pois quando chega o barco da família, eles correm para o quintal, ansiosos por ouvir e contar notícias. No cotidiano das vilas as notícias ou fofocas são articuladas de modo que os moradores cuidem e controlem as vidas uns dos outros.

A falta de lojas e supermercados nas *ilhas* faz com que os moradores se desloquem várias vezes ao mês até a sede do município. Além de compras as pessoas fazem esse deslocamento para pagar contas, receber o Seguro-defeso⁵³ e o benefício do Bolsa Família, comprar ou consertar peças das embarcações e também para ir ao médico. Apesar de existir posto de saúde em algumas *ilhas* próximas, os médicos atendem poucas vezes durante a semana, pois residem em outros municípios. Assim, os moradores procuram com mais frequência o hospital de Guaraqueçaba, pela garantia de que serão atendidos. Os moradores também frequentam a Colônia dos Pescadores⁵⁴ para resolver pendências vinculadas à carteira de Pescador Profissional Artesanal e ao seguro defeso⁵⁵, e também local em que são realizadas reuniões. Além disso, a Colônia

⁵³ O seguro-defeso é uma assistência financeira que o pescador recebe durante períodos em que é proibida a pesca de determinadas espécies, pra fins de reprodução. Apenas pessoas que possuem o registro da carteira de pescador profissional têm o direito de receber. Em Barbados os pescadores recebem esse seguro-desemprego durante o defeso do camarão.

⁵⁴ As Colônias de Pescadores, assim como as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores, foram reconhecidas no ano de 2008 como órgãos de classe daqueles que trabalham no setor artesanal da pesca. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, “a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição”. Em Guaraqueçaba a Colônia está registrada como Z-2. Informações retiradas do *site*: <http://portal.mte.gov.br/cecp/>, visualizado em 04/09/2014.

⁵⁵ O Ministério da Pesca e Aquicultura criou o Registro Geral da Pesca (RGP) para aqueles que têm a pesca como profissão. O RGP faz com que pescadores e pescadoras tenham acesso aos programas sociais

também se tornou um ponto de encontro dos moradores das *ilhas*. É principalmente na Colônia que as pessoas se atualizam sobre as outras *ilhas*, sobre quem recebeu indenizações por desastres ambientais⁵⁶, quem deixou ou passou a receber o auxílio Bolsa Família⁵⁷, benefício recebido por todas as famílias que ainda têm filhos na escola em Barbados, uma importante fonte de renda mensal entre muitas famílias da região.

Os bailes e bingos, as festas de padroeiro e os torneios de futebol são os principais locais de sociabilidade dos moradores das *ilhas*. São principalmente nessas ocasiões especiais que famílias inteiras transitam juntas entre as vilas. Essas festividades e momentos de lazer são esperados ansiosamente pelos moradores, que sabem as datas dos padroeiros de todas as *ilhas* da região. Nossa Senhora Aparecida é a padroeira da *ilha* de Barbados e a festa em comemoração é realizada no fim de semana mais próximo ao dia 8 de dezembro. Apesar de não ter frequentado essa festa durante o trabalho de campo, os moradores afirmam que esse é o fim de semana em que Barbados mais recebe pessoas de outras *ilhas*. As mulheres trabalham na cozinha comunitária vendendo lanches e bebidas e algumas famílias vendem outras coisas em barracas montadas em volta do campo de futebol. Além dos lanches os moradores também organizam bingos, bailes e celebrações na Igreja de Barbados. A festa é frequentada por turistas, mas segundo os moradores as festas de padroeiro são momentos de reunião e confraternização interna, entre famílias de Barbados e outras *ilhas* – ocasião em que o maior número de frequentadores é da região.

do Governo Federal, como microcrédito, assistência social e seguro desemprego, também conhecido como seguro-defeso (período em que a pesca de determinadas espécies marinhas são proibidas para garantir sua reprodução). Portanto, a Carteira de Pescador Profissional Artesanal é um documento importante para a garantia de alguns direitos básicos dos pescadores. Informações retiradas do *site*: <http://www.guiadapesca.com.br/registro-geral-da-pesca-rgp-pesca-profissional-artesanal/>, visualizado em 30/08/2014.

⁵⁶ Refiro-me aos desastres ambientais ocorridos na baía de Paranaguá, geralmente relacionados ao Porto do município. Pelos proporções desses desastres os pescadores da região deveriam ter acesso a uma indenização, mas nem todos conseguem. O caso mais comum na região foi o acidente provocado em 2004 pela explosão do Navio Vicuña, quando milhares de litros de metanol, óleo diesel e óleo lubrificante foram despejados na baía de Paranaguá, impedindo a população de pescar por um longo período, além de uma redução de cerca de 60% no volume de pescados da baía. Informações disponíveis sobre esse e outros desastres em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1460954>, visualizado em 30/08/2014.

⁵⁷ O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do plano Brasil Sem Miséria, que visa complementar a renda de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, integrando os programas sociais do governo federal.

A pesca como profissão

As interdições impostas pelas leis ambientais trouxeram mudanças na maneira de viver dos moradores do litoral norte paranaense. Os moradores mais velhos de Barbados relatam que quando eram crianças, o sustento das famílias era proporcionado pela complementaridade entre as atividades no mato e no mar. A pesca era intercalada com o trabalho nas roças, e a alimentação era baseada nos alimentos que plantavam e também na caça e na pesca. O trabalho se alternava de acordo com as estações, durante o inverno se concentrava na terra (roça e caça) e a pesca era obtida através do cerco, e durante o verão a pesca prevalecia. Os moradores relatam que “*no tempo de primeiro*” se pescava apenas para comer, e o pescado que sobrava era trocado entre os moradores de diferentes lugares por outros alimentos que estavam em falta. A medida que os roçados foram proibidos, a pesca, que até então servia apenas para subsistência, se transformou na principal atividade desempenhada pelos moradores para sustentar suas famílias. Se antes apenas o excedente era trocado, atualmente a pesca é realizada principalmente para a comercialização, pois embora as famílias ainda tenham o peixe como base de sua alimentação, o principal objetivo da pesca é a venda. Apesar dessa mudança nas atividades relacionadas ao trabalho, muitos jovens ainda se interessam mais pelas atividades no mato que na pesca. Os jovens de Barbados preferem trabalhar no mato e saem pouco para pescar com seus pais, o que demonstra que independente das interdições, o trabalho no mato continua fazendo parte da dinâmica sociocultural da região.

A pesca é uma atividade predominantemente masculina, mas não exclusiva. Embora as mulheres não saiam para pescar sozinhas, elas costumam acompanhar seus maridos ou outros familiares, algumas mulheres mais que outras. Já a limpeza dos pescados (incluindo desmariscar peixes e ostras) é trabalho exclusivamente feminino. É bastante comum que grupos de mulheres saiam de canoa para tirar ostra do mangue ou das pedras durante a maré baixa, sem a necessidade de estarem acompanhadas de algum homem da família. Como o trabalho no mar é ordenado pela lua e pelas marés, os moradores da *ilha* desde criança aprendem com seus pais sobre as marés e as fases da lua, assim como a temporalidade dos peixes e da pesca.

O tipo de pesca diferencia as *ilhas* de dentro das baías, das *ilhas* localizadas em frente ao mar aberto. Em Barbados a pesca é realizada apenas no mar de dentro em diferentes lugares da baía de Pinheiros. Nas *ilhas* que estão de frente ao mar aberto, como Barra do Superagui, Barra do Ararapira e Vila das Peças predomina a pesca no “mar de fora”. A pesca no mar de dentro ou no mar de fora diferencia não apenas a pesca, mas também a vida nas *ilhas*. A escassez de peixes nas baías dificulta a pesca como atividade comercial e faz com que os moradores recorram mais à extração de ostras, por exemplo, que os moradores das *ilhas* do mar aberto. Durante o inverno os moradores das *ilhas* da baía dos Pinheiros recorrem à venda de camarão em dúzia para os “pescadores turistas”, pois devido à escassez do crustáceo nos últimos invernos é muito difícil “arrastar” camarão suficiente na baía para vender a quilo. Essa escassez de pescado influencia na baixa oferta de venda dos pescadores dessas *ilhas* e faz com que os moradores tenham maiores dificuldades financeiras, já que também são *ilhas* em que o turismo não é uma renda fixa para os moradores – diferente de Vila das Peças e Barra do Superagui, nas quais o turismo é a principal fonte de renda de algumas famílias.

Em Barbados e nas *ilhas* da baía de Pinheiros, o “*ganho*” e o tipo de pesca variam bastante durante o ano. Segundo alguns moradores, o verão é a melhor época do ano para *fazer dinheiro* devido à *andada* do caranguejo, que é a mercadoria de maior valor na região. Segundo um interlocutor, “*É o que mais dá trabalho. E olhe, o trabalho é sofrido mesmo. Em compensação é o que mais me dá dinheiro, então eu gosto*”. É com os recursos obtidos durante o verão que algumas famílias reformam suas casas e suas embarcações ao longo do ano. No entanto, a pesca do caranguejo não é realizada por todos os pescadores de Barbados, pois além de ser um trabalho bastante difícil – por ser verão e pela quantidade de insetos no mangue – é bastante fiscalizado nas baías, pois existem muitas proibições quanto a maneira de capturá-lo.

Em compensação às boas possibilidades de lucro no verão com a pesca do caranguejo e com o turismo, no inverno a pesca é escassa e a interdição da pesca com cerco – definida pela Portaria nº12 de 20/03/2003 do IBAMA – é o que mais tem prejudicado as famílias segundo meus interlocutores. Essa Portaria proibiu o cerco e outros tipos de pesca e o uso de alguns apetrechos. Por ser uma definição estadual causa bastante descontentamento entre os moradores, pelo fato de ser permitida no estado de São Paulo. Ou seja, no município de Cananéia que faz divisa com a Barra do Ararapira no Paraná, o cerco é permitido.

Também conhecido como cerco flutuante ou fixo, o cerco é uma armadilha de pesca feita de ripas de taquara amarradas umas às outras formando um círculo que era fixado no mar por meio de âncoras improvisadas. Tecnicamente, o cerco funciona como uma armadilha onde os peixes entram através das taquaras e delas não conseguem sair, pois são contidos por redes⁵⁸. Por se tratar de uma armadilha fixa, o ideal é que ela seja colocada em águas calmas, sem muita correnteza e em lugares profundos, características da baía de Pinheiros. Quando era permitido o cerco podia ficar na água no máximo três ou quatro meses, e no período em que estava armado possibilitava ao pescador escolher os peixes de maior tamanho. Os menores eram devolvidos ao mar em uma atitude consciente dos moradores de que *“se pegássemos os peixes pequenos não íamos ter o que comer no próximo ano”*.

Segundo um pescador, durante a época em que o cerco era permitido cada família possuía um lugar específico no mar para montar a armadilha. Dependendo da localização da *ilha* o cerco era fixado próximo ao porto de cada família, mas nas *ilhas* em que as casas eram muito próximas uma das outras, os cercos eram montados em locais mais distantes. Havia uma regra entre os pescadores, para que determinassem o local de instalação do cerco respeitando uma distância mínima de cinquenta metros para que as armadilhas não atrapalhassem o fluxo dos cardumes. O mesmo pescador me informou que as famílias sempre ordenaram divisões do território, seja no mar ou na terra, para que não faltasse trabalho e nem sustento a ninguém. No caso da pesca, as famílias passaram a dividir sessões do mar a partir do uso do cerco, que segundo os pescadores foi uma técnica que aprenderam com os pescadores de São Paulo.

Com a interdição do cerco, a pesca com redes e espinheis se intensificou e embora não exista um espaço fisicamente delimitado para cada família, a regra de se distanciar cinquenta metros de onde já tem uma rede ainda é respeitada. Frente às interdições ambientais os moradores estabeleceram novas regras quanto ao uso do mar entre as famílias, pelo fato de existirem cada vez menos *“bons pesqueiros”* nas baías de Pinheiros e Laranjeiras. Segundo meus interlocutores, um pesqueiro é um local apropriado principalmente para a pesca com linha, mas não exclusivamente. São seções do mar de dentro em que a profundidade é maior e por esse motivo, os botos que se alimentam de uma grande quantidade de peixes não se aproximam destas áreas, o que lhes rende mais pescado. Na região da baía de Pinheiros os principais pesqueiros têm

⁵⁸ Trata-se de uma explicação bastante simplificada do cerco, que é minuciosamente descrita no trabalho de Mussolini (1980), que estudou essa técnica de pesca trazida por japoneses ao litoral paulista.

nome, mas alguns deles são novos e ainda não tem nome. Cada um desses lugares é propício para um determinado tipo de pesca ou para pegar determinada espécie de peixe. Esses pesqueiros são reconhecidos pelo pescador através da paisagem. Para identificar o local do Alagado, por exemplo, o pescador guia o barco até uma área do mar de onde se vê logo a frente uma grande árvore branca que se destaca na mata fechada. O local onde o barco deve estar faz um ângulo com o trapiche de Barbados e com outro morro localizado próximo ao Saco do Morro. É a partir desses pontos específicos em terra que se reconhece um pesqueiro.



Figura 10: Representação da localização do pesqueiro Alagado. Elaborado pela autora, 2014.

Nas pesquisas já realizadas sobre a região encontro a referência de Bazzo (2010), ao afirmar a existência de pesqueiros reconhecidos a partir de pontos específicos em terra na Barra de Arapirã. Diegues (2001) também aborda o tema ao refletir sobre o território e a exploração do meio marinho por populações tradicionais:

Esses pesqueiros são marcados e guardados em segredo por meio do sistema de *caminho e cabeça* pelos pescadores do Nordeste (Maldonado, 1993), ou seja, os locais mais produtivos do mar são localizados pelo pescador que os descobriu por um complexo sistema de triangulação de pontos para o qual usa alguns acidentes geográficos da costa, como torres de igrejas, picos de morro etc. (Diegues, 1983; 1993). Para as sociedades tradicionais de pescadores artesanais, o território é muito mais vasto que para os terrestres e sua "posse" é mais fluida. Apesar disso, ela é conservada pela *lei do respeito* que comanda a ética reinante nessas comunidades (Cordell, 1982) (DIEGUES, 2001:83).

A habilidade de reconhecer um pesqueiro a partir de referências no ambiente terrestre constitui uma forma de conhecimento da paisagem, no sentido proposto por

Tim Ingold (2000), que se refere ao conjunto de recursos e elementos relacionados em um determinado local ou região. Assim, tal percepção e os fazeres que engendram a paisagem podem ser entendidos como um conhecimento tradicional sobre o território e a pesca.

Foram poucos os momentos em que tive oportunidade de pescar, pois por ser uma atividade majoritariamente masculina, apenas fui convidada quando alguma mulher estava junto. Em uma manhã fui convidada por uma família para pescar com linha em um pesqueiro, e já de início ouvi que aquele não seria um dia de pesca comum, pois os moradores só costumam pescar de linha com “turistas pescadores” – quando os levam aos pesqueiros, ou nos raros momentos em que saem para pescar apenas por lazer. Levamos certo tempo para encontrar um lugar bom para parar o barco, pois próximo ao pesqueiro estavam muitas redes de outros pescadores. Ao longo do caminho encontramos diversas redes fixadas no mar por outros pescadores, o que deixou os moradores que estavam comigo descontentes, pois elas estavam muito próximas ao pesqueiro e muito próximas umas das outras. Ele me disse: *“Tá vendo essas redes? A gente identifica cada uma aqui, sabe de quem é. Essa aqui é de ‘fulano’, aquela é de ‘cicrano’. E aqui é assim, se um pescador acha que sua rede não tem que estar aqui ou por outros desentendimentos, tem pescador que vem aqui e corta a rede mesmo, não tá nem aí”*. Em seguida perguntei a ele, “mas corta por que?”. E ele respondeu, *“corta pra mostrar que morador também manda aqui, não é só o IBAMA”*. Essa fala alude às formulações locais de determinadas leis. Leis criadas em relação às leis ambientais e muitas vezes em acordo com elas, porém adaptadas a seu modo de pensar as relações entre si e como são divididos os espaços no mar. Assim como enfatiza Duarte (2013:99) em sua pesquisa sobre a região,

O mar, da mesma maneira que a mata, possui uma lógica de uso compartilhado com regras sociais já incorporadas pelos moradores (sem a necessidade de serem ainda hoje verbalizadas ou oficializadas em acordos) para a otimização destes usos. Existem pontos familiares tradicionais de pesca, sem haver, no entanto, quaisquer marcações físicas para defini-los. Os pescadores da região respeitam tais regras não formalizadas como os antigos pontos tradicionais de cerco de cada família dentro da baía.

Algumas regiões da baía de Pinheiros que possuem ótimos pesqueiros ficam próximas aos antigos espaços de instalação do cerco de algumas famílias. Em Barbados são comentadas várias histórias envolvendo pontos de pesca muito bons, que segundo os pescadores *pertencem* a famílias distintas. Como tais famílias moram no mesmo lugar há muitos anos, os moradores continuam respeitando o antigo acordo sobre a

armadilha do cerco, considerando como parte do terreno da família o terreno da casa, o quintal e uma área no mar, que inicia no porto onde fica estacionada a embarcação do pescador. Ou seja, os terrenos das famílias possuem uma área na terra e uma área no mar, sendo o mar um prolongamento do quintal. Essa demarcação dos terrenos entre os moradores é respeitada por todos, pois o objetivo é justamente que cada morador tenha seu terreno e dele possa viver, ou seja, que cada terreno tenha uma extensão suficiente para que cada família consiga obter seus meios de subsistência. Como atualmente a pesca é escassa, essa demarcação entre espaços no mar é um pouco mais fluída, pois os cardumes de peixes se concentram em poucos lugares.

Como os pescadores atuais se concentram em poucos “terrenos”, os pescadores não têm muitas opções para pescar e então é preciso entrar em diálogo ou acordo com os *donos* de alguns pesqueiros. Nesse sentido, o respeito a esse acordo acontece muito mais pela imposição dessas famílias ao não gostar e não permitir que pessoas de fora de sua família frequentem seus pesqueiros, mesmo sendo do conhecimento de todos que atualmente são poucos os espaços bons para pesca. O mar, segundo os moradores, também possui seus ciclos e tempo próprio, e os cardumes de peixes estão cada vez mais escassos – devido principalmente a desastres ambientais como os derramamentos de óleo próximo ao porto da baía de Paranaguá e à crescente população de biguás (*Phalacrocorax brasilianus*) decorrente da proibição da caça estabelecida por lei federal, e que segundo Duarte (2013) tem ocasionado problemas ambientais por conta da acidez de suas fezes, que mata a vegetação das ilhas em que essas aves pousam. Por esses motivos os cardumes se concentram em cada vez menos lugares, o que faz com que alguns moradores desrespeitem esse acordo sobre os terrenos. Em conversa com alguns pescadores em diferentes momentos, percebi que muitos discordam dos moradores que não permitem que outros possam pescar em seus pesqueiros, por considerarem que nessa escassez de peixe é preciso redefinir essa divisão dos espaços no mar.

Só tem permissão para pescar nesses pesqueiros e pontos tradicionais de pesca quem é da família. Os filhos que se mudaram para outras *ilhas* continuam pescando nesses locais e parentes mais distantes também tem permissão dessas famílias para pescar nessas áreas. Porém, há uma regra clara, na qual não-familiares não são bem vindos aos olhos dos *donos*, a menos quando convidados. Por se tratarem de bons pesqueiros, todos querem pescar nele e em vários momentos durante o trabalho de campo vi pescadores convidando alguns parentes dessas famílias (*donos* dos

pesqueiros) para os acompanharem até esses locais. Os convites eram sempre acompanhados de brincadeiras dos pescadores que davam risada da situação embora sempre respeitassem esse acordo – o que assinala um aspecto moral no cumprimento desses acordos. Porém, um de meus interlocutores relatou diversas brigas dessas famílias com pescadores que insistiram em pescar nesses lugares mesmo sem estar acompanhados daqueles que têm permissão. Algumas dessas brigas resultaram inclusive em denúncias aos órgãos gestores, que segundo meu interlocutor, “foi um aviso pra mostrar que ele é o dono mesmo”.

Alguns pescadores se mostram bem revoltados com casos como esse, em que algumas famílias impedem outras de tirar seu sustento do mar, principalmente se a família que coloca essa imposição “é aposentada”. Várias pessoas das ilhas conseguiram se aposentar pela pesca ou pelo trabalho nas roças. Aos olhos dos mais jovens essas pessoas “já têm seu sustento garantido”. A aposentadoria é considerada um trabalho tanto quanto a pesca, pois garante ao aposentado um *ganho*, assim como a pesca garante um *ganho* ao pescador e, assim como outras pessoas da comunidade têm seu *ganho* a partir de outros trabalhos. No caso dos aposentados, significa dizer que do ponto de vista de quem é pescador – e pros moradores de Barbados só é realmente pescador quem tem a carteira de Pescador Profissional Artesanal – quem tira seu sustento a partir de outra atividade deve ter menos direito sobre o território marítimo; como afirmou um pescador:

Ele não quer que gente que não seja da família dele pesque perto desse pesqueiro, pois acha que é dono dessa parte do mar. Ele já tá aposentado, já tem seu sustento garantido, não pode querer que outros que vivem só de pescar não pesquem nesse lugar. Não que ele não possa pescar por ser aposentado, mas como ele já tem um ganho que não vem do mar, não pode exigir que a gente que só vive da pesca não pesque lá.

Portanto, apesar de existirem regras quanto ao uso do mar que permanecem sendo respeitadas, alguns pescadores mais jovens têm as questionado, apesar de as respeitarem na maioria das vezes. Esses fatos demonstram que há vontade entre os mais jovens de mudar essas regras internas.

A partir dessas questões sobre a pesca e sobre o uso do território marítimo pelas famílias da habitam a baía de Pinheiros, percebo que o ato de pescar é encarado

internamente mais como uma profissão, do que como algo que conforme uma identidade específica. Porém, o fato de internamente os moradores pensarem a pesca como profissão não anula a autoafirmação de uma identidade de pescador artesanal, apenas estou chamando a atenção para as dinâmicas internas relacionadas ao trabalho. Em uma manhã quando estávamos no quintal de uma família o assunto era o caso de um pescador que havia se machucado ao fugir de uma fiscalização da Força Verde. Segundo fui informada, o pescador estava sozinho em sua embarcação, quando outro pescador passou por ele e contou que um dos órgãos fiscalizadores estava rondando a baía e já tinha autuado dois pescadores e apreendido seus apetrechos – segundo os moradores, provavelmente por uma denúncia de alguém de lá. Com receio de ter seus apetrechos apreendidos o pescador se apressou em sair com a embarcação, e ao retirar sua rede do mar acabou se machucando com alguns anzóis. As pessoas que estavam comigo comentaram felizes que nada tinha acontecido com ele, pois pior do que os machucados que os anzóis o causaram seria ter seus apetrechos de pesca apreendidos, além de também ser autuado e possivelmente ter que pagar uma multa. Os comentários das pessoas faziam referência direta à pesca como profissão e às dificuldades em viver disso. Uma moradora apontou que *“o pescador é a categoria mais rebaixada que tem. Olha os riscos que a gente corre todo dia”*.

Relações de trabalho a partir da pesca

A escassez de peixes e camarões no inverno e a presença de “turistas pescadores” impulsionaram a venda do camarão em dúzia, que serve como isca para a pesca amadora. A venda em dúzia é mais rentável durante o inverno, pois a pesca é tão fraca que dificilmente os pescadores conseguem arrastar camarão suficiente para vender por quilo. Eles vendem a dúzia a cinco reais. Utilizando-os como “isca viva”, os moradores improvisam pequenos viveiros no mar que ficam próximos ao porto da família. Os camarões não vivem por muito tempo dentro dos viveiros e por isso, os pescadores preferem vendê-los sob encomenda, feita por telefone. Durante os feriados a procura é maior e na véspera desses dias os pescadores começam a guardar camarões. A venda do camarão como isca estabeleceu muitas relações de trabalho entre os pescadores e os “turistas pescadores” e também nos informa sobre as relações entre os

pescadores de Barbados, pois todos trabalham na venda de iscas vivas, principalmente no inverno.

Chamo de “turistas pescadores” as pessoas que costumam pescar na região da baía de Pinheiros durante os fins de semana ou em feriados. Todos que conheci possuem suas próprias embarcações, com tecnologia GPS e com barqueiros que os guiam até a baía. Segundo os pescadores de Barbados, quando esses turistas vêm pela primeira vez costumam chamar alguém da *ilha* para levá-los até os pesqueiros. Geralmente esse serviço é prestado por pescadores já aposentados, que conhecem bastante cada pedaço da baía de Pinheiros e recebem entre R\$50,00 a R\$70,00 reais pelo serviço. Para os pescadores isso acaba se tornando um problema, pois, devido a alta tecnologia dessas embarcações os barqueiros marcam os locais no GPS e numa única ida aos pesqueiros conseguem retornar sem o auxílio dos pescadores locais. Esses turistas passam a chamar os pescadores com quem também compram iscas para pescar junto com eles.

Penso as relações estabelecidas por esse trabalho a partir de um turista pescador de Curitiba, que costuma ir pelo menos uma vez ao mês pescar na baía de Pinheiros. Há quatro anos passou a pescar na região com um barqueiro de outro município litorâneo. Primeiro pescavam perto da *ilha* de Vila Fátima e uma família alugava um quarto pra eles. Depois de ficar algumas vezes na casa dessa família, o dono cedeu um espaço em seu terreno para ele construir uma casa. O terreno foi cedido, pois atualmente não é mais permitido aos moradores das *ilhas* de dentro e do entorno do Parque vender seus terrenos, principalmente para pessoas de fora. Por isso a família “cedeu” esse espaço, negociando com o turista a construção de uma casa, que futuramente ficará apenas para a família – assim foi o *trato* feito entre eles, segundo o turista pescador. Perguntei a ele se precisou negociar com o Parque Nacional do Superagui e ele disse que chegou a negociar, mas que nunca conversou com os chefes do Parque. Ele afirma que usará a casa por pouco tempo e que deixará a casa para a família que vendeu o terreno para ele. Esse curitibano conheceu Barbados há pouco tempo, quando passou a comprar iscas de três moradores da *ilha*, e a manter relações mais próximas com uma das três famílias, pra quem telefona semanalmente para saber das novidades. Quando resolve ir pescar, liga para as famílias alguns dias antes pra saber como está a pesca e se estão precisando de coisas da cidade. Costuma levar presentes para as três famílias, mas não se relaciona com os outros moradores de Barbados, estacionando seu barco direto no porto de uma

das famílias, e geralmente passa dois dias na região, pesca durante o dia e a noite faz churrasco para essas famílias. Apesar de pernoitar em Barbados, ele e o barqueiro dormem no barco.

Esse turista pescador mantém boas relações com as três famílias e quando pode traz presentes a todos. Ele já deu dois aparelhos de televisão para duas famílias, e sempre leva iscas artificiais de presente aos pescadores. Durante o trabalho de campo encontrei esse turista duas vezes em Barbados, e nas duas ocasiões ele levou os pescadores pra pescar com ele e fez churrascos a noite para toda a família. Algumas famílias de Barbados mantêm relações como essa com alguns turistas pescadores, e apesar da aparente intimidade com essas pessoas de fora, há uma relação de trabalho bem marcada, pois mesmo saindo junto para pescar, os pescadores se referem a eles como *chefe* ou *patrão*.

A partir das relações criadas com os moradores os turistas pescadores sempre compram iscas com as mesmas pessoas, e quando um pescador está sem camarões, indica alguém de sua confiança que também venda. Apesar de quase todos os pescadores de Barbados venderem iscas e indicarem uns aos outros, os moradores do Saco do Sambaqui e da Ponta do Morro dificilmente indicam um pescador do Sambaqui para as pessoas de fora, e vice-versa. Segundo os moradores, eles só indicam seus *camaradas*, uma categoria importante na *ilha* que revela aspectos morais das relações de trabalho entre os moradores. O *camarada* é alguém em quem se pode confiar e que sempre acompanha o outro na pesca e nas atividades no mato. É uma relação estabelecida desde criança e é baseada na confiança e no companheirismo entre os indivíduos. Embora tenha visto muitas relações de camaradagem entre irmãos ou primos destaco que essas relações são construídas geralmente entre vizinhos – uma vez que todos os moradores têm algum grau de parentesco, o que estrutura essas relações é a moralidade implicada nas relações de vizinhança.

No universo masculino, quando um homem recebe uma encomenda grande de pescado de alguém de fora, costuma chamar o *camarada* pra trabalhar junto e dividir o lucro. Em Barbados uma pessoa pode criar mais de uma relação de camaradagem. Essas relações são estabelecidas desde a infância, pois para qualquer trabalho que os pais ordenam aos filhos pequenos, como ir à venda, pegar lenha ou temperos no quintal, eles pedem para que chame alguém para *ir de camarada* com ele. É uma relação bastante

valorizada em Barbados não apenas entre homens e crianças, mas também entre as mulheres. Todos buscam ter um *camarada* para diversas atividades relacionadas à pesca, como ir lancear, arrastar, pescar com linha, catar ostra, catar caranguejo, roçar, pegar lenha, colher mandioca e cará. É aquele que reparte o trabalho e o ganho, e que ajuda mesmo quando a atividade não envolve dinheiro. A categoria *camarada* é valorizada da mesma maneira e em relação à categoria *mutirão*. Como se trabalha o tempo todo seja nos afazeres domésticos ou lidando no quintal, a maioria dos serviços envolve força física e nessas ocasiões a ideia de trabalhar em conjunto, isto é, em *mutirão* é importante e equivale a chamar os *camaradas* para realizar um trabalho que sozinho o indivíduo não dá conta. É como uma obrigação, que se espera inclusive das crianças. Nesse sentido, *mutirão* é uma categoria que implica em cobrança assim como o *camarada*.

Quando um *camarada* deixa de ajudar, ele é julgado não apenas pelo companheiro, mas também pela família dele, que incentiva o parente a não o chamar novamente para qualquer tipo de trabalho. Uma moradora me explicou porque seu filho parou de chamar um vizinho para o trabalho: “*Não dá pra trabalhar com ele, pois ele nunca indica um vizinho pra vender camarão aos turistas. Se você precisa de um camarão e ele tem sobrando, ele deixa o camarão apodrecer, mas não te dá. Por isso não quero mais meu filho chamando ele pra trabalhar*”. Esses desentendimentos não ficam apenas entre as pessoas envolvidas, mas acabam envolvendo as suas famílias, e em pouco tempo toda a *ilha* fica sabendo que determinada pessoa não serve como *camarada*.

No universo feminino também opera essa relação de camaradagem nos afazeres domésticos, na limpeza do pescado, no roçado e quando saem catar ostra. Algumas mulheres da *ilha* vendem cosméticos e bijuterias que adquirem com um comerciante que passa por Barbados a cada dois ou três meses oferecendo seus produtos. É um trabalho que ajuda a complementar a renda familiar. Também destaco o trabalho feminino na Cozinha Comunitária, embora este não envolva necessariamente uma relação de camaradagem. As mulheres trabalham na cozinha em conjunto, pois fazem parte de um grupo de mulheres responsável por manter o espaço que foi doado pela PROVOPAR. A ideia é que as mulheres trabalhem para ajudar na renda familiar, preparando lanches e refeições para vender durante a festa do padroeiro, no mês de Dezembro, e também utilizando o espaço para venda de artesanato e camisetas com

estampas dos desenhos de William Michaud. O trabalho na cozinha comunitária será enfatizado no próximo tópico.

Organização política

Foi depois da criação das Unidades de Conservação que as *ilhas* da região criaram suas Associações de Moradores, com o objetivo de formalizar uma pauta política frente à atuação de tantas instituições e organizações externas em seu território. Seguindo o exemplo de algumas *ilhas* que já haviam formalizado em cartório suas Associações e também aceitando sugestões de agentes externos, a Associação de Moradores de Barbados foi criada no ano de 1995, a partir da necessidade de uma instituição local que representasse os interesses políticos da *ilha*. É importante destacar que a formação da Associação de Moradores foi uma demanda externa, pois não foi uma ideia surgida dentro da *ilha*, que sempre tratou suas questões a partir de uma lógica interna e de regras locais. E sim, uma sugestão feita por agentes externos para que os moradores tivessem uma “representação legítima” perante instituições externas. Nesse sentido, proponho que a oficialização das Associações de Moradores representa uma adequação das *ilhas* a um contexto mais amplo. É em relação a esse contexto mais amplo que os moradores afirmam o seu território como *comunidade* e não como *ilha*.

Em Barbados a Associação de Moradores não tem sede física e todos os seus documentos ficam guardados com o atual presidente e sua esposa, que é responsável pela organização das atas das reuniões e pela administração financeira. Embora nas atas conste o nome de outros moradores como responsáveis por determinadas funções, na prática ela vem sendo organizada apenas pelo casal. As ações e demandas da *comunidade* são feitas com base em abaixo-assinados da Associação, assinado pelos moradores e entregues à prefeitura pelo presidente. Foi através dos abaixo-assinados que a *comunidade* conseguiu algumas melhorias, como a construção do trapiche e algumas doações. Atualmente, sua principal pauta é a mesma que motivou a criação da Associação: a instalação de energia elétrica convencional, também chamada pelos moradores de “*luz de fio*”, em contraste com a luz solar. De acordo com o presidente, as reuniões com os membros da Associação acontecem pelo menos uma vez ao mês, mas variam de acordo com a necessidade de resolver pendências dos moradores. Além de

Barbados, a Associação também representa a Ilha dos Pinheiros e a *ilha* de Saco do Morro, que mantêm relações muito próximas entre si e que atualmente têm poucos moradores. A Associação pede uma colaboração mensal de R\$5,00 por associados nascidos nas *ilhas*, e R\$15,00 para os associados que são turistas. Em Barbados e Saco do Morro existem duas casas de turistas (uma em cada vila) autorizadas pelo ICMBio por terem sido construídas antes da criação do Parque – atualmente essas casas estão praticamente abandonadas. A mensalidade é cobrada de casa em casa pelo presidente, que mantém uma boa relação com todos. Ao receber o dinheiro da mensalidade ele dá um recibo e também aproveita o momento para conversar com as famílias e informá-los de qualquer novidade, pois é para ele que os agentes externos telefonam para pedir permissão para visitar a comunidade, para agendar um dia para levar doações, e no caso dos agentes operadores do direito (como o Ministério Público), telefonam para marcar reuniões com toda a *comunidade*, ficando a cargo do presidente avisar os outros moradores. As lideranças do MOPEAR também costumam ligar para ele trazendo informes. O presidente, portanto, é o mediador da *comunidade* em todos os assuntos relacionados a um contexto externo, principalmente nos assuntos políticos.

Enquanto estive em Barbados, o presidente recebeu um vereador de Guaraqueçaba que é nascido em uma vila vizinha e já realizou várias ações nas *ilhas*. Esse vereador costuma visitar os amigos da *ilha* nos torneios de futebol, participa dos bailes e organiza churrascos. É um dos poucos representantes da Câmara de Vereadores de Guaraqueçaba que tem contato direto com as *ilhas*. Por esse motivo, ele é o vereador mais procurado pelos presidentes das Associações quando precisam tratar de algum assunto relativo à *comunidade*.

As reuniões da Associação de Moradores são agendadas com antecedência – geralmente é marcada uma reunião por mês – e realizadas no espaço da Cozinha Comunitária. Dependendo do assunto o número de moradores que participam da reunião é maior ou menor. Estive presente em algumas reuniões e, especialmente em uma delas, percebi o desânimo dos associados com a questão dos abaixo-assinados e da suposta vinda da energia elétrica. Os abaixo-assinados se transformaram no único meio legítimo para representar os comunitários em reuniões deliberativas junto à prefeitura ou ao ICMBio. Durante os períodos em que realizei o trabalho de campo, a *comunidade* de Barbados presenciou por alguns meses a instalação de energia elétrica em Bertioça, vila próxima que fica exatamente em frente a Barbados, na Ilha das Peças. A negociação em torno da vinda da energia elétrica convencional foi um processo que levou alguns

anos e rendeu um número expressivo de reuniões e abaixo-assinados nas *ilhas* da região. Segundo o presidente da Associação de Moradores, em reuniões no ano de 2011, a COPEL prometeu que a comunidade teria luz para o veraneio de 2012/2013. Os moradores se animaram com a possibilidade, pois não apenas facilitaria a vida na *ilha*, mas daria melhores condições para a recepção de turistas na região, que ocorre principalmente entre dezembro e o início de março e, conseqüentemente, dariam um retorno financeiro melhor. Durante um fim de semana que passei em Barbados em novembro de 2012, o presidente me informou de que a luz elétrica não chegaria em dezembro, como prometido, pois havia sido adiada para o mês de janeiro de 2013.

Voltei a Barbados em março de 2013, justamente nos dias em que havia um barco da COPEL fazendo a instalação de cabos subaquáticos para o fornecimento de energia elétrica convencional em Bertioğa. A essa altura os moradores perceberam que não seria instalada energia elétrica em Barbados, e o fato de estarem instalando justamente na comunidade da frente, a uma distância não muito grande, foi motivo de revolta e desânimo entre os moradores. Muitos culpavam o presidente da Associação, pois apenas ele esteve presente em algumas reuniões na sede do município de Guaraqueçaba. Esse fato culminou na desconfiança dos moradores em assinar abaixo-assinados, fazendo com que alguns passassem a dizer que não iriam assinar mais nada. Em conversa com dois moradores, um deles afirmou que estava cansado de assinar abaixo-assinados:

Eu é que não assino mais nada que vier, não adianta. A gente coloca a nossa assinatura nesses papéis e nem sabe pra onde vai, se é que vai pra algum lugar mesmo. Nossa assinatura é em vão.

“Nossa geladeira continua sendo o mar”

Esses fatos fazem pensar sobre a relação das comunidades com a prefeitura, órgãos ambientais e a COPEL. Não tive acesso às atas das reuniões que o presidente da Associação de Barbados participou, mas ouvi seu relato acerca de algumas delas. Para compreender melhor os conflitos desencadeados pela “suposta” vinda da energia elétrica, vale descrever os caminhos pelos quais Barbados passou para ter acesso à energia.

A criação da Associação de Moradores de Barbados no ano de 1995 foi uma demanda para que a *ilha* tivesse uma representação política para a instalação de energia elétrica. Com a Associação formalizada, os representantes de Barbados poderiam apresentar à prefeitura, ICMBio e COPEL um documento, formalizado como abaixo-assinado, no qual os moradores pediam e concordavam com a instalação de painéis solares para o fornecimento de energia. Em 1996 foram instaladas pela COPEL um painel solar e uma bateria por casa, pois segundo a Companhia, os “órgãos federais e estaduais proibiram que se levasse energia elétrica a estas localidades porque ainda não havia legislação adequada para regulamentar os parques nacionais”⁵⁹. Segundo os moradores esse equipamento não era suficiente e nem funcionava bem, e apesar de a COPEL trocar as baterias, elas pareciam ser usadas e tinham uma vida útil muito pequena. Com o mau funcionamento do sistema instalado pela COPEL, os moradores continuaram usando seus geradores à diesel.

Anos mais tarde a solução parecia vir com o programa Luz para Todos, através de uma parceria entre a COPEL, o governo federal e o governo estadual. Segundo boletim informativo⁶⁰ da Companhia de energia, novamente o fornecimento de energia elétrica convencional foi barrado pelos órgãos ambientais. Em decorrência disso, optaram por um novo sistema projetado pelos técnicos da COPEL e exclusivo no Brasil, a instalação de uma rede de painéis fotovoltaicos que produziriam energia suficiente para abastecer as casas. Quando ainda estava em fase de negociação, o projeto da COPEL propunha a instalação de energia elétrica por cabos subaquáticos nas *comunidades* de Poruquara, Tibicanga, Bertioga, Guapicum, Barbados, Canudal, Vila Fátima e Ararapira, mas ao longo do processo o ICMBio proibiu a instalação nas últimas quatro vilas, pois as mesmas estão dentro da área do Parque Nacional do Superagui – as quatro primeiras estão no entorno, o que explica a permissão para que a energia convencional fosse instalada.

O curioso é que essas informações estão detalhadas no boletim informativo da COPEL do ano de 2010, ou seja, desde 2010 já estava definido que essas quatro comunidades não receberiam a energia elétrica convencional, mas sim, a energia por placas fotovoltaicas, incluindo um sistema de aquecimento para o chuveiro e uma geladeira por casa. O fato de o presidente da Associação de moradores de Barbados

⁵⁹ Retirado do boletim informativo da Copel, p.10, edição 294 de novembro/dezembro 2009, janeiro/fevereiro 2010.

⁶⁰ Boletim Informativo da Copel, edição 294 de novembro/dezembro 2009, janeiro/fevereiro 2010.

afirmar em 2011 que seria instalado o sistema de energia convencional faz refletir sobre o diálogo dos moradores com a COPEL e com o ICMBio. Apesar de não ter participado de nenhum desses encontros ouvi relatos dos moradores sobre as negociações e reuniões, e percebo que a dificuldade de diálogo se dá porque os dois grupos partem de perspectivas e interesses distintos sobre o território. Após essas reuniões “oficiais” eram realizadas reuniões internas na *comunidade*, com o intuito de informar os moradores e debater as questões entre si. Ao longo das reuniões internas e das reuniões “oficiais” os moradores tiveram alguns desentendimentos, pois acreditavam que a culpa era da Associação que faltou nas reuniões realizadas em Guaraqueçaba. Há várias versões sobre a não instalação da esperada luz elétrica. O presidente da Associação de moradores afirma que quando houve a reunião com representantes de diferentes comunidades para tratar do assunto junto à COPEL e a prefeitura de Guaraqueçaba, uma briga anterior fez com que ele fosse sozinho à reunião, e sozinho não conseguiu tratar do assunto. O assunto também foi bastante comentado nas *comunidades* próximas, em uma visita que fiz à Poruquara os moradores me falaram que a luz elétrica não chegou a Barbados pelo fato de a *comunidade* não ter se envolvido no assunto anos atrás, por acreditar que seriam “*enrolados*” pelas autoridades locais, como vinha acontecendo há algum tempo: “*deixaram de ser envolver nas reuniões e deu nisso, agora nós estamos com luz de fio e eles não*”. Outros me afirmaram que isso apenas ocorreu porque o presidente da Associação na época optou pelo sistema de energia solar, pois este viria mais rápido. Foram várias as versões locais para explicar o fato de Bertioga receber a energia convencional e eles não. A questão é que nenhuma das versões que me foram relatadas apontam para as proibições do órgão ambiental, isto é, não culpam o ICMBio pelo ocorrido.

Mesmo com a instalação das placas fotovoltaicas em 2012 o problema persistiu. As geladeiras que foram doadas para as famílias nesse projeto continuam novas e em muitas casas elas se tornaram um novo armário de cozinha. Uma moradora me disse sua opinião, “*eles doaram geladeiras pra que se essas placas não funcionam? Nossa geladeira continua sendo o mar, porque se depender dessas placas, a gente continua sem poder usar*”.

A recente instalação da energia elétrica convencional em algumas *ilhas* dividiu opiniões. Logo que foi instalada em Bertioga alguns moradores de Saco do Morro se mudaram para lá. Em Barbados as opiniões sobre a luz solar variam, enquanto alguns

moradores estavam insatisfeitos, outros moradores afirmavam preferir a luz solar pela sua gratuidade, como relatou uma moradora:

A luz tem seus prós e contras. Não acho que vale a pena se mudar pra um lugar que tenha luz de fio, pois ela também falha, como aconteceu em Bertioga, e também porque tem que pagar todo mês. O que adianta ter luz e ter que pagar? Aqui falta, mas a gente economiza e é uma luz que vem do sol, não precisa pagar. Porque se você ficar dois meses sem pagar eles cortam. Não é vantajoso porque em meses como esse o ganho é pouco, e aí? Vamos gastar o pouco que a gente ganha pagando luz? A gente viveu a vida inteira sem, pra mim isso não é motivo pra deixar o lugar.

A cozinha comunitária

Algumas vilas da baía de Pinheiros possuem cozinhas comunitárias. Trata-se de um espaço para que as mulheres das *comunidades* possam trabalhar em conjunto para a venda de artesanato e alimentos para os turistas que visitam a região, auxiliando na aquisição da renda familiar. Tive acesso ao livro de registro de reuniões e encaminhamentos da cozinha comunitária de Barbados que traz informações sobre sua história e sobre a articulação da prefeitura e do Programa de Voluntariado Paranaense – PROVOPAR – com as *comunidades* da região.

A cozinha foi criada em setembro de 1998 por iniciativa de um coletivo de 20 mulheres, impulsionadas por uma das comunitárias que era assistente da Pastoral da Criança⁶¹, a qual acabou se tornando presidente. Elas foram apoiadas pela Associação de Moradores, mas até hoje não formalizaram em cartório a Associação de Mulheres. Nas primeiras reuniões elas se reuniram no Clube Recreativo de Barbado, um espaço que pertencia a um dos moradores, mas que atualmente deixou de funcionar. A primeira reunião registrada em ata foi realizada no ano de 1999, da qual participaram as 20 associadas, o presidente da Associação de Moradores na época e outra liderança local que era fiscal do Projeto Baía Limpa⁶², mostrando que desde o início a Associação de

⁶¹ A Pastoral da criança é um órgão de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Através de líderes voluntários propõe ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania com o objetivo de orientar e dar assistência à comunidade. Informações retiradas do site da Pastoral, disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/pt/quemsomos>.

⁶² O Projeto Baía Limpa foi executado nas baías de Guaraqueçaba e Guaratuba entre 1995 e 2000. O projeto surgiu de um convênio entre Colônia de pescadores, Prefeitura, IAP, Provopar e outras entidades para mobilizar as famílias dos pescadores artesanais na limpeza e despoluição das baías a fim de recuperar os estoques naturais de pescado na região. O projeto beneficiou ao todo 940 famílias, que

Mulheres teve o apoio de toda a comunidade. As reuniões aconteciam uma vez ao ano. No livro de registro obtive informações das reuniões dos anos de 1998, 1999, 2000, duas reuniões em 2010 e uma em 2013.

Na primeira reunião foram discutidas questões estruturais, para decidir qual seria o espaço destinado para o funcionamento da cozinha e também para formalizar um documento para pedir apoio da prefeitura de Guaraqueçaba para a doação de materiais de cozinha. Da segunda reunião participaram o prefeito e o vice-prefeito de Guaraqueçaba, ficando acordado que a prefeitura destinaria uma verba para ajudar na construção da cozinha e na captação de água para o espaço. Um ano mais tarde em uma nova reunião participaram três agentes da prefeitura e novamente o assunto foi a implantação da cozinha comunitária, o que revela que a criação do espaço destinado ao trabalho das mulheres foi um processo longo, com muitas negociações com a prefeitura pra adquirir verbas. Na época o coletivo de mulheres já tinha posse de vários utensílios de cozinha, algumas mesas e cadeiras, mas ainda não tinha um espaço físico, o que dificultava a doação de equipamentos por parte da prefeitura. No livro está registrado que as agentes enfatizaram a necessidade de que a Associação de Moradores estivesse com a documentação atualizada – o coletivo de mulheres não tinha registro em cartório devido aos custos e por esse motivo os pedidos de verba foram todos mediados pela Associação de Moradores – pois somente assim poderiam receber o repasse de recursos do estado. As mulheres de Barbados comentaram sobre a promessa do prefeito em construir um espaço para a Cozinha e as agentes esclareceram que não sabiam desse compromisso, mas que entrariam em contato com a secretária do prefeito para falar sobre a proposta de aquisição de uma casa e pedir mão-de-obra e materiais para a reforma da mesma.

A quarta reunião aconteceu em 2001, quando a prefeitura foi até Barbados entregar o documento do termo de responsabilidade entre a prefeitura municipal e a Associação de moradores para a implantação da Cozinha e reforma da casa que seria comprada de uma moradora. Apesar de algumas mulheres se mostrarem contra esse projeto, a maioria votou a favor. A partir da compra da casa o presidente da Associação de moradores conseguiu doações de materiais de cozinha por parte da prefeitura e da

recebiam um ou meio salário mínimo e uma cesta básica por mês. O projeto também era chamado de “o peixe que não é peixe”. Informações retiradas do site:
<http://www.construirnoticias.com.br/asp/materia.asp?id=887>.

PROVOPAR: pratos, panelas, formas, fogão, xícaras, talheres. Com o fim do mandato do presidente da Associação a casa que foi sede da cozinha comunitária foi derrubada, pois havia a possibilidade de receberem uma nova casa da PROVOPAR. Após esse dia, o único registro de uma nova reunião é de 2010.

Durante esse período (2001 – 2010) destacamos a construção do Espaço Cultural Guilherme Willian Michaud no ano de 2009, uma iniciativa do PROVOPAR – instituição anteriormente vinculada ao poder público estadual pela Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, que se tornou uma ONG em 1983 passando a trabalhar com serviço social em várias localidades do litoral norte paranaense (DUARTE, 2013). A doação do espaço pelo PROVOPAR no ano de 2009 e as capacitações dos moradores, principalmente das mulheres, fizeram parte de um projeto de geração de renda. Foram ofertados cursos de gastronomia e artesanato às mulheres, finalmente concretizando as atividades da Associação de Mulheres dentro da Cozinha comunitária, agora localizada neste espaço que é localmente chamado de Espaço Michaud. O espaço foi organizado com doações de equipamentos pela prefeitura de Guaraqueçaba e pelo PROVOPAR, e doações de algumas réplicas dos quadros de Willian Michaud, cartões postais e camisetas para serem estampadas pela Associação de Mulheres. Entre os anos de 2009 a 2013 o coletivo de mulheres trabalhou estampando camisetas e abrindo o espaço aos turistas, principalmente durante o fim de semana da festa da padroeira da *ilha*, Nossa Senhora Aparecida, comemorado próximo ao dia 09 de dezembro e durante todo o verão. Além de camisetas e postais são vendidos alimentos e bebidas – apesar da capacitação em artesanato, poucas mulheres continuaram trabalhando com esta atividade.

As últimas três reuniões da cozinha registradas no livro foram realizadas na nova sede e nas atas há um número bem menor de mulheres participando: das 20 que iniciaram a Associação, apenas sete participaram da primeira reunião de 2010, e onze da segunda reunião, realizada no mesmo ano. Nas atas a presidente relata a falta de motivação e participação das mulheres, ficando todo o trabalho concentrado apenas entre as que faziam parte da diretoria. Por isso foi realizada mais uma reunião neste mesmo ano para definir quem iria trabalhar durante o período em que a ilha recebe turistas, mas principalmente definir quem ficaria responsável por limpar e cuidar da sede. A última reunião registrada em ata foi realizada em 2013, durante o período em que eu estava em campo. O motivo da reunião foi resolver um conflito recentemente

instaurado entre homens e mulheres pelo uso do espaço. Os homens reivindicavam o uso do espaço nos dias em que são realizados torneios de futebol, algo desaprovado pela maioria das mulheres e que resultou num conflito que apenas foi resolvido depois de algumas reuniões entre a Associação de moradores e a Associação de mulheres.

Esse e outros conflitos serão melhor descritos na sequência deste capítulo destacando a influência da moralidade e da fofoca nas relações de trabalho e nas relações políticas internas de Barbados.

A complexidade dos conflitos

De início percebi que a tranquilidade no cotidiano das *ilhas* era mais aparente do que real. A visão das famílias levando suas vidas sempre em harmonia umas com as outras e lutando contra a presença do Parque Nacional do Superagui foi uma das primeiras imagens que desconstruí durante o trabalho de campo. Não quero dizer que os moradores vivam em guerra ou em permanente conflito uns com os outros, pelo contrário: as relações entre os moradores são de respeito e confiança, todos são sempre muito solícitos com seus vizinhos, emprestam coisas entre si, dividem espaços coletivos e trabalham em conjunto para trazer melhorias à *comunidade*. As relações são baseadas no respeito entre as famílias e em uma série de regras e códigos morais. No entanto, ao descrever a organização social de Barbados em suas relações de trabalho e em suas relações políticas e ao pensar os conflitos decorrentes das regras morais e das fofocas, busco ir à direção oposta da ideia de uma comunidade harmônica e ideal como muitas vezes são representadas as comunidades rurais, a partir de uma romantização das mesmas. Por meio da etnografia busco revelar os jogos de honra e respeitabilidade entre os moradores, demonstrando que as cobranças e a fofoca são meios de exercer controle social direto⁶³. Ambas são baseadas na lealdade entre famílias que, assim como a reputação de cada grupo familiar, são estabelecidas no espaço público de Barbados. Assim como Comerford (2003), minha proposta é demonstrar que a sociabilidade, justamente por ser muitas vezes tensa e conflituosa, é distinta de um ideal harmônico de comunidade. E também com base no autor, reflito sobre como as tensões existentes entre os moradores podem ser pensadas como relações agonísticas.

⁶³ Comerford, 2003.

Durante a primeira vez que permaneci em campo por um período mais longo conversei bastante com as pessoas mais idosas de Barbados, e junto delas consegui elaborar um quadro genealógico das famílias, pensando este ser um recurso válido para melhor entender os núcleos familiares. Ao conversar sobre as famílias vários assuntos atuais e conflitos me foram narrados pelos interlocutores. Na época havia um conflito que começou entre uma família e um grupo de homens pelo campo de futebol e que acabou gerando um conflito maior, entre o coletivo de mulheres que trabalhava na Cozinha comunitária e o grupo de homens do time, ocasionando uma disputa pelo uso do Espaço Michaud. Ao conversar com uma das moradoras mais antigas sobre as famílias e os espaços por elas usados, me foi relatada sua opinião sobre o conflito que estava ocorrendo.

As brigas começam porque tem gente que gosta de intriga com os outros. Mas não é todo mundo, eu, por exemplo, não gosto de intriga com ninguém, nunca gostei. Mas por causa de uns e outros fizeram intriga por causa dessa Cozinha, por causa de água.

A partir desta fala entendi melhor o contexto de uma reunião da Associação de Moradores com duas agentes da prefeitura, da qual havia participado no dia anterior. O presidente da Associação chamou duas agentes do Departamento de Trabalho e Geração de Renda da prefeitura de Guaraqueçaba para esclarecer aos moradores sobre qual a melhor forma de compartilharem o Espaço Michaud entre a Associação de Moradores e a Associação de Mulheres, visto que o coletivo que trabalhava na Cozinha comunitária não tinha formalizado em cartório sua Associação. Enquanto as mulheres reivindicavam o uso exclusivo do Espaço Michaud para as atividades da cozinha comunitária, os homens estavam exigindo o seu uso compartilhado, pois o mesmo havia sido doado à Associação de Moradores e não ao coletivo de mulheres – esclareço que a doação foi feita para um e não para outro pela necessidade de a concessão ser feita a uma Associação formalizada em cartório.

Dona Cláudia me contou que o conflito que desencadeou a reunião estava relacionado a uma situação entre os homens. Um grupo havia organizado um jogo de futebol com um time de outra *ilha* e tinham emprestado a chave da Cozinha comunitária com a responsável, para que eles pudessem oferecer água aos visitantes. Por conta de

desentendimentos anteriores, os homens de Barbados não chamaram um dos moradores pra jogar:

Eles fizeram ajuntamento no campo ali né e não convidaram o Mário pro jogo, não tinha nada a ver se ele jogasse ou não jogasse. Mas eles tinham o dever de convidar né? E não convidaram. E acontece que o campo não é deles, o campo é de todos. Porque quem fez esse campo, se existe umas oito pessoas que trabalhou no campo é demais. Porque esse campo aí tinha um monte de árvores e se fosse hoje em dia não fazia, porque o IBAMA não deixava. Tinha pé de guapê enorme, pé de abricó, pé de jacarandá rosa, uns pés enormes. Eles destocaram tudo por causa de ajuntamento, foram destocando tudo. Não precisava de tanta gente, mas precisava de gente.*

O campo de futebol é um espaço coletivo, construído pelos moradores para o usufruto de qualquer pessoa que more em Barbados. Nessa situação Mário ficou ofendido por não ter sido convidado e cortou a mangueira da água que abastecia a Cozinha Comunitária, deixando os jogadores sem água para depois do jogo. A água que abastece a Cozinha vem de uma instalação feita por Mário em uma fonte de água localizada no morro atrás das casas. O desentendimento começou pelo corte no abastecimento da água da Cozinha e continuou. Outro morador se sentiu ofendido e cortou os cabos de luz que iam para a casa de Mário, e o conflito se estendeu entre as famílias e em decorrência disso, até o coletivo de mulheres da Cozinha comunitária se desentendeu. No fim das contas, as famílias “*deixaram baixo a confusão*” e o conflito se estabeleceu entre mulheres e homens pelo uso do Espaço Michaud, pois segundo dona Claudia, “*se as mulheres não tivessem emprestado a chave da Cozinha ninguém ia jogar futebol e nada disso ia ter acontecido. É por isso que sou contra esse campo, só traz confusão*”.

Durante a reunião os moradores não comentaram sobre o conflito que desencadeou a disputa entre homens e mulheres pelo uso do Espaço Comunitário/Cozinha. Com a mediação das agentes, os moradores trataram dessa questão, tiraram dúvidas e conversaram sobre alguns assuntos que estavam incomodando o presidente. No papel de mediadoras, as agentes conversaram com os moradores e propuseram a eles que “*juntassem forças*” para que ninguém se sentisse injustiçado. Uma das agentes propôs que homens e mulheres deveriam trabalhar juntos no Espaço Michaud, as mulheres continuariam com suas atividades durante as festas,

vendendo lanches e artesanato e os homens poderiam usar o espaço quando houvesse um torneio. Uma das agentes insistiu na ideia de “juntar forças” e reforçou o que é uma Associação de Moradores e qual a sua função:

A Associação representa a força política de vocês, e é através dela que vocês conseguem recursos da prefeitura e do governo. Vocês precisam resolver as desavenças e se unir. Assim, sugiro que a Cozinha fique sob a responsabilidade da Associação, pois as mulheres não tem uma Associação formalizada em cartório, e esse é um processo que demora. Se esperar até as mulheres conseguirem formalizar em cartório, vocês acabam deixando de usufruir desse espaço, por isso acho melhor vocês se entenderem e organizar o que já têm. E, se for da vontade do coletivo de mulheres formar uma nova Associação, nós ajudamos vocês a se organizarem, mas com tempo.

A reunião acabou revelando insatisfações por parte do presidente, que diante da presença de todos afirmou que poucos moradores ajudam na Associação ou o acompanham até a prefeitura para participar de reuniões ou entregar abaixo-assinados. Além disso, afirmou que muitos moradores estavam deixando de pagar a mensalidade, dificultando ainda mais o seu trabalho, pois o presidente estava usando o seu próprio dinheiro para pagar o combustível gasto por sua embarcação a cada vez que precisava visitar a prefeitura para resolver questões do interesse de todos. Nesse ponto a agente da prefeitura enfatiza a força de uma *comunidade* unida para reivindicar coisas. Ela citou o exemplo de outra *comunidade* que também havia ganhado um espaço da PROVOPAR, mas como os moradores deixaram de se unir para trabalhar, a casa doada – que deveria servir como meio de renda alternativo às famílias – foi perdida pela “desunião e conflitos” entre os moradores. A partir desse exemplo os moradores decidiram por unir forças e dividir o Espaço Michaud, os homens poderiam utilizar a casa se combinassem com o coletivo de mulheres com antecedência. Portanto, a mediação feita pelas agentes da prefeitura foi importante para a resolução desse conflito.

Durante uma reunião interna da Associação de Barbados a pauta foi a situação de dois turistas que têm casa de veraneio – uma em Barbados e outra em Saco do Morro. Ambos os turistas estavam devendo algumas mensalidades para a Associação e como há muito tempo não voltavam para as comunidades, o presidente queria saber a opinião dos moradores. Para ele, ou os turistas pagavam as mensalidades atrasadas e poderiam continuar com suas casas ali – até porque já tinham autorização do ICMBio;

ou, ao contrário, ele pensava em denunciá-los ao órgão gestor. Embora a reunião tenha terminado sem uma deliberação para o caso, os moradores puderam discutir várias questões.

Depois da reunião conversei com alguns moradores que estavam insatisfeitos devido a possibilidade de uma família de fora de Barbados vir morar na casa de um ex-morador. Apesar da insatisfação essa família não comentou sobre isso na reunião. Para mim, afirmaram que procurariam o presidente em outra ocasião, pois ficaram com receio de falar em público, mas a princípio eram contra a vinda dessa família. Quando perguntei por quê, o patriarca da família respondeu:

Não concordo primeiro porque eles não são filhos daqui, nenhum deles. Eu acho que as pessoas não podem assim só chegar no lugar. O combinado nosso [da Associação] é que todos os moradores devem ser consultados sobre a vinda de alguém de fora para morar aqui. Sem a permissão da maioria nada feito. Os de fora precisam da permissão dos associados.

Apesar de o Parque ser responsável por permitir ou não determinadas ações nas vilas que estão dentro ou no entorno do Parque, são os moradores que regulam o que se pode ou não se pode fazer dentro das *ilhas* e *comunidades*, e é através das Associações de Moradores que se decide quem pode ou não pode morar nas vilas, por exemplo. Percebo que na maioria dos casos, o órgão gestor só define a situação das *ilhas* quando lhe é pedido que o faça. Essa questão fica mais clara a partir da fala de uma moradora em que ela reflete sobre a presença do órgão gestor:

Mas eu acho que sabe o que faz a coisa? É o povo do lugar. E se o povo do lugar vive em harmonia, eles não vêm aqui perseguir. O povo do IBAMA não vem aqui perseguir. O negócio começa quando dá briga e alguém denuncia, se não eles não vêm aqui. Mas se alguém denuncia daí eles já vem, são obrigados a vir e olham tudo.

Sobre essa fala faço duas observações, a primeira é que muitos moradores se referem ao IBAMA, e não ao ICMBio como órgão gestor; a segunda diz respeito à agência dos moradores sobre os assuntos internos às comunidades. São muitos órgãos ambientais em atuação na região e é necessário entender a atuação de cada um. O ICMBio é responsável pela gestão do Parque e suas proibições estão mais relacionadas ao uso do território em que estão as sedes das *comunidades*, ou seja, na terra. No caso das restrições quanto ao uso do mar e especificamente à pesca, os órgãos ambientais

responsáveis são o IAP e a Força Verde – esses órgãos é que fazem rondas pela baía de Pinheiros e são eles que fazem autuações e prendem pescadores que estão infringindo a lei. Isso não quer dizer que haja uma “falta de clareza” entre os moradores sobre quais órgãos lhe privam de seus direitos, pois quando perguntados sobre as restrições no mar, cada família sabe exatamente qual órgão prendeu *fulano*, ou qual órgão embargou a reforma de uma casa. A questão é que no cotidiano eles se referem de modo genérico ao “IBAMA”, pois acredito ter sido o primeiro órgão com quem precisaram negociar diretamente o uso de seu território.

Nesse sentido cabe pensar a vida nas *ilhas* a partir de uma ruptura: antes e depois da “*chegada do IBAMA*”. Não é intenção afirmar, a partir desses relatos, que a relação das *ilhas* com os órgãos ambientais é sempre tranquila e que “eles” só aparecem quando chamados. Segundo os moradores na maioria das vezes é assim, pois os gestores não querem “*viver em pé de guerra*” com eles. De qualquer forma, apesar de ficar a cargo dos moradores definir questões relacionadas ao cotidiano da *ilha*, eles definem seus códigos e regras internas em acordo ou em relação às restrições às quais estão sujeitos.

Dois bailes na páscoa

A principal opção de lazer em Barbados é frequentar os bailes que acontecem uma ou duas vezes por mês em um dos clubes da vila. Na região é comum que algumas famílias, e principalmente os jovens, visitem outras *ilhas* nessas ocasiões e também nas suas festas de padroeiro. Em Barbados os bailes que antes eram realizados no antigo “Clube Recreativo do Barbado” e até mesmo no Espaço Michaud, atualmente são realizados em dois lugares: na casa de um morador que construiu um espaço para fazer festas, ou na Casa de Cultura.

A Casa de Cultura é projeto de um coletivo de estudantes em conjunto com a Associação de Moradores. No fim de 2010 o grupo ficou sabendo pelo presidente da Associação de Moradores, que havia uma casa “à venda” na comunidade e que o proprietário tinha recebido apenas uma proposta de uma Igreja Protestante. O presidente e mais alguns representantes de Barbados, preocupados com os possíveis conflitos gerados entre os comunitários pela presença de outra igreja que não a católica, ligaram para o grupo e perguntaram se eles não poderiam ajudar a encontrar uma solução.

Assim, o grupo se mobilizou, arrecadou dinheiro, procurou por mais pessoas dispostas a ajudar e formulou um projeto para a criação de uma Casa de Cultura, que tivesse como objetivo “fortalecer” a cultura caiçara. Com o dinheiro arrecadado o grupo foi até Barbados e propôs atividades a serem desenvolvidas não apenas para os moradores da *comunidade*, mas que pudesse integrar os moradores da região como um todo. A casa foi então doada à comunidade e o grupo organizou *mutirões* (entre agentes externos e moradores) para pintá-la e organizá-la, e junto com os moradores pensaram sobre a criação de novos projetos. Por ter sido uma iniciativa de pessoas de fora os moradores levaram algum tempo para se apropriar deste espaço e realizar atividades no local. Atualmente a casa é usada pelos jovens para assistir filmes e para realizar bailes.

No feriado de Páscoa em 2012 aconteceram dois bailes no mesmo dia em Barbados, um no Sambaqui e outro no Saco, fato incomum em uma vila com 69 moradores. O morador que possui um pequeno clube em sua casa já estava organizando o seu baile há bastante tempo e tinha divulgado inclusive em outras *ilhas*. Uma dupla de Paranaguá ia tocar ao vivo e também seriam vendidas porções e bebidas. Porém alguns dias antes outros moradores resolveram organizar outro baile na Casa de Cultura no mesmo dia, e só divulgaram entre as famílias mais próximas. No dia do baile, alguns homens se uniram para limpar e organizar o espaço, levaram aparelho de som e compraram algumas bebidas para dividir entre as pessoas, pois nada seria comercializado. Os moradores decidiram realizar outro baile no mesmo dia para “*afrontar*” o primeiro morador, pois estavam descontentes com algumas de suas ações. Os dois bailes aconteceram e os moradores se dividiram entre um e outro. Algumas pessoas participaram dos dois bailes, pois não queriam se indispor com ninguém.

No dia seguinte, fui com duas famílias do Saco ao Sambaqui e nos sentamos perto da Igreja Católica, nas pedras em frente ao campo de futebol. Por ser domingo de páscoa eles queriam passear pela vila e visitar o pessoal do Sambaqui. Uma das pessoas que organizou o baile no Sambaqui veio falar comigo me cobrando por eu não ter participado do baile: “*ah, agora você veio no Sambaqui né? Aposto que ontem participou do baile do Saco!*”. Apesar do tom de brincadeira, percebi que a pessoa mal cumprimentou as famílias que estavam comigo. Mesmo se sentindo incomodados com os comentários, as famílias continuaram conversando normalmente com as outras pessoas e logo voltamos pra casa. Naquele dia à noite a família que me hospedou conversou comigo e falou que o morador estava chateado com as pessoas que

organizaram o outro baile, e que ele resolveu falar comigo para provocá-los, para mostrar que eles “*estavam em falta*” com ele, o que revela alguns aspectos morais das relações entre vizinhos.

Moralidade e Fofoca

As relações entre vizinhos são estabelecidas com base em algumas “regras” morais e quando alguém age em desacordo com elas criam-se indisposições e conflitos entre os envolvidos. Essas regras compõem um “inventário” de boas maneiras que são ensinados aos filhos desde que são crianças e refletem o modo como os moradores se relacionam com o meio ambiente, com os vizinhos, com os *camaradas* e também com as pessoas de fora. Essas regras e formulações são responsáveis por manter – em boas condições – os arranjos e relações dentro da *ilha*, pois embora cotidianamente existam diversos conflitos, os moradores são muito unidos quando estão diante de alguém de fora, seja este alguém um turista ou um agente dos órgãos ambientais.

Embora tenha afirmado que os conflitos entre os moradores podem resultar em denúncias aos órgãos ambientais, isso só ocorre em última instância – tanto que durante o trabalho de campo não presenciei nenhum morador denunciando o outro, apenas ouvi histórias sobre conflitos que tomaram proporções desmedidas. No entanto, pretendo demonstrar o aspecto agonístico das relações, ao propor que é justamente pelo fato de a sociabilidade ser agonística que os conflitos podem assumir várias formas, inclusive a de denúncia. Também é importante pensar a dimensão da fofoca como meio de exercer controle social direto. É através da fofoca que os moradores controlam as ações uns dos outros, isto é, a moralidade é regulada pela fofoca, pois agir “conforme as regras” é uma maneira de evitá-la.

Descrevo algumas regras morais entre vizinhos a partir da “*grandíssima*” gripe que fez adoecer algumas famílias durante o inverno de 2012. Minha última ida a campo foi em agosto de 2012 e alguns dias antes de ir para Barbados liguei para a família que me hospeda para perguntar se eles estavam precisando de alguma coisa – algo que sempre faço antes de ir. Por telefone me contaram que toda a familiar estava com gripe

e que faltavam remédios, então qualquer coisa que eu pudesse levar ajudaria. Levei um arsenal de remédios, entre analgésicos, antitérmicos, antigripais, xaropes e vitamina C. Em pelo menos 15 dos 25 dias que permaneci na casa da família o assunto era um só: a gripe. Aprendi a fazer chá e xarope de cebola, “ralo” do alho (“*que levanta defunto!*”), chá de eucalipto e mel, chá de milome, chá de folha de laranjeira, enfim, uma infinidade de receitas que junto dos remédios industrializados curou a gripe da família – não sem antes eu também “ser afetada” pela gripe e passar alguns dias de cama!

A cada dia, um familiar se curava e outro “*caia de cama*”. O mês de agosto é um dos piores meses para a pesca – os moradores costumam dizer que “*agosto é o mês do desgosto*” – e com a gripe os homens das famílias passaram dias sem pescar, o que diminuiu consideravelmente a renda mensal dessas famílias. Como sempre me disse uma interlocutora, “*é na dificuldade que a gente vê quem é quem*”: foi durante a gripe que vi as regras morais entre vizinhos serem colocadas “em prova”. A família que me hospedou mora em uma das partes com menos moradores em Barbados, sendo poucos os vizinhos próximos. Poucas famílias iam visitá-los, e às vezes levavam algum pescado, ervas ou mel e ofereciam ajuda para realizar algum trabalho, como pegar lenha ou levar alguém ao posto de saúde. A família toda ficava muito feliz e agradecida quando recebiam visitas. Quando estávamos sozinhos comentavam muito sobre a bondade e a preocupação desses vizinhos, mas acima de tudo, falavam sobre o quanto deveriam ajudá-los quando eles passassem por um momento como esse.

No entanto, muitos vizinhos não foram visitá-los durante esses dias e esse fato também foi bastante comentado. As mulheres foram as que mais ficaram chateadas com “*a falta*” desses vizinhos, principalmente com os que eram parentes mais próximos. Segundo uma das mulheres, a gripe começou quando uma de suas filhas foi visitar sua irmã, que mora em outra *ilha*, e voltou gripada. Ela afirmou que o fato de a irmã não ter ido visitá-los e nem telefonar era uma afronta, pois a gripe tinha vindo de lá:

Você acha que ela não sabe que estamos com gripe? É claro que ela sabe, a gripe veio de lá. O mínimo que ela devia fazer era ligar pra saber como a gente está e se a gente está precisando de alguma coisa.

A família comentou comigo sobre a ausência de visitas dos moradores do Sambaqui. Em uma conversa com duas interlocutoras, uma delas comentou bastante furiosa:

Quando é pra vir aqui pedir ajuda do irmão pra tirar a bateira do seco ele vem. Quando é pra cobrar dinheiro do irmão ele também vem, mas quando é pra visitar o irmão que tá na cama há três dias ele não aparece. O que custava vir aqui e oferecer um pescado, ou nem isso, o que custava vir aqui pelo menos ver se o irmão não tá morrendo?

E a outra respondeu:

Deixe que não venha, ele deve achar que vai ficar doente se vier aqui, ou então que vai perder um braço, porque deve ser custoso andar cinco minutos pra vir até aqui ver se o irmão tá bem. Mas deixa eles, o importante é que a gente sempre ajudou quando precisaram.

Os dias foram passando e ninguém do Sambaqui foi visitá-los. O comentário geral era de que eles estavam com medo de pegar gripe também. Uns dias depois as crianças passaram em casa durante o intervalo da escola e contaram que alguém do Sambaqui tinha faltado à aula. Imediatamente alguém comentou: “*aposto que pegaram gripe, que bom mesmo que não vieram até aqui, se não iam dizer que a culpa era nossa!*”. Ouvimos então o barulho de uma embarcação passando pela baía – alguns correram para a janela e eu continuei com o que estava fazendo. Logo vieram me contar que viram a embarcação daquela família e pelo caminho que estavam fazendo, provavelmente estariam indo para o posto de Guaraqueçaba. E, de fato, aquela família do Sambaqui estava com gripe indo para o posto de saúde. Quando a família viu que eles estavam voltando, não demorou muito e vi uma pessoa sair. Perguntei para onde ia e ouvi a seguinte resposta:

Estou indo até lá visitar eles e levar algum remédio que sobrou aqui. Quem sabe assim eles percebem que não custava nada terem vindo visitar a gente. Vou é pra mostrar pra eles que sou diferente e que me preocupo com o próximo.

Depois de receber essa visita o pai daquela família veio até a casa onde estávamos para agradecer a visita e emprestar uma panela. Logo que pediu a panela emprestada alguém falou em tom de brincadeira, “*Ê homem interesseiro! Só vêm aqui quando precisa de alguma coisa né, visitar ninguém vem!*”. Mais tarde, no mesmo dia, ele foi visitá-los mais uma vez, mas não pediu nada emprestado e chegou provocando: “*vim visitar vocês de volta, viu como venho aqui?! Fiz questão de voltar só pra vocês*

ver que eu não vim emprestar nada. Agora falta você ir até lá!”, disse apontado para a pessoa que havia o cobrado.

Esses eventos relacionados à gripe envolvem certas regras morais entre vizinhos, como o compromisso de visitar um ao outro, e a obrigação de que as visitas sejam retribuídas. Também acontece de um visitar o outro, por exemplo, só para mostrar que foi. Além dessas cobranças, também é comum que as pessoas provoquem umas as outras em tom de brincadeira, como se estivessem cobrando o outro apenas por diversão. Entre os moradores de Barbados é muito comum que um caçoe do outro, que invente apelidos e faça brincadeiras – inclusive descobri que eu mesma recebi um apelido da família que me hospedava. O ato de apelidar alguém evidencia uma relação de intimidade entre as pessoas. Nesta família quase todas as pessoas que *brincam* umas com as outras receberam um apelido e nos momentos descontraídos elas se chamam pelos apelidos, que sempre remetem a alguma pessoa que detém atributos físicos ou traços de personalidade similares. No meu caso fui apelidada com o mesmo apelido que determinada pessoa da família recebeu, porque tínhamos traços de personalidade semelhantes. Portanto, esses acordos morais podem ter uma dimensão mais lúdica, como propõe Comerford (2003), mas apenas entre pessoas e em momentos específicos. Porém, quando uma pessoa próxima não “cumpre” essas regras – alguém em quem se confiava bastante – cria-se uma indisposição entre um e outro. A pessoa fica “*em falta*” com a outra.

Algumas pessoas da família que teve a gripe relevaram o fato de muitos vizinhos não terem ido visitá-los. Mas outras não, e eu só consegui perceber isso alguns dias depois, quando combinávamos de ir ao Sambaqui para fazer farinha de mandioca. Estava acertado que algumas mulheres e eu iríamos até a fábrica de farinha, pois a família tinha colhido bastante mandioca naquela semana. No entanto, sempre que tentávamos ir até lá, uma das pessoas dava uma desculpa e acabávamos não indo. Quase uma semana depois soube que a pessoa não queria ir porque não estava satisfeita com os vizinhos de lá, pois eles não foram visitá-los em um momento difícil.

Outro princípio entre vizinhos e famílias diz respeito ao ato de verbalizar os compromissos. A partir do momento em que se combina algo com alguém, que uma pessoa afirma à outra que vai fazer determinada coisa, ela cria um compromisso. O descumprimento do combinado significa que a sua palavra “*não tem valor*”, o que cria

indisposições entre os moradores. Essa regra não se restringe às relações entre vizinhos, mas a todas as relações, principalmente as que envolvem trabalho.

Os moradores controlam essas regras morais estabelecidas através da fofoca. Se uma pessoa fica “*em falta*” com a outra, ou seja, se há uma indisposição entre duas pessoas, rapidamente outras famílias ficam sabendo, porque estavam juntos ou porque alguém contou. É difícil que um evento passe despercebido na *ilha* e inclusive entre as outras *ilhas*, pois as pessoas transitam o tempo todo pela baía de Pinheiros. E quando não estão no mar os moradores costumam sempre observar quem trafega pela baía e por terra. Os moradores sempre se atualizam sobre as notícias da *ilha* e de toda a região uns com os outros. Portanto, se alguém não cumpre algo que combinou com uma pessoa todos ficam sabendo através da fofoca. Quando esse assunto envolve uma relação de trabalho, por exemplo, essa pessoa fica marcada entre os moradores como alguém que não cumpre seus compromissos. Dessa forma, a fofoca tem um papel regulador sobre as relações sociais. Ao mesmo tempo em que ela informa, ela é um recurso que move os conflitos. E é nesse sentido que a sociabilidade é marcada por um caráter agonístico na região.

Essa natureza agonística das relações está presente, articulada de maneiras distintas e em diferentes níveis e graus, nas conversações e brincadeiras, no futebol e no bilhar; nos bailes e forrós, na política, e nas saudações cotidianas; nas relações de vizinhança, na comunidade religiosa, nos julgamentos de crimes de morte. Qualquer dessas situações envolve, em algum momento e em algum grau, a possibilidade de *provocar* e *ser provocado*, em tom sério ou lúdico. *Provocação*, na sua acepção nativa e no seu sentido forte, tende a se referir àqueles atos vistos negativamente que faltam com o respeito: desafiam, insultam e ofendem, incitando fortemente uma resposta séria em defesa da respeitabilidade da pessoa/família, distinguindo-se da *brincadeira*, uma provocação não-séria, uma falsa falta de *respeito*, que pede fortemente uma resposta igualmente não-séria (COMERFORD, 2003:86; ênfases do autor).

As relações entre vizinhos são baseadas nesses acordos e regras de costume que em certa medida definem as relações de trabalho, as relações de amizade e influem sobre as relações políticas da *comunidade*. Nesse sentido, podemos afirmar que os moradores fazem parte da pequena política das relações cotidianas de uma comunidade, como proposto por Bailey (1971:2), à qual se refere às reputações dos moradores, e às fofocas e insultos – as regras de como viver em sociedade, ou de como “jogar o jogo social”. Segundo o autor, as pessoas mais próximas, e, portanto, as pessoas que mais interagem umas com as outras, são as que mais provavelmente têm motivos para se

desentender. As fofocas, brincadeiras e provocações dos moradores uns com os outros revelam uma constante vigilância das reputações em Barbados.

Ao longo do trabalho de campo sempre fiquei atenta às dinâmicas internas estabelecidas entre os moradores em função das interdições ambientais. Por se tratar de uma região com um contexto ambiental específico são muitas as pesquisas em diferentes áreas do conhecimento que refletem uma relação antagônica entre as populações tradicionais e as Unidades de Conservação. No entanto, o trabalho de campo me mostrou que, diferente das imagens criadas sobre a região, que refletem certo isolamento e uma vitimização das populações residentes, a relação entre os moradores e o ICMBio é muito mais complexa e permeada por inúmeros conflitos internos e anteriores entre os moradores. Há muito mais agência que uma simples vitimização. Apesar de a população estar sujeita a uma ameaça constante ao seu modo de vida, protagonizada pelas interdições das leis ambientais, ou pelo “*Ibama*”, ela tem intencionalidades e uma maneira local de viver frente às interdições. Portanto, não podemos dizer que as leis ambientais vêm de fora e se aplicam à região sem qualquer agenciamento por parte da população local.

Ao falar em agência me refiro ao conceito na formulação de Sherry Ortner (2007), como algo “sempre negociado interativamente” (2007:74). Ao destacar a agência de indivíduos ou grupos a autora afirma que o conceito de agência tem duas faces, uma voltada à intencionalidade e à ideia de perseguir projetos (que são definidos culturalmente); e a outra, relacionada ao poder e à ação em relações de desigualdade, assimetria e de forças sociais em jogo, ou seja, exercer poder sobre (dominação) ou ser contra o poder (resistência). Ao refletir sobre o contexto aqui apresentado, os moradores da região do Superagui possuem agência em ambos os sentidos. Por estarem sujeitos às interdições das leis ambientais e ao mesmo tempo articularem essas leis para ordenar o uso de seu território internamente – entre si – os moradores estão em uma relação de poder (desigual) com os órgãos fiscalizadores, mas não apenas. O ato de internamente manejar essas leis em um modo local indica, ao mesmo tempo, uma forma de resistência e uma agência de projetos, no sentido em que os indivíduos agem com intenção de perseguir objetivos e ir além “de suas próprias estruturas de desigualdade”

(*op cit*: 68). Segundo a autora essas duas faces da agência se misturam, se entrelaçam em uma relação (*op cit*: 58). Do mesmo modo, na organização política e na relação com agentes externos, a agência dos moradores está na articulação interna e também na articulação com pessoas de fora para mobilizar a identidade de pescador artesanal.

Neste capítulo busquei refletir sobre as regras e leis internas criadas em relação às leis ambientais. No entanto, além das regras criadas pelos moradores quanto aos pescadores, existem também outras regras que se referem ao uso da terra, definidas pelos moradores em articulação com a legislação ambiental, causadoras de conflitos tão eloquentes como os que foram citados anteriormente. A principal questão aqui é menos os pormenores da adequação das leis ambientais ao contexto local, mas apontar que há um ordenamento social pautado na moralidade entre as famílias e entre vizinhos. Uma vez que há um descontentamento entre os moradores por desobediência a essa pequena política (BAILEY, 1971), e que a situação não é resolvida a partir do diálogo, as pessoas optam por articular em seu favor a ameaça que as leis ambientais representam.

The very nature of social exchanges assist one in doing this. An exchange is a message. Messages have to be interpreted. But the line which separates cooperative from competitive messages is remarkably fine and delicate. This is the irony of man's existence in society. If you make no exchanges, you do not belong; if you make the exchanges, the messages which you intend to invoke solidarity, may be interpreted as a challenge. The gift requires the counter-gift, and, the inappropriate return constitutes a challenge. *Gift*, as Mauss points out, is a German word for poison. No-one can doubt this, for it is a feature of everyone's life. The overgenerous gift, so big that cannot be returned, becomes a humiliation. In short, it is not that some exchanges are co-operative and other are competitive: *all* exchanges have the seed of both these opposed things within them (BAILEY, 1971:23, 24).

No sentido proposto por Bailey as pessoas pertencem a uma comunidade na medida em que realizam trocas. Ao realizá-las, o indivíduo, fazendo parte da pequena política, pode provocar e ser provocado. Logo, de acordo com Mauss (*apud* Bailey) todas as trocas podem ser tanto cooperativas (*gift*) quanto competitivas (*poison*) – conforme Mauss a dádiva permeia as relações sociais e recusá-la “é recusar a aliança e a comunhão” (2003:202), isto é, as dádivas não são livres, nem desinteressadas, mas “contra prestações” (*op cit*: 303).

Capítulo III - *Comunidades*: relações políticas entre moradores e agentes externos

Antes de chegar a Barbados pela primeira vez percebi o quanto o trabalho de campo iria acarretar um envolvimento não apenas com os moradores da *ilha* em seu cotidiano, mas também com os agentes externos em atuação na região. Esse envolvimento não se restringe a Barbados, mas a todas as outras *ilhas* insulares ou continentais de Guaraqueçaba que constituem um sistema de comunidades entrelaçadas. Atualmente os agentes externos em atuação na região incluem pesquisadores (vinculados ou não a alguma universidade), os representantes de organizações não governamentais, os agentes do Ministério Público, os gestores do ICMBio, os vereadores dos municípios litorâneos, deputados estaduais da Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP), produtores culturais, turismólogos e turistas. Pessoas que além de visitas pontuais mantêm contato com os moradores em diversos âmbitos, seja de maneira assistencialista, política, afetiva ou na proposição de projetos culturais e de turismo.

O difícil acesso à maioria das *ilhas* supõe um contato prévio com algum morador, pois não existem linhas de barco que passem regularmente por esses lugares. Por esse motivo minha primeira ida a Barbados foi como turista, acompanhando um grupo cujo roteiro seguia os objetivos e preceitos do Turismo de Base Comunitária (TBC). O grupo, de aproximadamente dez pessoas, foi guiado por dois estudantes do curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná que já conheciam a região há três anos. Eles desenvolveram um projeto turístico aos moldes do “Turismo de Base Comunitária” como uma forma de gerar renda para Barbados, principalmente nas épocas do ano em que a pesca é fraca e os habitantes precisam dispor de alternativas para complementar sua renda.

A partir do contato estabelecido com os guias deste projeto⁶⁴ e com outros agentes em atuação semelhante na região é possível identificar o impacto destas relações no cotidiano das *ilhas*. A ampla presença de diversos agentes externos não apenas movimentam a rotina das populações residentes das *ilhas* que conformam a baía de Pinheiros e o Parque Nacional do Superagui, mas também traz conceitos e questões

⁶⁴ Ao falar em “projetos” de agentes externos, penso no “mercado de projetos”, como assinalam Naveira (1999); Albert (2000); Góes (2009) em relação aos projetos desenvolvidos entre as populações indígenas. Apesar de estar em outro contexto, os “projetos” entre populações tradicionais têm sentidos similares àqueles que têm tido entre populações indígenas em diferentes partes do Brasil.

que os auxiliam na construção de sua pauta política. Especialmente importantes são as pessoas que passaram a atuar na região a partir de *projetos assistencialistas*. Defino *projetos assistencialistas* como iniciativas propostas por pessoas de dentro ou de fora da região – turismólogos, voluntários vinculados ou não a programas do governo como a PROVOPAR e EMATER e produtores culturais – cujo objetivo seja trazer melhorias e contribuir com as comunidades. Esta categoria compreende iniciativas que envolvam doações (de alimentos, vestuário, brinquedos, remédios, livros, utensílios domésticos), cursos e oficinas (de artesanato, de cultivo de ostras, de agroecologia, etc), *mutirões* (para construção ou reforma de casas) e propostas para promover a cultura caiçara (como produção de livros, bailes de fandango, entre outros). Esses projetos são diferentes dos propostos por organizações não governamentais em atuação na região (IPÊ, SOS Mata Atlântica, SPVS, Fundação O Boticário de Proteção à natureza) que desenvolvem iniciativas vinculadas ao preservacionismo e à educação ambiental.

Esses projetos assistencialistas são em grande maioria propostos ou apoiados pelo idealizador da *Viagem de Canoa*⁶⁵, com o objetivo de “valorizar, divulgar e promover a cultura caiçara”. Por ser nativo da região conhece todos os caminhos pelas baías de Pinheiros e Laranjeiras desde criança e é a partir dele que muitos pesquisadores e produtores culturais chegaram aos seus locais de pesquisa/atuação pela primeira vez. Atualmente este articulador está envolvido em alguns projetos principais: a *Viagem de Canoa*, realizada sempre no mês de julho e o Mutirão da Alegria, realizado próximo ao dia das crianças no mês de outubro – ambos os projetos são de sua autoria; e o Barco Sorriso⁶⁶, evento que acontece algumas vezes durante o ano e que reúne um grupo com dentistas para orientar os moradores quanto à saúde bucal.

O Mutirão da Alegria e o Barco Sorriso são projetos assistencialistas nos quais um grupo de 20 a 40 pessoas se desloca de barco pelas ilhas da região. O objetivo é visitar algumas comunidades carentes e propor trocas de experiências e conhecimento entre os moradores e as pessoas de fora. No caso do Mutirão da Alegria são realizadas várias brincadeiras com as crianças e também são feitas doações de brinquedos. No Barco Sorriso a equipe de voluntários trabalha no sentido de conscientizar crianças e

⁶⁵ Existem inúmeros projetos assistencialistas na região além dos citados. Aponto apenas os que pude conhecer durante a pesquisa de campo.

⁶⁶ O “Barco Sorriso” é uma iniciativa da advogada Lorayne Claudino, coordenadora e idealizadora do projeto segundo reportagem do Ric Mais. Reportagem disponível em: <http://pr.ricmais.com.br/familia-2/noticias/video-mostra-trabalho-voluntario-de-saude-bucal-no-litoral-do-parana/>, visualizado em 02/05/2014.

adultos sobre a importância de escovar os dentes, oferecendo atendimento odontológico aos moradores e doações de kits de higiene bucal. Apesar de idealizados ou apoiados por alguém de dentro das ilhas, os três projetos envolvem em maior número pessoas externas ao cotidiano das *comunidades*, geralmente universitários ou jovens interessados na cultura caiçara, na “troca de saberes” e também na dimensão solidária que esses eventos proporcionam – uma vez que o objetivo é propor uma “viagem comunitária”.

A *Viagem de Canoa*, já mencionada na apresentação desta dissertação, é tida por seus participantes como “*uma ação de assistência, pois levamos doações, mas os maiores objetivos são os mutirões que realizamos nas comunidades e cada viajante vai com uma ideia de ‘projeto, ‘estudo’. A intenção é poder dar retorno de alguma forma a região...*”⁶⁷. A *Viagem de Canoa* tem como objetivo central a doação de agasalhos, sapatos e alguns suprimentos. Realizada sempre no mês de julho há 13 anos, para além do assistencialismo propõe uma troca de saberes e culturas entre os canoieiros e os caiçaras. Segundo os moradores de Barbados o mês de julho marca o fim da “corrida” da tainha, momento em que a pesca começa a “ser fraca”, situação que perdura até o mês de outubro. Por isso os canoieiros são muito esperados, pois as doações são essenciais e os moradores já contam com sua vinda. Fazendo um balanço das pessoas que já participaram em alguma das edições da viagem encontramos canoieiros principalmente das cidades de Curitiba, litoral do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Algumas pessoas que fazem a *Viagem de Canoa* voltam diversas outras vezes para as *comunidades* em outras edições da Viagem e nos projetos citados, ou empreendendo seus próprios projetos, como é o caso dos estudantes que me guiaram até Barbados pela primeira vez.

Optei por destacar a inserção desses agentes externos, pois foi também como me inseri na região: fui guiada pelos alunos do curso de Turismo (da UFPR) e fiz a *Viagem de Canoa*. Desde minha primeira visita a Barbados como turista até minha participação na *Viagem de Canoa* em julho de 2013 estabeleci uma rede de relações com os moradores da *ilha*, com os agentes externos que o facilitaram, e com outras pessoas que conheci a partir deles. É parte do envolvimento nesta rede de relações mantermos contato mesmo quando estamos fora da região de Guaraqueçaba, noticiando uns aos

⁶⁷ Frase de um participante de alguma das edições da Viagem em um fórum sobre a viagem na rede social Facebook.

outros como estão os moradores. É a partir dessa rede que conecta moradores e agentes externos – ainda superficialmente descrita – que formulo a questão central deste capítulo, a saber: descrever as relações entre moradores das *ilhas* e agentes externos e o que é mobilizado através dessa rede de relações a partir do contexto político atual, em que está sendo elaborado o Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui.

No mês de setembro de 2013 o ICMBio entregou a todas as *comunidades* do Parque Nacional do Superagui o ofício nº 050/2013 – PARNA Superagui/DIREP/ICMBio, direcionada “aos comunitários do entorno e de dentro”. Juntamente com o ofício foram entregues dois produtos⁶⁸ do Diagnóstico do Plano de Manejo do PNS: o “Relatório Técnico Preliminar Socioeconômico e Histórico-Cultural do PNS” e o “Relatório Técnico contendo o diagnóstico da situação e proposições do Uso Público para o PNS”. No ofício o ICMBio afirma que “conforme o combinado em reuniões já realizadas nessa comunidade encaminhamos em anexo cópia” destes produtos, “para análise e consideração, no prazo máximo de 30 dias a partir do recebimento”. Informa também que os produtos são documentos preliminares que embasam o Plano de Manejo, mas que ainda não haviam sido submetidos à análise jurídica e técnica pelo ICMBio/Brasília.

Como o ofício estabelece, as *comunidades* teriam 30 dias para analisar e fazer considerações acerca dos estudos⁶⁹. A partir daí os pescadores mobilizados através do Movimento dos Pescadores Artesanais no Paraná (MOPEAR) e do Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil (MPP) procuraram pesquisadores com quem tinham contato para ajudá-los na leitura e análise dos produtos, pois os mesmos possuem um vocabulário técnico de difícil compreensão para quem não está familiarizado com

⁶⁸ Refiro-me ao sentido atribuído por Fernandes (2005) na reflexão sobre “produtos” e “processos” na elaboração de laudos para projetos de licenciamento ambiental. No texto “Produto e processo: Desafios para o Antropólogo na elaboração de laudos de impacto ambiental”, o autor afirma que empresas e órgãos licenciadores trabalham com a “lógica do produto”, não considerando o contexto de sua produção, o “processo” de conhecimento. Frente ao contexto dos estudos para a elaboração do plano de manejo, penso os “produtos” entregues as comunidades a partir dessa formulação. Pensados como “produtos” pela instituição e também pelos elaboradores dos mesmos, os estudos socioeconômicos e os estudos de uso público mereceriam – frente à complexidade do contexto regional – maior reflexão sobre o processo do conhecimento envolvido.

⁶⁹ O Relatório Técnico Preliminar Socioeconômico e Histórico Cultural do PNS traz um diagnóstico das comunidades situadas dentro e no entorno do Parque com o objetivo de revelar aspectos do histórico de ocupação, patrimônio cultural, aspectos demográficos e econômicos, infraestrutura, domicílios, organização social e especulação imobiliária – elaborado por uma engenheira agrônoma e um economista. E o Estudo para o Uso Público e Turismo no PNS traz um diagnóstico do uso público, das ofertas turísticas, das potencialidades de cada comunidade, informações sobre visitantes do Parque e da região e propostas de uso e turismo – elaborado por três turismólogos.

termos acadêmicos e jurídicos⁷⁰. Os representantes do MOPEAR solicitaram a estes pesquisadores um parecer técnico para entregar ao ICMBio, confiando nas considerações elaboradas pelos mesmos, uma vez que todos têm experiência de pesquisa de campo na região. É necessário dar ênfase à confiança que o Movimento deposita nesses pesquisadores, demonstrando a efetividade da rede de relações entre moradores das vilas da região e agentes externos.

No mês de outubro recebi uma cópia dos estudos preliminares através de Renato Caiçara, que se dispôs a passar pelas *comunidades* para conversar com os moradores e juntos pensarem em uma forma de ação frente ao ICMBio. Para isso pediu que eu também fizesse uma leitura desses estudos e desse minha opinião. Independente da iniciativa de Renato, o MOPEAR e o MPP convocaram uma audiência pública com o ICMBio para o mês de dezembro com o objetivo de apresentar sua “análise e consideração” aos gestores do PNS. Há, portanto, duas atuações distintas em relação aos “produtos” elaborados pelo ICMBio: a iniciativa de um articulador político e cultural local e a iniciativa do Movimento, formalizada através da organização de uma reunião com o ICMBio e da elaboração de um parecer técnico por pesquisadores de sua confiança. No entanto a proposta do articulador político e cultural não se concretizou pelo fato de o mesmo estar morando fora da região.

Logo após receber as cópias, também fui convidada pelos pesquisadores para ajudar na elaboração do Parecer. Portanto, fui convidada a me manifestar sobre os “produtos” duas vezes, na primeira por alguém das *ilhas* e na outra por agentes externos, que embora estivessem elaborando um parecer a pedidos de moradores da região, convidaram por sua conta outros pesquisadores nos quais confiavam – como se entre os pesquisadores também existisse uma relação de “camaradagem” (como descrito no capítulo anterior). Motivados por diferentes lideranças políticas da região (todas integrantes do MOPEAR), os pesquisadores entraram em contato uns com os outros para elaborar um documento técnico que auxiliasse a luta política dos pescadores. Assinaram o parecer técnico 19 pesquisadores com formação em várias áreas do conhecimento: Geografia, Direito, Engenharia Ambiental, Biologia, Antropologia, Turismo, Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, História,

⁷⁰ Pude perceber durante a reunião que os representantes de ambos os movimentos não tem apenas compreensão do vocabulário jurídico, mas total domínio das leis e decretos que dizem respeito a sua pauta política. Nesse sentido cabe pensar que o Movimento apesar de possuir um domínio das leis nas suas falas, não o possuem no âmbito textual.

Sociologia, Extensão Rural e Gestão Ambiental. Combinamos que cada pesquisador iria ler por conta própria e escrever sua opinião acerca dos problemas dos “produtos” e propor tópicos a serem desenvolvidos coletivamente.

O MOPEAR e o MPP convocaram a audiência pública para o dia seis de dezembro de 2013 na Barra do Superagui (comunidade em que fica a sede do ICMBio na região do Parque) com o título “Encontro sobre a violação de direitos humanos provocados pelos Parques Nacionais em territórios de comunidades caiçaras e pescadores e pescadoras artesanais no Paraná”. Foram convidados os gestores do PNS, o Coordenador da regional Sul do ICMBio, autoridades públicas, movimentos sociais e comunidades atingidas pelo PNS, dentre eles: Comunidades Faxinalenses, Benzedeiras, Ilhéus do Rio Paraná, Caiçaras, grupos de fandango, além de representantes da Universidades e do Instituto Federal do Paraná, Conselho Estadual de Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Paraná, Ministério Público Estadual – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Humanos (CAOPDH), Secretaria da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais e movimentos sociais do Paraná.

A programação proposta pelo MOPEAR e MPP foi dividida em dois turnos. No período da manhã com a mesa “Conflitos Territoriais e Direitos Étnicos: Olhar das comunidades tradicionais pesqueiras atingidas pelo Parque Nacional de Superagui e Parque da Ilha dos Currais”, foram discutidas questões relacionadas às violações de direitos relacionadas à presença das Unidades de Conservação nos territórios dos pescadores artesanais do litoral paranaense. Portanto, além de discutir a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui, o MOPEAR colocou em pauta a recente criação do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, sancionado pela presidente Dilma Rousseff através da lei nº 12.828 em 20 de junho de 2013. É importante ressaltar que o MOPEAR tem discutido e proposto reuniões públicas com o objetivo de dialogar com o ICMBio e pesquisadores desde setembro de 2013. Em 19 de setembro de 2013 aconteceu uma reunião pública com o ICMBio, pesquisadores e estudantes durante o “I Encontro Internacional sobre Etnicidade e Populações Autóctones – Rede Cepial” sediado pelo Instituto Federal do Paraná. Nesta reunião esteve presente o coordenador da regional Sul do ICMBio, que também participou da

audiência em Superagui (em dezembro de 2013), e os pescadores colocaram em questão quais os objetivos para a criação deste parque no território pesqueiro de muitos pescadores de Pontal do Paraná, e também questionaram a ausência de consulta prévia à população, como prevê o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O Movimento reivindica uma revisão da categoria de Unidade de Conservação para as Ilhas dos Currais, em favor da categoria de Reserva Extrativista (ReSex).

A abertura da audiência em Superagui ficou a cargo de algumas lideranças do MOPEAR, que organizaram uma *mística* abordando o cotidiano da população local antes e depois da chegada do Parque e dando destaque às práticas que foram proibidas depois de sua criação. A mesa seguinte foi organizada com os relatos de algumas lideranças representando as Associações de moradores locais e do MOPEAR. Ainda na parte da manhã, dois agentes externos participariam da mesa, um assessor jurídico da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais e também do MOPEAR e um dos pesquisadores responsáveis pela elaboração do parecer técnico em resposta aos estudos preliminares do Plano de Manejo. A parte da tarde seria destinada ao debate entre MOPEAR e MPP com o ICMBio, na mesa “A posição do ICMBio face os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais no PNS”.

O objetivo da audiência foi fazer com que o ICMBio ouvisse as reivindicações dos pescadores por um plano de manejo efetivamente participativo, com respaldo em seus saberes tradicionais, na bibliografia sobre a região e conhecimento acerca das leis ambientais mas, principalmente, das leis que reconhecem os direitos dos moradores enquanto população tradicional. A fim de descrever a reunião evidenciando as relações entre os moradores com agentes externos, faço uma apresentação dos instrumentos jurídicos que serviram de base à discussão e que estão presentes no discurso do MOPEAR e MPP, para posteriormente desenvolver as questões subsequentes deste capítulo: como se dá a articulação dos pescadores dentro do MOPEAR e MPP, e em que medida essa articulação está relacionada à atuação dos pesquisadores, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais. Portanto, tenho como objetivo propor uma análise acerca da articulação entre a população local, enquanto população tradicional e esses agentes externos nos processos de reivindicação de seus direitos, percebendo e problematizando a constituição e legitimação das diferenças (WADE, 2010).

Instrumentos jurídicos e a constituição de novos sujeitos de direito

Para compreender as demandas dos moradores da Ilha do Superagui, mas principalmente para compreender suas falas durante o encontro do MOPEAR é importante analisar, lado a lado, as leis brasileiras que protegem o meio ambiente e as leis brasileiras que protegem as populações tradicionais.

A preocupação com a preservação do meio ambiente é assunto no Brasil desde o início do século XX. Em 1921 foi criado o Serviço Florestal do Brasil, a primeira instituição federal responsável pela administração florestal no país. Em 1934, ano da 1ª Conferência para a proteção da natureza, promovida pela “Sociedade dos amigos das árvores”, é também o ano em que é criado o Código Florestal, que em seu artigo 9º define pela primeira vez a categoria Parque Nacional, como “monumentos públicos naturais que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o mereçam” (Quintão *apud* Diegues, 2001:114). As primeiras referências sobre áreas naturais protegidas apresentam definições ainda ambíguas no que diz respeito ao desmatamento, atuando principalmente contra a privatização excessiva do uso da terra (DUARTE, 2012).

Em 1937 é criado o primeiro Parque Nacional brasileiro em Itatiaia – RJ, cuja negociação em torno de sua criação iniciou em 1913 (Diegues, 2001). O decreto nº 16.677 que aprova o regimento do Serviço Florestal, ligado ao Ministério da Agricultura, define a Seção de Parques Nacionais, ficando a cargo do Serviço Florestal “orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os Parques Nacionais” (*op cit*: 114) estabelecendo também os objetivos destas áreas protegidas: “conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob sua jurisdição, promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões; organizar museus e herbários regionais” (*idem*).

No novo Código Florestal, de 1965, há uma nova definição para Parques Nacionais: “áreas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas cênicas com utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos”. Dois anos mais tarde é criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) responsável pela

administração das áreas protegidas, na época Parques Nacionais e Reservas Biológicas. Em 1973 é criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente⁷¹ (SEMA) que junto ao IBDF era responsável pela implantação e administração dessas áreas. Em 1979 o IBDF lança o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, embrião do atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) publicado em forma de lei mais de vinte anos depois (em 2000).

É também de 1979 o primeiro regulamento oficial sobre Parques Nacionais, a partir do decreto nº 84.017. Assim como nas primeiras definições, neste decreto não há qualquer menção a populações humanas residentes nestas áreas protegidas. No entanto, o artigo 42º traz uma inovação ao afirmar que qualquer proposta de criação de uma Unidade de Conservação deste porte deve ser precedida de estudos técnicos científicos e socioeconômicos que justifiquem sua implantação. O artigo 1º §2 afirma que os Parques Nacionais brasileiros são destinados a fins científicos, culturais, educativos e recreativos, constituindo bens da União de uso comum do povo, cabendo às autoridades competentes, no caso o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) sua gestão e preservação, mantendo-os “intocáveis”.

Portanto, até o fim da década de 1980, as questões ambientais estavam a cargo de diferentes instituições: o IBDF, a Superintendência da Pesca (SUDEPE) – ambos vinculados ao Ministério da Agricultura; a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) – vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio; e a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior.

Somente em 1989 quando foram promulgadas as leis nº 7.732 extinguindo a SUDHEVEA e o IBDF, e a lei nº 7.735 extinguindo a SEMA e a SUDEPE é que foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), entidade autárquica de regime especial vinculada ao Ministério do Interior até o ano de 2001, quando passa a ser vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. O IBAMA era o órgão responsável pela gestão das Unidades de Conservação no Brasil até o ano de 2007, quando por uma reestruturação interna foi criado o Instituto Chico

⁷¹ A Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) foi criada em 1973 a partir da pressão exercida internacionalmente sobre o Brasil durante a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, em 1972 em Estocolmo. A pressão exercida foi fruto da exigência de que o país trabalhasse a questão ambiental de forma integrada. Informação retirada do *site* do IBAMA, disponível em: <http://www.ibama.gov.br/acesso-a-informacao/historico>.

Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). É apenas no texto referente à criação do ICMBio (lei nº 11.516/2007) que o termo populações tradicionais é empregado, no artigo 1º inciso II ao dispor sobre as finalidades da criação do ICMBio: “executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas Unidades de Conservação de uso sustentável instituídas pela União”. Atualmente, o ICMBio é responsável pela gestão de 310 Unidades de Conservação (nível federal) em todos os biomas brasileiros, das quais 137 são Unidades de Conservação de Proteção Integral e 173 são Unidades de Conservação de Uso Sustentável⁷².

Portanto, quando foi criado o Parque Nacional do Superagui em 1989, através do Decreto nº 97.688, o órgão responsável por sua gestão sequer tinha como finalidade atuar em relação às populações tradicionais. No decreto do PNS não há qualquer referência às populações residentes na área, o que, de início, informa sobre a falta de estudos preliminares necessários à constituição desta categoria de Unidade de Conservação, como vimos no artigo nº 42 do decreto nº 84.017/1979 que regula a criação de Parques Nacionais. No artigo 4º do decreto de criação do PNS fica declarado que “as terras e benfeitorias localizadas dentro dos limites descritos no art. 2º deste decreto ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação”, no entanto, não há referência a quem pertencem essas terras. Em 1997 o PNS foi ampliado a partir de lei federal nº 9.513, e cinco localidades da Ilha do Superagui passaram a fazer parte dos limites (Barra do Ararapira, Vila Fátima, Canudal, Barbados e Saco do Morro). Apesar de em todas elas existirem moradores não há referência no texto oficial. Fica claro que em oito anos de existência do PNS não houve qualquer esforço em considerar a existência de moradores no entorno e principalmente nas áreas demarcadas da Unidade de Conservação. Tampouco houve qualquer forma de consulta a essas populações. Foi, portanto, um processo imposto aos moradores com o único objetivo de proteger e preservar os recursos naturais ali presentes para fins de pesquisa científica, educação e “uso público”.

Em 2000 foi sancionada a lei nº 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) com normas e critérios para a “criação, implantação

⁷² Informações retiradas do *site* oficial do ICMBio (www.icmbio.gov.br). Apesar de constar a informação detalhada de 137 UC de proteção integral e 173 UC de uso sustentável o que dá a soma de 310 Unidades de Conservação, há no site a referência de que atualmente são 313 unidades. Visualizado em 25/07/2014.

e gestão das Unidades de Conservação”. O SNUC é constituído por todas as Unidades de Conservação brasileiras a nível federal, estadual e municipal. A lei define objetivos propriamente ambientais como a preservação e conservação do meio ambiente, e objetivos sociais, como a promoção da educação, da recreação e do turismo ecológico. De fato, este é um dos primeiros passos em direção ao reconhecimento de populações tradicionais dentro da legislação ambiental⁷³. No inciso XIII do art. 4º se fala no objetivo de “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”.

A lei do SNUC é composta por 60 artigos, dos quais oito falam sobre populações tradicionais (artigo 2º inciso 15, artigo 4º inciso 13, artigo 5º inciso 10, artigo 17 § 2º, artigo 20º, artigo 29, artigo 32, artigo 42). Em 2002 é lançado o decreto nº 4.340 que regulamenta os artigos da lei de 2000 e define mais 48 artigos, dos quais três fazem referência às populações tradicionais (artigo 35, artigo 36, artigo 39).

No artigo 2º da Lei do SNUC estão definidos alguns conceitos essenciais para a criação e gestão das UCs: unidade de conservação (inciso I), conservação da natureza (inciso II), diversidade biológica (inciso III), recurso ambiental (inciso IV), preservação (inciso V), proteção integral (inciso VI), conservação *in situ* (inciso VII), manejo (inciso VIII), uso indireto (inciso IX), uso direto (X), uso sustentável (XI), extrativismo (XII), recuperação (XIII), restauração (XIV), zoneamento (inciso XV), plano de manejo (inciso XVII), zona de amortecimento (inciso XVIII) e corredores ecológicos (inciso XIX). O inciso XVI foi vetado do documento final. Nele estava a definição de populações tradicionais como “grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável”. O motivo do veto foi a abrangência do conceito, que “com pouco esforço de imaginação, caberia toda a população do Brasil”, sendo, nesse sentido, contrário aos interesses públicos uma vez que “o conceito de população tradicional se ampliaria de tal forma que alcançaria, praticamente, toda a população rural de baixa renda, impossibilitando a proteção

⁷³ É importante destacar a portaria 22 do IBAMA, de 10/02/92, que cria o Centro Nacional de Desenvolvimento sustentado das Populações tradicionais (CNPT). A portaria será abordada ao longo do capítulo.

especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais”. Com o veto o conceito fica sem definição apesar de ser referenciado inúmeras vezes ao longo dos artigos que compõem a lei.

O artigo 7º da Lei do SNUC divide as Unidades de Conservação em duas categorias, as Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Nos artigos que especificam as UCs de Proteção Integral não há qualquer menção a populações tradicionais, uma vez que seu objetivo “é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”. Já as UCs de Uso Sustentável têm como principal objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”, motivo pelo qual nestas são admitidas a presença de populações tradicionais.

Como exemplo de Unidades de Conservação em que é admitida a presença humana, aponto os artigos que descrevem algumas UCs de Uso Sustentável. Nas Florestas Nacionais (art. 17) o §2º admite a permanência de populações tradicionais que já habitavam a área quando da criação da UC. E as categorias Reservas Extrativistas (RESEX) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável são áreas por excelência destinadas às populações tradicionais. A RESEX (art.18) é descrita como “uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”. E a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (art. 20) “é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”.

O Parque Nacional do Superagui é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e, portanto, não admite a presença de populações humanas. A partir do momento em que se cria uma Unidade de Conservação incompatível com a presença humana numa área em que moram muitas famílias, criam-se problemas. Nesses casos, a lei do SNUC define o artigo 42, que fala sobre políticas de compensação para populações residentes em UCs de Proteção Integral: “as populações tradicionais

residentes em Unidades de Conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes”. O § 2º dispõe que até que tais populações sejam reassentadas, normas e ações específicas seriam estabelecidas de maneira a “compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações”.

Além do inciso XVI do artigo 2º, o artigo 56 também foi vetado da lei do SNUC. Neste artigo estava a resolução para casos de Unidades de Conservação de Proteção Integral criadas antes da lei do SNUC nas quais houvesse presença de populações tradicionais. O Poder Público teria um prazo de cinco anos para reassentar a população tradicional (inciso I) ou “reclassificar a área ocupada pela população tradicional em Reserva Extrativista ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável” (inciso II). O primeiro inciso foi vetado porque o reassentamento de populações é “matéria relativa à política fundiária do Governo Federal” o que acabaria contrariando o interesse público; o veto do segundo inciso se deu porque autorizava o Poder executivo a “tornar menos restritiva a proteção dispensada à área” e também por contrariar o artigo 225, §1º, inciso III da Constituição Federal. Segundo Eliana Creado, ambos os vetos foram tentativas de “solucionar os conflitos evitando o pensamento de que o SNUC objetivava fazer reforma agrária ao invés de proteger integralmente o patrimônio nacional” (Creado *apud* Duarte 2012:60).

No decreto nº 4.340, de 2002, que regulamenta a lei do SNUC, há um capítulo que trata do reassentamento das populações tradicionais. No artigo 39 é dito que “enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção integral serão reguladas por termo de compromisso negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da Unidade de Conservação”. E este termo, segundo o §1º do artigo prevê que “o termo de compromisso deve indicar as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida”.

Portanto, apesar de ser considerada um avanço no que diz respeito aos direitos das populações tradicionais, a lei do SNUC também apresenta muitos problemas⁷⁴. Segundo Clayton Ferreira Lino (2004), ainda que o Decreto de 2002 exija a consulta pública antes da criação de qualquer UC, há “falta de clareza no tratamento de questões centrais de uma forma mais operativa, especialmente no que envolve as questões fundiárias e sociais (em particular no que toca as populações tradicionais e indígenas)” (*op cit*: 10).

A partir dessas considerações sobre a legislação ambiental brasileira fica claro que o projeto de conservação do meio ambiente foi por muito tempo operado sem levar em consideração as populações tradicionais residentes nesses locais. Apesar da lei do SNUC fazer um uso indefinido do conceito de população tradicional, vale ressaltar que a legislação brasileira demorou a tratar do assunto. Por maior que tenha sido o avanço na Constituição de 1988 no que diz respeito ao reconhecimento do pluralismo cultural e da diversidade étnica para o patrimônio cultural do país, a primeira definição legal referente a povos e comunidades tradicionais é do ano de 2007 com o decreto nº 6.040. Esta definição é fruto do Decreto de 27 de dezembro de 2004 que cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. Sobre este assunto vale ressaltar a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) criado pela Portaria IBAMA 22 de 10 de fevereiro de 1992. Esta portaria está relacionada ao reconhecimento, por parte deste órgão, “de que a maior agressão ao meio ambiente é a miséria”⁷⁵. Nesse sentido o IBAMA criou o CNPT com o objetivo de propor ações para as “camadas sociais que têm maior dependência dos recursos naturais”⁷⁶. Segundo o IBAMA, a criação e o trabalho do CNPT estão fundamentados no artigo 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988, no qual “é assegurado a todas as pessoas o Direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. A estrutura do CNPT funcionava através da cogestão entre representantes das populações tradicionais (na época o Conselho Nacional dos

⁷⁴ Inclusive destacados por Clayton Ferreira Lino, na época presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e coordenador da rede Brasileira de Reservas da Biosfera, no Caderno nº 18 da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

⁷⁵ Texto do IBAMA disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/cnpt.htm#1>, visualizado em 25/07/2014.

⁷⁶ *Idem*.

Seringueiros – CNS; Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE; Grupo de Trabalho Amazônico – GTA; Centro de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – CAPOIB); representantes de organizações não governamentais e órgãos do governo federal e estadual. É neste contexto que o IBAMA impulsionou a criação das Reservas Extrativistas e de Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Na legislação internacional o tema vem sendo debatido desde a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1977, mas apenas se intensificou com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em Genebra no ano de 1989, e a nível internacional em 1991. No Brasil a Convenção 169 foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2002, e promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 2004. A Convenção 169 se aplica aos povos tribais ou culturalmente tradicionais, o que significa dizer povos “cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros segmentos da comunidade nacional e cuja situação seja regida, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação ou regulação especiais”. O instrumento normativo privilegia a auto identificação como critério de definição destes grupos. Além disso, a Convenção define que cabe aos povos interessados o direito de estabelecer suas prioridades em qualquer processo que “afete sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins, e de controlar, na maior medida possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural”, e que suas atividades tradicionais e de subsistência sejam reconhecidas como importantes meios de manter sua cultura, sua autossuficiência e desenvolvimento econômico. Trata-se, portanto, de um importante passo em direção à garantia dos direitos das populações tradicionais.

Dentro da legislação brasileira, o decreto que criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais foi revogado por novo decreto em 13 de julho de 2006 que alterou sua denominação, composição e competência, passando a ser chamada de Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), um dos resultados do I Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizado em 2005. Ao órgão compete coordenar, elaborar e acompanhar a implementação da Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) propondo meios para garantir a articulação, execução e consolidação de políticas relevantes.

Por ter como compromisso coordenar e criar grupos de trabalho para a discussão de princípios e diretrizes da PNPCT, a Comissão é composta por 15 representantes de órgãos e entidades de administração pública e federal⁷⁷, e mais quinze representantes de organizações não governamentais, todos com direito a voz e voto⁷⁸.

A CNPCT é responsável por coordenar a PNPCT instituída pelo Decreto nº 6.040 de 2007. Essa Política surge para indicar a relevância dos territórios tradicionais como espaços essenciais à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, tendo como principal objetivo o desenvolvimento sustentável desses povos, assegurando o respeito e valorização à sua identidade, formas de organização e suas instituições. Nesse sentido, essa Política opera através de três conceitos: “povos e comunidades tradicionais”, o qual tem por base o autorreconhecimento dos próprios grupos, como prevê a Convenção 169 da OIT; o conceito de “territórios tradicionais” abarcando também o que dispõe o artigo 231 da Constituição Federal; e o conceito de “desenvolvimento sustentável” que se refere ao uso equilibrado dos recursos naturais garantindo melhoras na qualidade de vida da atual e das futuras gerações.

O artigo 1º da Política estabelece 14 princípios que devem ser respeitados em todas as ações e atividades voltadas a cumprir os objetivos da PNPCT, dentre os quais destaco seis: reconhecimento, valorização e respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais; pluralidade socioambiental, cultural e

⁷⁷ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente; IBAMA; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Cultura; Ministério da Educação; Ministério do Trabalho; Ministério da Ciência e Tecnologia; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República; Fundação Cultural Palmares; Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Instituto Nacional de colonização e reforma agrária (INCRA).

⁷⁸ Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas; Conselho Nacional de Seringueiros; Coordenação Estadual de Fundo de Pasto; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; Grupo de Trabalho Amazônico; Rede Faxinais; Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE); Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu e Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo direito à alimentação Rede Kodya; Associação de Preservação da Cultura Cigana e Centro de estudos e discussão Romani; Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas e Associação Cultural Alemã do Espírito Santo; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e Organização dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FORMAD) e Colônia de Pescadores Z-5; Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu e Associação em Áreas de Assentamento no Maranhão; Rede Caiçara de Cultura e Associação de Moradores da Juréia; Rede Serrado e Articulação Pacari.

econômica; descentralização e transversalidade das ações; reconhecimento e consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais; promover meios que garantam a efetiva participação dos povos e comunidades tradicionais nos processos decisórios relativos aos seus direitos; sensibilização por parte dos órgãos públicos no que diz respeito a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais para a garantia dos direitos.

E também estabelece 17 objetivos específicos (no artigo 3º), dentre os quais destaco o inciso II, que afirma que é objetivo da PNPCT “solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável”. E o inciso XIV que afirma ser necessário “assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo das situações de conflito ou ameaça à sua integridade”. Todos os objetivos privilegiam os direitos e o reconhecimento de grupos culturalmente diferenciados como sujeitos de direito.

Portanto, é a partir da Convenção 169 (2004), da criação da CNPCT (2006) e do decreto nº 6.040 (2007) que a legislação brasileira efetivamente passa a considerar as populações tradicionais como sujeitos de direito, num esforço de minimizar e até mesmo “reparar” os efeitos de uma legislação ambiental excessivamente preservacionista. Segundo Rosane Manhães Prado (2012) há uma “polêmica conceitual” envolvendo o conceito de população tradicional no Brasil, relacionada à criação e manutenção de Unidades de Conservação:

É a partir dessa problemática, mais precisamente a partir dos impasses quanto à existência de populações humanas nas UCs, interdita por lei na maior parte delas, que a noção de população tradicional se constitui no Brasil, com sentidos específicos: no campo político das disputas na vida social; no campo jurídico que regula todo esse universo e que gradualmente vai incorporando a categoria de “população tradicional”; e no campo acadêmico, que tenta dar conta de tudo isso (PRADO, 2012:175).

A partir da criação dessas políticas de reconhecimento dos povos e populações tradicionais surgem iniciativas como o projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (PNCS) e o Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH); ambos possibilitando projetos para a promoção e defesa dos direitos humanos.

O FBDH, por exemplo, auxiliou e deu fundos via edital para a construção da Cartilha do MOPEAR no ano de 2012; e o PNCS produziu em conjunto com o MOPEAR o 16º fascículo do projeto, intitulado “Pescadores Artesanais da Vila de Superagui, município de Guaraqueçaba, Paraná” em 2010.

Com o objetivo de “dar voz às comunidades tradicionais”, o projeto Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil é pensado por seus idealizadores e pesquisadores/colaboradores como uma “ferramenta” para que novos movimentos sociais lutem pela manutenção de seus territórios através de um processo de “articulação” e “resgate” de suas identidades coletivas⁷⁹. O projeto teve como objetivo principal dar condições à autcartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia, valorizando os movimentos sociais voltados aos processos de ocupação da região criando condições para um processo de “territorialização diferenciada”⁸⁰. Nesse sentido, o projeto de produção das publicações tem início quando algum movimento social busca o PNCS para fazer a cartografia. A partir do daí, a construção da cartografia se dá em diferentes momentos: no primeiro, os pesquisadores membros do projeto realizam oficinas com os agentes sociais, ensinando-os algumas técnicas relacionadas à cartografia, como técnicas de GPS e mapeamento; no segundo, os agentes sociais ficam responsáveis por marcar os pontos referentes ao seu território, produzindo croquis a partir dessas marcações e de desenhos. Com base neste processo, os pesquisadores membros do projeto montam uma primeira versão da publicação, incorporando aos croquis os depoimentos dos agentes envolvidos e demais pessoas da *comunidade*, e o apresentam para que possíveis correções sejam feitas. É apenas depois do aval do grupo que as cartografias são publicadas⁸¹, restando a maior parte das cópias para o movimento social que buscou o projeto, podendo utilizá-lo da forma que quiser; e uma pequena parcela fica em domínio do projeto, que os distribui entre universidades, núcleos de pesquisa, pesquisadores e com o Ministério Público.

A equipe de colaboradores do PNCS é composta por doutores nas áreas de Antropologia, Direito, Geografia, Biologia, Sociologia e História; além de doutorandos,

⁷⁹ Essa idéia é baseada na fala de pesquisadores colaboradores do projeto Nova Cartografia Social realizado no Estado do Paraná, através de conversas informais que tive com esses pesquisadores durante uma reunião de um grupo de pesquisa do programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR.

⁸⁰ Essas informações estão disponibilizadas no site da Nova Cartografia Social da Amazônia, em: http://www.novacartografiasocial.com/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=27, visualizado em 25/07/2014.

⁸¹ Segundo o site da NCS, o projeto disponibiliza mil cópias de cada fascículo.

mestres, mestrandos, especialistas, bacharéis e bacharelados nestas áreas. Este ponto é importante na medida em que esses colaboradores fazem incursões às comunidades para a realização de oficinas, que embora envolvam aspectos mais técnicos referentes à cartografia, mobilizam o diálogo em torno das situações de conflito em que os grupos estão envolvidos. O diálogo se dá, de um lado, entre pessoas envolvidas com discussões acadêmicas e políticas referentes à afirmação de direitos e, de outro, membros de movimentos sociais ou mesmo *comunidades* que não necessariamente tem um conhecimento técnico sobre essas questões. Segundo reportagem do Instituto Geodireito,

O mapeamento social geralmente envolve populações tradicionais extrativistas, ribeirinhos, agricultores familiares e indígenas, e é um instrumento utilizado para fazer valer os direitos desses grupos frente a grandes empreendimentos econômicos – como construção de usinas hidrelétricas e implantação de projetos de mineração –; problemas relacionados à grilagem de terras, ao não cumprimento de normatizações referentes às delimitações de terras indígenas e a áreas de preservação/proteção ambiental.⁸²

A criação de instrumentos como o FBDH e o PNCS possibilitam a articulação entre políticas de autoafirmação e reconhecimento dos povos e populações tradicionais, como a Convenção 169 da OIT e o decreto nº 6.040 e medidas práticas para mobilizar a identidade de pescador artesanal, no contexto aqui apresentado. O objetivo desta exposição foi demonstrar como se deu a constituição de novos sujeitos políticos no âmbito do direito, em função da criação de novas figuras legais, que segundo Arruti (1997) são também criações sociais, instituídas por um conjunto de imaginação sociológica, criações jurídicas, vontades políticas e desejos. Isto posto, apresento as principais questões que permearam a audiência pública proposta pelo MOPEAR em dezembro de 2013.

“Na terra e no mar, nós vamos lutar!”

Chegamos em Barra do Superagui para o encontro do MOPEAR em um barco disponibilizado pelo Centro de Estudos do Mar (CEM) da UFPR, no qual estavam

⁸² Disponível em: <http://www.geodireito.com/noticia/a-cartografia-social-se-consolida-como-instrumento-de-defesa-de-direitos>, acesso em 18/08/2014.

colegas do programa de pós-graduação em Antropologia e alunos do curso de Oceanografia de Pontal do Paraná, de onde saímos. Os alunos do CEM foram conosco até Barra do Superagui, como uma “saída de campo” da disciplina de Antropologia e Meio Ambiente. Com a confirmação pelo MOPEAR, pensamos que este seria o local ideal para que os alunos da disciplina pudessem pensar a relação homem/meio ambiente em um contexto bastante atual: uma audiência pública⁸³ organizada pelo Movimento dos pescadores para falar sobre a violação de direitos humanos, provocada pela criação de Unidades de Conservação, e para tratar com o ICMBio sobre a elaboração do Plano de Manejo. Um Plano de Manejo representa um compêndio das leis internas de cada UC. De acordo com o artigo 2º, inciso XVII da Lei do SNUC, o Plano de Manejo é um documento técnico fundado nos objetivos gerais da Unidade de Conservação no qual é estabelecido o zoneamento (“definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da UC possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”) e as normas que definem o uso da área, além do manejo dos recursos naturais.

Ainda antes de atracar no trapiche da vila, avistamos umas 30 pessoas andando pela praia em direção ao local da reunião falando os dizeres: “*Na terra e no mar nós vamos lutar!*”. Eram moradores da comunidade de Tibicanga/Ilha das Peças carregando apetrechos de pesca, faixas e vários cartazes coloridos. As faixas e cartazes faziam referência às restrições impostas pela Unidade de Conservação e à maneira como o Plano de Manejo vem sendo elaborado, como podemos ver em alguns dizeres: “Comunidade tradicional de Tibicanga. Como vamos pescar no asfalto? Precisamos de Terra... Precisamos de Mar... O Plano de Manejo tem que mudar!”; “Chega de repressão. Só queremos JUSTIÇA! Por uma verdadeira participação dos pescadores(as) artesanais no plano de manejo de Superagui”; “Opressão: até quando?”; “Fora plano de manejo. Queremos o nosso, queremos participar!”; “Mais uma cultura que tiraram de nós (roça)”.

⁸³ O MOPEAR divulgou um vídeo com os principais trechos da audiência pública, que está disponível para visualização, em: <https://www.youtube.com/watch?v=XHHN0e6SHCI&index=2&list=LLjX2sQvSJ691PVmvFFm4NTA>.



Figura 11: Cartazes do MOPEAR. À esquerda vemos os moradores das ilhas e seus cartazes na manifestação que antecedeu a audiência pública. À direita detalhe para um dos cartazes. Fonte: Carlos Eduardo Silveira, 2013.

As frases escritas nos cartazes indicam o clima em que aconteceu a reunião: ânimos exaltados, comoção e vontade de mudar a elaboração do Plano de Manejo. Ao fim da passeata dos moradores de Tibicanga, todos se reuniram no Bar do Magal, local escolhido para realizar o encontro. Entre as instituições presentes estavam MOPEAR, MPP, associações de moradores das comunidades de Tibicanga, Barra do Superagui, Barbados, Bertioga, Barra do Ararapira e Barrancos (balneário de Pontal do Paraná), as Colônias de pescadores de Matinhos e Guaraqueçaba, Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, MOIRPA (Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná), Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP), Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEDH), CAOPDH do Ministério Público, Gabinetes dos deputados estaduais Péricles de Mello e Tadeu Veneri, Gabinete da vereadora Cleonice Santos de Pontal do Paraná, Frente Parlamentar dos Povos e Comunidades Tradicionais, Defensoria Pública do estado do Paraná, Defensoria Publica da União, Secretaria de estado da Justiça e Cidadania (SEJU), Coordenação Regional 9 do ICMBio⁸⁴, representantes do ICMBio do Parque Nacional do Superagui, Instituto Federal do Paraná, UFPR (Litoral e CEM), Projeto Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais do Sul do Brasil, Projeto Nova Cartografia Social e prefeitura municipal de Guaraqueçaba.

⁸⁴ O ICMBio tem 11 coordenações regionais (CR): CR 1 Porto Velho/RO; CR 2 Manaus/AM; CR 3 Santarém/PA; CR 4 Belém/PA; CR 5 Parnaíba/PI, CR 6 Cabedelo/PB; CR 7 Porto Seguro/BA; CR 8 Rio de Janeiro/RJ, CR 9 Florianópolis/SC, CR 10 Chapada dos Guimarães/MT e CR 11 Lagoa Santa/MG.

A audiência pública⁸⁵ foi mediada e conduzida por Cleonice Santos, vereadora pelo Partido dos Trabalhadores no município de Pontal do Paraná e coordenadora do MOPEAR. Apesar do apoio da população residente na região, o público da audiência tinha quase o mesmo número de moradores e agentes externos – segundo o Movimento dos pescadores isso se deu pelas dificuldades e gastos com o deslocamento dos moradores de outras vilas até a Barra do Superagui. O início da reunião foi marcado por uma “mística” – inspirada no MST - também organizada pelos moradores da comunidade de Tibicanga, na qual foi encenada a vida dos pescadores antes e depois da criação do PNS. Um morador da região, falando sobre a encenação, afirmou,

A mística será sobre como era e como está hoje depois da implementação do PNS, pois depois da criação os pescadores perderam muito de sua cultura e muito de sua identidade.

O objetivo foi principalmente mostrar práticas atualmente proibidas, como o uso do cerco na pesca e o trabalho nas roças através do mutirão, para a plantação e colheita dos alimentos. A encenação deixou claro o ponto de vista dos moradores de que a criação do Parque foi totalmente imposta e sem consulta prévia: certo dia os moradores saíram para realizar um mutirão e quando chegaram ao local das roças viram homens armados – na encenação os moradores usavam uniformes parecidos com os da Polícia Ambiental Força Verde - que impediram sua entrada e a realização de atividades que faziam parte de seu cotidiano e da “*construção cultural*” de seu grupo. A retirada dos utensílios de roça e pesca das mãos dos moradores pela polícia, durante a encenação, demonstrou que essas restrições ambientais não apenas dificultaram, como impossibilitaram a reprodução sociocultural do grupo enquanto pescadores artesanais/caiçaras.

Toda a encenação foi acompanhada de explicações sobre as práticas que consideram tradicionais, como a diferença entre trabalhar a terra e realizar o plantio, e o ato da colheita (localmente conhecidos como *mutirão* e *sapo*), e como funcionava e era montado o cerco. A questão central era a forma violenta e sem qualquer explicação, de como o PNS foi criado. Quando encenaram a primeira vez em que os moradores se depararam com os órgãos ambientais, os protagonistas disseram:

⁸⁵ O MOPEAR divulgou um vídeo com os principais trechos da Audiência Pública, que está disponível para visualização em: <https://www.youtube.com/watch?v=XHHN0e6SHCI>.

Mas nós sempre plantamos aqui, esse espaço a gente usa pra produzir alimentos pra sustentar a nossa família, como que vocês fazem isso? Minha mãe, minha vó, meus tios, meus primos sempre fizeram isso. Nós toda a vida trabalhamos aqui neste espaço, agora vocês chegam armados até os dentes, retirando nossos instrumentos de trabalho, nossa pá, nossa enxada. Agora vocês vêm com essa história de Parque, Parque, Parque. Antes tudo era nosso.

Essa fala foi interrompida por uma exaltação geral na plateia, que bateu palmas, se emocionou e seguiu dizendo frases de apoio. Durante o encontro foram vários os momentos em que os expositores precisaram parar suas falas até que a comoção da plateia cessasse. A mística seguiu mostrando as restrições mais impactantes a partir do ponto de vista dos moradores, destacando na violência das ações policiais o projeto de criação de uma Unidade de Conservação sem qualquer estudo, nem consulta e muito menos diálogo. A encenação também deu ênfase ao êxodo de muitos moradores para os centros urbanos (em sua maioria para a Ilha dos Valadares, bairro do município de Paranaguá), situação abordada de maneira negativa, uma vez que para eles, a vida da forma como “*sempre foi vivida*” não faz sentido distante do sítio. É no sítio e nas atividades realizadas na terra e no mar que reside sua identidade, inúmeras vezes destacada no grito coletivo “Na terra e no mar nós vamos lutar”, demonstrando assim o sentimento geral dos moradores em relação ao ICMBio: a revolta pela falta de diálogo e pela falta de participação no Plano de Manejo e também a estratégia de indagar os gestores do PNS que estavam na primeira fila da plateia – situação que ocorreu diversas vezes ao longo do encontro. A mística terminou assim:

*Agora eu pergunto: o que faz o pescador de mais, além de tirar seu próprio sustento?
O que é um cerco perto de um vazamento de petróleo⁸⁶? Quem mata mais peixe, um pescador ou um vazamento de petróleo?
As leis ambientais estão proibindo tudo o que pescador faz só que as grandes empresas eles não proibem. O pescador não pode pagar por uma coisa que ele não fez [os desastres ambientais].
O que é o plantio de uma roça perto dos desmatamentos?
Os senhores querem preservar essa área e tirar os pescadores daqui. Por quê? Se há 400 anos os pescadores estão nessa área e tudo está com sempre esteve.*

⁸⁶ Os moradores fazem referência aos desastres ambientais ocorridos na grande Baía de Paranaguá e que impactaram não apenas o meio ambiente, mas a vida das populações residentes na região, que dependem da terra e do mar para sua subsistência.

Agora se existisse aqui em Superagui uma fábrica madeireira há 400 anos, como vocês pensam que ia estar? Vocês querem deixar essa área pra quem? Afinal não foi o homem, que Deus fez à sua imagem e semelhança pra gente viver na terra? Pra que fazer isso com um irmão?

O pescador pode morar anos aqui e essa área vai continuar como sempre esteve. Por favor, não obriguem essas pessoas a ir pra cidade e sofrer o mesmo destino que seus antepassados sofreram.

A mística é um dos princípios básicos na organização do Movimento Sem Terra (MST). Ela representa sua organização coletiva, como a capacidade de enfrentar dificuldades e a “tenacidade em perseguir objetivos” para além de atributos pessoais (CHAVES, 2000). A mística não tem uma forma específica, podendo ser apresentada como música, teatro ou outras manifestações que tenham como objetivo representar um acontecimento importante dentro da história do grupo. Através da mística o MST constitui sua identidade coletiva, pois ela é o que une, é o que ativa o sonho, é o que motiva, condensando o sentido da luta e a vontade de lutar (*idem*). A escolha do MOPEAR por iniciar o encontro com uma mística tem justamente a ideia de um resgate da história de vida dos moradores, de modo a criar coletivamente um sentimento de luta, um recurso que visa dar um caráter mais emotivo à reunião.

A mística constitui, portanto, uma unidade construída por regras que criam uma uniformidade, através da cadência sincronizada de palavras e atos que, produzidos conjuntamente, modulam um só sentido. A mística está na bandeira e no hino – os símbolos; é discurso e poesia – palavra; também dramatização e marcha – ato. Ela é a própria efervescência que tudo isso ajuda a criar na reunião. Bandeira, hino, discurso, poesia, canto, encenação, caminhada que constituem a identidade de sem-terra sob a unidade moral do MST ao mesmo tempo em que constitui sua unidade de propósito (CHAVES, 2000:85).

Além da mística o movimento propôs outra atividade para interagir com a plateia, cantando uma música para chamar cada *comunidade* e instituição para se apresentar e “vir pra luta”. Cleonice cantava um verso chamando a *comunidade*: “Tibicanga vem cá, vem comigo depressa vem se apresentar”; e esta deveria responder com outro verso “Já vou, já vou, essa luta é minha, é sim senhor!”. O uso desses tipos de linguagem como estratégia desses encontros é algo que já presenciei em um fórum regional da CNPCT realizado em Curitiba no ano de 2012. Na época quem propôs as atividades nesse sentido foi a Rede Puxirão, importante articuladora política dos povos e comunidades tradicionais no Paraná. Com o apoio da Rede foi criado o MOPEAR, em

2008, assim como movimentos de outros segmentos de populações tradicionais no Paraná.

A Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais surgiu para promover a articulação destas populações no Paraná trazendo a união entre grupos que passam por conflitos semelhantes – territoriais, socioambientais e principalmente de privação de direitos. É a partir da Rede que os grupos se fortalecem, pois unidos têm mais força para cobrar políticas públicas do estado. Trata-se, portanto, de uma rede composta por diferentes segmentos de populações tradicionais que promovem fóruns, seminários e ajudam uns aos outros participando dos encontros de outros segmentos ou ajudando na formação política de novos movimentos. Embora o *site* da Rede indique um escritório no município de Guarapuava, não há uma sede com espaço físico, pois o mesmo pertence à Rede Puxirão dos Povos Faxinalenses, movimento a partir do qual surgiu a Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse sentido, a Rede se estabelece na medida em que os movimentos pensam e estabelecem estratégias de enfrentamento aos diversos conflitos, pois sozinhos os segmentos têm menos força. A Rede teve início com a articulação entre Faxinalenses, Ilhéus e Quilombolas dentro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e através do Centro Missionário de Apoio ao Campesinato Antonio Tavares Pereira, na região centro-oeste do Paraná (BUCO; ZADRA; VANDRESEN, 2013).

Foi a partir do I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais realizado na cidade de Guarapuava em maio de 2008 que surgiu a ideia de formar uma rede que agregasse e articulasse diferentes segmentos de populações tradicionais. Na ocasião oito grupos se reuniram: Xetás, Kaingangs, Guaranis, Faxinalenses, Quilombolas, Cipozeiros, Pescadores Artesanais e Ilhéus (*idem*). Atualmente a Rede se expandiu e é composta por segmentos já organizados em movimentos sociais: quilombolas através da Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná, faxinalenses na Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, ilhéus no Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná, indígenas na Articulação dos Povos Indígenas do Sul, povos de terreiro no Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana, cipozeiros no Movimento das Cipozeiras e Cipozeiros, pescadores artesanais no MOPEAR e detentores de ofícios tradicionais no Movimento Aprendizes da Sabedoria (*idem*).

A forma de articulação da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais é próxima da maneira como os movimentos sociais em luta pela terra se articulam. Talvez isto se dê em função do contexto em que a Rede foi criada, em meio às discussões da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Centro de Apoio ao Campesinato Antonio Tavares Pereira, o qual trabalha principalmente com o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Durante os eventos e reuniões em que a Rede Puxirão participou – e que pode estar presente – foram utilizados as mesmas linguagens que esses movimentos em suas reuniões, encontros e fóruns, o que nos informa sobre a escolha da música e das músicas ao longo do encontro em Superagui.

Destaco a Rede Puxirão pela sua forte articulação e importância na formação dos movimentos sociais acima elencados⁸⁷. Foi através da formação política e do apoio de outros segmentos mais politicamente consolidados – como os faxinalenses – que o MOPEAR deu início às suas atividades. Na cartilha do Movimento elaborada através do Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH), os representantes afirmam que as discussões que orientam suas lutas e o conhecimento acerca das leis que amparam seus direitos foram conhecidas através das oficinas de Operadores de Direito, propostas pela equipe deste projeto do FBDH. Na mesma cartilha o movimento informa sobre sua atuação em duas linhas principais:

A primeira é baseada na defesa dos direitos dos Pescadores Artesanais paranaenses – os quais se auto identificam como Povos Tradicionais – principalmente os que vivem em territórios transformados em Unidades de Conservação (o Parque Nacional do Superagui e a APA – Área de Preservação Ambiental de Guaraqueçaba), onde o Movimento nasceu e concentra suas ações até o momento. Temos uma ação reivindicatória junto aos órgãos públicos como Ministério Público Federal, Polícia Ambiental e Instituto Ambiental do Paraná, agindo contra o abuso de poder e desrespeito ao nosso modo tradicional de vida.

A segunda linha de atuação vai no sentido de fortalecer a mobilização das Comunidades na luta pela recuperação dos territórios tradicionalmente ocupados, hoje situados dentro do Parque, além do território pesqueiro invadido pela Pesca Industrial.

As atividades do MOPEAR se concentram na realização de oficinas voltadas aos direitos étnicos, coletivos e socioambientais, mobilizações na luta pelos nossos direitos, e para manter o modo de vida e reprodução social, econômica e cultural das Comunidades de Pescadores Artesanais (Cartilha do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná – MOPEAR, 2012).

⁸⁷ Na prática a Rede Puxirão funciona através do movimento dos líderes dos segmentos de povos e populações tradicionais do Paraná. Não há sede e nem um responsável por falar em nome de todos os segmentos. A maioria das informações está disponibilizada no *site*: www.redepuxirao.blogspot.com.br, e também em artigos disponibilizados por pesquisadores que já estagiaram junto à Rede.

Portanto, apesar de recente o MOPEAR está bastante articulado com vários órgãos públicos, ONGs, projetos acadêmicos e de cunho social, motivo pelo qual o encontro em Superagui contou com a participação de diversos órgãos e instituições. Após a mística e a apresentação das comunidades presentes, o encontro seguiu com a mesa “Conflitos Territoriais e Direitos Étnicos: Olhar das comunidades tradicionais pesqueiras atingidas pelo Parque Nacional de Superagui e Parque da Ilha dos Currais”, tendo como debatedores um representante faxinalense do município de Pinhão, importante articulador da Rede Puxirão; uma representante dos Ilhéus do Rio Paraná; um representante faxinalense da região metropolitana de Curitiba; um representante da região do Superagui, e seguiu com o testemunho de quatro pescadores locais. Os representantes faxinalenses e dos ilhéus falaram sobre as lutas de seus segmentos e exemplificaram diversas situações conflituosas pelas quais passaram, de maneira a demonstrar suas formas de atuação e servir como exemplo aos pescadores da região. A fala do representante faxinalense foi bastante representativa da proposta de articulação em rede (através da Rede Puxirão) quando ele afirmou que, *“quando é momento de luta eu não levo apenas a pauta do meu segmento, mas a pauta de todos os povos tradicionais!”*.

A segunda expositora trouxe o exemplo de luta dos ilhéus do Rio Paraná, impactados pelo alagamento de suas terras para a construção da barragem de Itaipu. Ela afirma que no caso deles também foram criadas várias Unidades de Conservação de Proteção Integral, e por isso acredita na Rede Puxirão e na Cartografia Social como possibilidades das populações tradicionais lutarem por seus direitos. Sua fala é carregada de amplo conhecimento acerca das leis ambientais e das leis que garantem seus direitos, como podemos ver no fim de sua exposição:

Aonde tá o direitos humanos, aonde tá o direito de comunidades tradicionais? Será que alguém competente tem conhecimento da OIT 169? Por favor, vocês autoridades competentes, eu acho que tá faltando conhecimento da OIT 169, porque nós já temos o conhecimento. E nós não vamos deixar em branco, então não se assustem se acontecer o que aconteceu em São Paulo, porque nós já estamos cansados. Eu vou deixar aqui um pedido como brasileira, como patriota que sou: direitos humanos, se é que existe, se manifestem a nosso favor, porque aqui a coisa tá abusiva e nós não queremos participar daquela selva de pedra que a gente vê em São Paulo. [...] nós não temos o costume de viver assim. Deixem-nos viver. Eu só peço os nossos direitos

como seres humanos. [...] hoje criam parques nacionais como se não existissem famílias lá dentro [...] Nós só queremos um pedaço de terra, com um pouco de água para nós viver. É isso, muito obrigado.

A mediadora do encontro também se pronunciou durante a mesa, chamando a atenção dos moradores da região para se manifestarem e lutarem diante das violações de seus direitos. Ao longo do trabalho de campo em Barbados diversas vezes percebi os moradores desanimados em participar de reuniões com o ICMBio e também em reuniões organizadas pelo MOPEAR. Quando questionados sobre porque não participam das reuniões muitos deles alegam que nunca conseguem nada, que “*não adianta*”. Essa ideia transpareceu no próprio encontro, pois embora a dificuldade de deslocamento seja um motivo para poucas comunidades estarem presentes, minha experiência em campo me faz acreditar que o pequeno número de participantes das comunidades esteja relacionado a essa descrença na eficácia das reuniões. A fala de Cleonice procurou sensibilizar os pescadores para a luta, afirmando que se houver a união de todos, o rumo das coisas pode mudar.

Cada dia tiram um direito de nós usar a terra. Quantos de nossos irmãos dependem da água e da terra? Cada dia tiram um pedaço de nós, o que vai ser se nós não lutarmos? O que vai ser se nós não nos unirmos? Se for preciso a guerra pesada, vamos sim povo! Eu acredito que o dragão também tenha coração, que o dragão também tenha sangue na veia, e vai se sensibilizar por nossa causa. [...] Recentemente muita coisa tá vindo pra cima de nós, muita bomba tá caindo em cima dos pescadores. [...] Nossas armas publicas estão sendo leiloadas e nós pescadores não estamos sabendo disso. Não vamos ter direito e acesso, estão sendo demarcadas muitas áreas aqui nas nossas baías. Se não me engano tem 4 a 5 áreas que já estão sendo estudadas e demarcadas pra criação de peixe e isso não vai vir nas nossas mãos.[...] Hoje o Movimento tá ai e precisa da luta e do apoio de vocês. Estamos numa campanha em defesa do território da pesca artesanal e inclusive após o almoço tem um pessoal que vai estar colhendo assinaturas e precisa de dados, essa gente é do movimento, não fiquem com medo de assinar. É sobre o território de pesca, é terra e água o que nós precisamos pra sobreviver.

A fala da mediadora tem o objetivo de motivar os moradores diante de sua desconfiança em assinar papéis. Em várias conversas com meus interlocutores era

visível a desconfiança com abaixo-assinados, pois mensalmente aparece algum para ser assinado. O abaixo-assinado se tornou uma forma de articulação entre as *comunidades* sendo o meio mais utilizado pelos moradores para reivindicar coisas, seja na prefeitura, com os gestores do PNS, com o Ministério Público ou com projetos sociais.

O fim da mesa foi reservado aos depoimentos de moradores da região, os quais mostraram a partir dos seus relatos de vida a maneira violenta como o PNS foi instituído, e o quanto são impostas proibições sem maiores explicações. O Plano de Manejo é destacado por um morador da Barra do Superagui: *“agora querem fazer esse Plano de Manejo. Meu Deus do céu!!! Eu não sei o que é isso, povo nenhum sabe”*. Essa falta de conhecimento dos moradores sobre o Plano de Manejo, supostamente “participativo” demonstra a falta de diálogo entre Parque (enquanto instituição) e moradores. Antes de passar a palavra para os pesquisadores que elaboraram o Parecer Técnico sobre os estudos preliminares, foi entregue à plateia uma Cartilha sobre o Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre Território Pesqueiro, iniciativa do MPP e parceiros, o qual foi devidamente comentado por Cleonice, que então chamou um dos pesquisadores para apresentar o Parecer. Ela também afirmou aos gestores do PNS que as *comunidades* às quais foram endereçadas cópias dos estudos não tem domínio do vocabulário técnico dos mesmos – o que vai contra a Lei do SNUC que afirma que o órgão gestor é obrigado a informar os moradores das Unidades de Conservação sobre tudo que é feito na UC que residem, além de ser de sua responsabilidade dar condições para que as pessoas compreendam os estudos e leis em um vocabulário acessível.

O Parecer Técnico foi elaborado por 19 pesquisadores, dentre os quais eu também fiz parte de sua construção. Nesse sentido vou me deter apenas à apresentação da pesquisadora durante a audiência, que apontou as principais inconsistências teóricas e metodológicas dos documentos. Em relação à metodologia dos estudos, a pesquisadora assinalou como principal inconsistência a falta de participação dos moradores: suas falas, o que pensam e o que propõem como relevante.

O que logo de início nos chama a atenção é que ele [um dos estudos preliminares do Plano de Manejo] traz uma afirmação constante do caráter participativo. A todo momento durante o texto eles repetem essa questão da participação. Inclusive aparece no nome da metodologia que é utilizada no estudo socioeconômico pra captar essa realidade das comunidades, que é o Diagnóstico Rural ou Diagnóstico Rápido Participativo. O que a gente questiona nesse sentido, é que essa afirmação de

ser participativa, ela não consegue ser explicitada no documento, uma vez que em nenhum momento, de nenhum dos dois documentos aparece qualquer fala, qualquer registro das ideias, das vontades, das necessidades dos grupos [...]O que eu estou querendo dizer com isso é a fala mesmo, a citação direta, o que essas pessoas estão dizendo realmente, e não o que os consultores estão achando que elas estão dizendo. Essa questão do discurso, da fala que não aparece, da participação que não aparece, a gente questionou muito mais pelo fato de que no estudo de uso público e turismo é dedicado um espaço especial para a fala dos turistas sobre o que eles consideram como pertinente para o planejamento da Unidade de Conservação. Ou seja, os turistas ganham espaços nesses documentos, mas a comunidade não recebe. Ou seja, ironicamente a participação foi silenciada pelo próprio estudo participativo. Então essa questão de como nem mesmo a questão identitária aparece no estudo socioeconômico, em momento algum; [também] não chama essas comunidades de comunidades tradicionais. A gente percebe a contradição, uma vez que a gente tem aqui um abaixo-assinado que vai ser entregue anexo depois, com 450 assinaturas dos moradores e que se trata de uma lista de assinatura para uma declaração de autorreconhecimento da identidade coletiva de pescadores artesanais e de caiçaras.

Essa fala provocou bastante agitação entre a plateia, sendo interrompida por palmas e frases de apoio. A questão apontada faz referência aos estudos de uso público que propõem o Turismo de Base Comunitária como “solução” (econômica) para as comunidades. Há uma parte deste estudo em que são apontadas opiniões dos turistas, mas em nenhum momento de ambos os estudos existem falas ou questionários aplicados diretamente às *comunidades* – algo também destacado pelos moradores que deram depoimentos ao longo do encontro. Nesse sentido, as principais inconsistências apontadas pela pesquisadora sobre os estudos se referem primeiramente ao “silenciamento ou ocultamento” do contexto estudado, o que segundo a mesma indicam a “falta de conhecimento” sobre a região ou uma “estratégia” de quem elaborou os estudos. Em segundo lugar é apontada a “manipulação da informação”, uma vez que diversas práticas tradicionais elencadas como remanescências (pelos produtos), continuam em plena atividade na região. Como exemplos são citados o fandango caiçara, recentemente tombado pelo IPHAN como patrimônio imaterial e as roças, que apesar da proibição continuam sendo feitas, ainda que em menor intensidade. Também é colocado em questão o medo dos moradores em afirmar a atualidade de práticas que são proibidas. Se grande parte dos moradores não sabe do que se trata o Plano de Manejo,

como poderiam saber se o fato de admitir suas roças não poderia os incriminar de alguma forma?

O recorte da bibliografia que sustenta os estudos também é colocado em pauta pela pesquisadora, em sua fala:

O discurso de que as roças entraram em declínio dez anos antes da criação do Parque, por exemplo. O que chama a atenção é que foi ignorada a produção acadêmica da própria autora que elaborou o estudo e fala sobre a relação da agricultura em Guaraqueçaba com as UCs: “a legislação ambiental restritiva se impôs como uma situação de suspensão de direitos. Algumas comunidades rurais optaram pela clandestinidade através de roças escondidas na meio mata. Tal fato causou uma aparente redução da agricultura de subsistência...”. O que nos causou estranhamento foi isso, a própria tese de doutorado ocultada. O documento associa a todo momento que todas as comunidades possuem uma vocação natural para a atividade turística. O que os pesquisadores [do parecer técnico] acreditam é que essas comunidades tem uma vocação natural para serem pescadores artesanais e caiçaras, pois apenas assim essas comunidades vão conseguir fornecer isso que o estudo está propondo, um produto turístico genuíno e autêntico. O Turismo de Base Comunitária apregoa que o modo de vida é um dos principais atrativos dessas comunidades, mas como essas comunidades vão fazer isso se é suprido delas que vivam plenamente sua cultura? O estudo propõe uma roça demonstrativa pra mostrar para o turista como é o modo de vida da comunidade e não como forma de assegurar segurança alimentar e subsistência. O conflito territorial é invisibilizado a todo momento. Participação social vai muito além de listas de assinaturas.

A questão das roças demonstrativas é uma ideia também defendida por turismólogos que atuam em outras comunidades. Em Barbados uma interlocutora contou que estava desanimada em manter sua roça, porém lhe foi pedido por um turismólogo – com intenções de desenvolver um roteiro turístico na *comunidade* - que continuasse com sua roça, pois a mesma “*é um produto turístico em potencial*”. Esta pessoa lhe disse que sem uma produção mínima de mandioca, não tem como mostrar aos turistas como funciona a casa de farinha. Nesse sentido, a crítica feita ao Estudo de Uso Público é muito pertinente, pois já existem agentes na região defendendo as roças demonstrativas.

A pesquisadora também questionou a profundidade dos estudos, considerando o período da pesquisa em campo: dois pesquisadores percorreram vinte comunidades por um período de onze dias. O último ponto levantado acerca das inconsistências teóricas diz respeito aos estudos socioeconômicos, nos quais são levantadas informações históricas de cada uma das comunidades. Ao falar de Bertioga/Ilha das Peças o estudo discorre sobre a história do município de Bertioga que fica no estado de São Paulo, distante 300 km do PNS. Como sugestões aos problemas apontados a pesquisadora destaca três pontos: em primeiro lugar, a necessidade de liberação de acesso aos recursos naturais essenciais para a reprodução cultural, social e material das comunidades, considerando o que propõe a Lei da Mata Atlântica e Lei do SNUC. Segundo, que as lacunas e inconsistências teóricas sejam revistas, sendo necessário um aprofundamento das informações que aparecem nesses estudos, para que as comunidades “possam apontar o que pensam e sintam-se enfim, representadas”. Terceiro, a necessidade de se realizar um laudo antropológico para o Plano de Manejo e para o zoneamento da região.

Enquanto a parte da manhã foi toda destinada às falas dos pescadores artesanais e de apoiadores da causa, a tarde foi o momento de ouvir o posicionamento do ICMBio no debate com representantes do MOPEAR e MPP, na mesa, “A posição do ICMBio face os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais no PNS”. O órgão gestor estava representado a nível local pelo chefe (Marcelo Bresolin) e a vice chefe (Guadalupe Vivekananda) do Parque Nacional do Superagui, e a nível regional pelo coordenador da região Sul – CR 9 (Daniel Penteadó).

O chefe do Parque fez uma fala em resposta às afirmações de que o Plano de Manejo não tem sido efetivamente participativo, declarando ser este um dos planos de Parque Nacional mais participativos que o ICMBio está construindo a nível nacional, que os gestores estão abertos a novas questões e que o parecer técnico é muito bem vindo. No entanto é bastante claro ao afirmar que embora haja abertura por parte do órgão gestor, a lei “*não dá brecha*”:

Nós já temos 300 ações dos moradores das comunidades para o planejamento e 100 indicações para o zoneamento, por isso o diagnóstico assim como todo o Plano de Manejo estão sendo feitos de forma muito aberta e estão aí para tirar dúvidas. E a gente está aqui aberto a qualquer momento pra explicar, porque a gente acredita que é possível trabalhar no espaço que a lei

permite. Tem muitas coisas que a gente não vai iludir vocês, que a gente vai conseguir abrir, dizer que agora todo mundo vai poder desmatar e plantar roça como faziam antigamente. Porque isso, eu como chefe não tenho autoridade e legislação legal pra fazer isso. Eu seria mandado embora e exonerado e quem desmatasse ia ser punido, porque a lei ainda não dá brecha. Essa luta é justa vocês podem continuar com essa luta, com a questão do roçado. Mas não cabe o plano de manejo ir contra uma lei que já existe.

Para falar da participação, ele mostrou uma lista de ações executadas pelo órgão gestor e enfatizou que falta participação das pessoas nas reuniões. O chefe afirma a visão do ICMBio sobre os moradores da região, de que não é sempre que os comunitários reivindicam sua participação nos assuntos do Parque, mas que, quando o assunto é sobre o “dinheiro do peixe morto”⁸⁸ há uma participação muito maior. Essa fala causa uma indignação na mediadora da mesa, que após a fala de Marcelo instiga a plateia:

Bom o Marcelo fez uma fala aí e muitas vezes parece que deslegitimou o que temos falado hoje. Só uma pergunta: o Plano de Manejo tá tendo participação da comunidade?

- Não!

Vocês querem fazer um trabalho com o turismo, deixar de usar a terra e o mar para pescar?

- Não!

Quero saber uma coisa de vocês pessoal, vocês estão aqui por causa do dinheiro do peixe morto?

- Não!

Nesse ambiente de agitação causado pela fala do chefe do PNS e das perguntas da mediadora, foi a vez do coordenador regional fazer uma fala mediando o ponto de vista dos gestores do PNS e as reivindicações dos pescadores. O coordenador utiliza o exemplo de uma situação parecida que o ICMBio enfrentou com outro Parque Nacional, afirmando qual é o posicionamento do órgão em Brasília – ou seja, de quem tem o poder de decidir e decretar efetivamente mudanças dentro das Unidades de Conservação - sobre leis e decretos que favorecem as populações tradicionais:

⁸⁸ “Dinheiro do peixe morto” é como passaram a ser chamadas, pela população da região de Guaraqueçaba e Paranaguá, as indenizações pagas aos pescadores devido ao desastre ambiental relacionado à explosão do navio chileno Vicuña que acarretou também no vazamento de óleo combustível e metanol, no ano de 2004.

Eu tenho que ser bastante transparente com vocês. Nós não recebemos orientações de cumprir a risca a OIT 169. Muitas vezes ela não é considerada como uma lei nacional, mas como um espaço onde diversas nações dialogaram e o Brasil assinou positivamente.

Afirmando também que os artigos da lei do SNUC e da lei da Mata Atlântica que recomendam sobre o uso dos recursos naturais por populações tradicionais nem sempre são efetivamente respeitados, mas que essa é uma decisão do órgão em Brasília, e que cabe às coordenações regionais apenas acatar.

Após a fala do ICMBio foi proposto um diálogo entre os participantes das mesas e a plateia. Um dos representantes do MOPEAR reafirmou as propostas do parecer técnico para que sejam levadas pelos representantes do órgão gestor aos seus superiores, além da revisão dos estudos apresentados pelo ICMBio e a exigência de um laudo antropológico, o pescador também insistiu para que as áreas de roça sejam liberadas:

Que seja liberado nossa área de roça imediatamente. Porque isso é possível, na própria lei do SNUC no artigo 28 ele fala do nosso direito pela terra, pelo território. E isso não é levado em conta. A OIT 169 também tem a lei que protege povos e comunidades tradicionais. Coisa que no relatório nem era relatado como comunidade tradicional a nossa comunidade. A nossa comunidade era relatado como um agrupamento de famílias, ou como uma comunidade que não tinha perspectiva de vida.

E mais uma vez o coordenador regional afirmou a postura do ICMBio frente às leis que garantem os direitos dos povos e comunidades tradicionais:

O ICMBio não necessariamente esta em acordo com algumas proposições de ambos [OIT 169, Decreto nº 6.040]. Seguindo o que o SNUC recomenda, nós preferimos ter muito bem registrado e documentado sabendo exatamente a quantidade, área, quem são as pessoas reais e as atividades envolvidas nessas atividades tradicionais para então situá-las no Plano de Manejo e estabelecer um compromisso com essas comunidades. [...] Nós relatamos um caso bastante semelhante de uma comunidade tradicional no interior de um parque nacional que já habitava antes do decreto e a orientação que recebemos há muito pouco tempo atrás de Brasília, é que não se pode autorizar desmatamento de qualquer tipo de floresta dentro de UC de proteção integral, mesmo que seja regeneração inicial.

Na lei da mata atlântica está dizendo que se pode autorizar o desmatamento em alguns casos, mas a gente recebeu essa orientação. Que não podemos autorizar desmatamento nem em estágio inicial e nem médio. E isso nos pegou desprevenidos, inclusive pra essa reunião. A gente não contava com essa situação recente que ocorreu em Brasília e nós precisamos conversar mais sobre isso. [...] O que a gente enxerga como mata atlântica e vocês podem mostrar pra nós, olha essa é uma área de pousio com uns três ou cinco anos e áreas de plantio escondidas. Pois bem, nós estamos enquanto representação do ICMBio com sérias dificuldades de dar uma resposta positiva aqui [...] Eu entendi que o que foi apresentado aqui pra nós foi toda a situação que o povo caiçara tem de vida aqui na região e queria deixar bem claro que eu não costumo levar denúncias a outros órgãos então o que é de responsabilidade do ICMBio, a gente esta bem ciente e bem alertado e nada melhor do que esse documento aqui pra gente poder aprofundar o nosso diálogo. Agora qualquer responsabilidade de qualquer outros órgãos ambientais que tem o poder de polícia, eu informo a vocês agora que eu não vou fazer denúncias e levar o problema aos colegas das outras instituições públicas.

Apesar de ter sido uma fala bastante negativa em relação às demandas apresentadas pelo MOPEAR, os líderes do Movimento insistiram em não terminar o encontro até que o órgão gestor acatasse todas as suas reivindicações. Nesse momento de debate outros agentes tiveram a oportunidade de falar, dentre eles o deputado estadual Tadeu Veneri e o assessor do deputado estadual Péricles de Mello, ambos da comissão de direitos humanos da ALEP, também se pronunciaram os assessores jurídicos do Ministério Público; representantes da ouvidoria geral das defensorias públicas da União e do Estado e também da Secretaria de Justiça do Estado. Todos os representantes declararam apoio total ao movimento e comentaram a contradição das falas da tarde em relação às da manhã. Como pontuou um dos deputados acerca dos estudos do Plano de Manejo e do Parecer Técnico:

Percebo uma contradição muito grande nos dois estudos. [...] Um estudo que foi feito e apresentado pelo ICMBio e uma interpretação desse estudo. Voluntariamente ou não há uma fraude. Eu não estou fazendo aqui uma acusação. Mas voluntariamente ou não há uma falsidade em um dos dois estudos e isso precisa ser esclarecido.

A Defensoria Pública da União afirmou que se for preciso viabilizará uma medida judicial para que as violações aos direitos humanos que ocorrem na região

cessem imediatamente. E assim como a defensoria, os representantes das outras instituições apontaram o não cumprimento, por parte do ICMBio, das leis do SNUC, da Lei da Mata Atlântica, do Decreto nº 6.040 e da Convenção 169 da OIT. Uma representante do Ministério Público Estadual pontuou:

Vejo e imagino que seja possível um diálogo em alguma composição. Vejo que inicialmente o Plano de Manejo pode prever uma possibilidade de diminuir as ofensas aos direitos humanos dos pescadores e pescadoras que a gente vê acontecendo aqui. [...] Porque da mesma forma que é colocado pras Ilhas dos Currais, que não houve consulta, uma alternativa, isso também tem que ser falado em relação à Superagui. O parque foi criado sem qualquer consulta às comunidades. Então a gente sabe que a Convenção 169 da OIT prevê o direito à consulta e que o direito à consulta não se trata apenas de uma audiência pública, mas ela tem que ser livre, prévia e informada. Eu acho que o ICMBio tem que se pautar nisso e ver que tipo de medidas tomar, porque a recategorização é uma possibilidade, e talvez dialogar sobre isso seja interessante.

Também alertou para o fato de que o MPE e o MPF já haviam recomendado que quando a fiscalização pegasse algum pescador praticando algum tipo ilícito de pesca, que eles não fossem presos em flagrante, mas sim levados até o MP e, que, além disso, a fiscalização não deveria levar embora os apetrechos de pesca nessas situações – situações que continuam ocorrendo, como relataram os moradores não apenas durante o encontro, mas durante meu trabalho de campo em Barbados. Também apontou que já havia sido recomendando ao ICMBio respeitar o que diz a lei da Mata Atlântica, de que existem exceções no que diz respeito ao corte de árvores por comunidades tradicionais; e não apenas essa lei, como todas as outras.

Em vias de terminar o encontro, foi proposto que se criasse um grupo de trabalho com representantes dessas diferentes esferas, e principalmente representantes do ICMBio para acompanhar toda a elaboração do Plano de Manejo. Embora eu não tenha ficado até o fim do encontro⁸⁹, soube, através de colegas que ficaram até o final, que o ICMBio não afirmou aos moradores uma posição positiva frente aos seus pedidos. Mesmo assim foi firmado o compromisso, por parte do coordenador regional de que o

⁸⁹ Como fui com o grupo de alunos do CEM em um barco disponibilizado pela universidade e o mesmo tinha horário para retornar, voltamos antes do fim do encontro.

parecer técnico seria entregue aos seus superiores dentro do ICMBio e que os gestores locais do órgão se responsabilizariam em participar do grupo de discussão, propondo efetivamente uma tentativa de diálogo. Em fevereiro de 2014 foi realizada a primeira reunião do grupo de discussão. Dentre os integrantes estavam alguns dos pesquisadores que assinaram o parecer técnico, alguns representantes do MOPEAR, os deputados ligados à Comissão de Direitos Humanos da ALEP, representantes do CAOPDH do MP estadual e da defensoria pública estadual e da união. Apesar de firmado o compromisso, nenhum dos gestores do PNS compareceram à reunião, que foi marcada com bastante antecedência. O grupo propôs objetivos a curto, médio e longo prazo. Os encaminhamentos de curto prazo foram estabelecer aos diferentes grupos (pesquisadores; MPE, DPE, DPU; deputados) ações relacionadas às violações dos direitos humanos e das leis: aos pesquisadores foi incumbida a tarefa de aprofundar ainda mais os estudos sobre as roças, no sentido de demonstrar a tradicionalidade da prática e sobre as leis do PNS. Foi também proposta uma parceria entre DPE e DPU no sentido de questionar as autuações do ICMBio, do IBAMA, do IAP e da Polícia Ambiental. Para ambas as defensorias e para o MPE ficou combinado o questionamento da Instrução Normativa nº 29; e o MOPEAR ficou responsável pelo trabalho de base, ou seja, mobilizar os moradores da região quanto à importância de sua participação nas discussões e na luta em relação à elaboração do Plano de Manejo. O grupo tem como objetivos de médio prazo novos estudos do plano de manejo, com abrangência específica em Superagui; e a longo prazo a elaboração de laudo antropológico na região litorânea.

A participação no encontro e no grupo de trabalho sobre o plano de manejo me faz refletir sobre a atuação política das *comunidades* e sobre o quanto essa atuação é pautada pelas relações com agentes externos, seja como meio de possibilitar um respaldo teórico e técnico em suas questões – quando em relação com pesquisadores; de levar suas demandas a outros lugares e instituições – quando em relação a outros segmentos de populações tradicionais e com a Rede Puxirão; e de ter assegurado seus direitos fundamentais por órgãos como o Ministério Público e as Defensorias. Nesse sentido, ao pensar os moradores das *ilhas* e *comunidades* enquanto população

tradicional tenho como base a proposta conceitual de Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (2009a), como uma categoria que trata de um processo de autoconstituição, apenas possibilitado por sujeitos políticos:

Populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2009a, p.300).

Uma vez que proponho pensá-los como sujeitos políticos, cabe ressaltar que sua atuação enquanto tal apenas é possibilitada na medida em que se afirmam enquanto sujeitos de direito, no sentido proposto por Arruti (1997). A reflexão do autor se refere às populações negras e indígenas, dentre as quais, a afirmação de novas situações (no caso a emergência de comunidades remanescentes de quilombos e comunidades remanescentes indígenas) evoca a adequação de um novo vocabulário, a fim de que esses grupos possam ser incluídos no código de direitos proporcionando-lhes um novo status político para a emergência de novos direitos e políticas de proteção⁹⁰. Tal medida possibilita o reconhecimento de um valor cultural novo, no qual os grupos passam a ocupar um novo lugar em relação aos órgãos governamentais, na política, e enfim, em seu próprio imaginário⁹¹.

É dentro deste contexto que Arruti afirma a criação de novos sujeitos políticos pela atribuição de direitos, como um processo de etnogênese. No caso analisado pelo autor, especificamente a aproximação das comunidades remanescentes de quilombos à noção de etnicidade está em possibilitar a constituição de uma unidade política através da autoconstituição dessas populações como grupos social e culturalmente diferenciados; no caso dos pescadores representados pelo MOPEAR, sua relação com agentes externos como a Rede Puxirão, pesquisadores e órgãos governamentais traz novas possibilidades de acesso à luta por seus direitos. E em se tratando de processos políticos para a reivindicação de direitos por comunidades tradicionais, que passam a reforçar categorias identitárias como forma de legitimação, se faz necessária uma articulação entre passado

⁹⁰ (ARRUTI, 1997:7).

⁹¹ *Op ci.*: 22.

e futuro, na medida em que a “recuperação” de sua identidade é também um processo de produção desta⁹².

A forma como se (re)afirmam traços culturais tradicionais nos remete à idéia de Manuela Carneiro da Cunha (2009b) sobre “cultura” como uma categoria apropriada por povos periféricos. Em se tratando de uma categoria que é mais provida pelos antropólogos, a cultura passa a ser importada por comunidades tradicionais, tornando-se um argumento político para suas reivindicações; um contexto em que já possuíam “cultura em si” passando a se apropriar da “cultura para si”, incitando seus possuidores a demonstrar sua cultura de uma maneira “performática”⁹³. Nesse sentido, Carneiro da Cunha pensa sobre as implicações desse processo, apontando – no caso das negociações em relação ao conhecimento referente ao uso do *kampô* – os aspectos legais imbricados nessa questão (que se dá pela relação destes povos com um todo mais amplo), como o envolvimento de instrumentos legais internacionais, grupos de interesse transnacionais, políticas nacionais, subnacionais e locais, política indígena e política científica⁹⁴.

Quanto ao uso da cultura “para si” os cartazes em exposição no dia da reunião dão uma dimensão desta ideia. Embora muitos deles se referissem às leis que garantem seus direitos, havia um com uma representação das roças que dizia: “Mais uma cultura que tiraram de nós (roça)” [Figura 11]. Assim como toda a mística organizada pelo movimento girou em torno das “perdas” ou das práticas que foram “tiradas” pela implantação do Parque Nacional. A justificção da mística pela mediadora do encontro mobiliza algo além dessa ideia de perda de sua cultura. Ela demonstra, com a afirmação de que “*depois da criação [do parque] os pescadores perderam muito de sua cultura e muito de sua identidade*”, muito mais do que uma falta. Essa fala e várias outras mobilizam o uso da cultura “para si”, ou o uso de sua cultura, mesmo pela justificativa da perda, como forma de legitimar sua causa através da mobilização da identidade de pescador artesanal. O ato de outorga de uma identidade legítima possibilita condições para a criação de novas situações jurídicas. É o uso da “cultura” como recurso para

⁹² *Op cit*: 28.

⁹³ (CARNEIRO DA CUNHA, 2009b).

⁹⁴ *Op cit*: 316.

afirmar a sua identidade frente ao Estado⁹⁵ e, especificamente neste caso, frente ao órgão gestor da Unidade de Conservação.

Ao afirmar no início deste capítulo que a presença de diversos agentes além de movimentar o cotidiano das *ilhas* proporciona a incorporação de um novo vocabulário, de novos conceitos e também categorias identitárias por parte dos moradores, estava me referindo à ampla presença de pesquisadores e que resultou no parecer técnico, documento que tem potencial para firmar as reivindicações dos pescadores frente ao ICMBio, mas não só. A criação do MOPEAR através do apoio da Rede Puxirão também traz questões e formas de atuação diferenciadas. A maneira como a reunião foi estruturada através da mística, dos cantos, a constante repetição da frase que representa a luta do movimento “Na terra e no mar nós vamos lutar!”, diz muito sobre a forma de atuação dos segmentos que fazem parte da Rede Puxirão. Obviamente, não afirmo com isso que essas ideias são impostas aos moradores ou que eles não teriam condições de criar um movimento e atuar politicamente frente ao órgão gestor. Pelo contrário. Essa relação com agentes externos só é possível a partir da agência⁹⁶ dos moradores, através das suas articulações entre si e em relação a quem é de fora. Essas relações apenas possibilitam novas configurações, não as definem.

As redes em articulação

Todas essas considerações foram elaboradas com o intuito de fazer o leitor compreender o que as falas, demandas e articulações dos moradores durante o encontro do Movimento representam dentro de um contexto maior. Para além da legítima luta dos pescadores artesanais mobilizados através do MOPEAR e MPP e do difícil diálogo com o órgão gestor da Unidade de Conservação, o objetivo central deste capítulo foi descrever – a partir da audiência pública – as redes de relações entre moradores das *ilhas/comunidades* e agentes externos. Para tanto, contextualizamos o cotidiano dos moradores: em relação aos crescentes *projetos assistencialistas* – revelando a recorrência e a importância que tais projetos ocupam na vida dos moradores; *juridicamente* – explorando o lugar ocupado pelas populações tradicionais dentro da

⁹⁵ *Op cit:* 373.

⁹⁶ No sentido proposto por Sherry Ortner (2007), no qual a agência está relacionada à intencionalidade e consciência do sujeito.

legislação brasileira; e *politicamente* – através de um evento que reflete as reivindicações políticas atuais. Ainda que as relações entre moradores e agentes externos descritas aqui representem apenas uma porcentagem do total dessas relações, finalmente temos condições de pensá-los enquanto redes de relações. É como recurso metodológico que explicitamos essas relações através da ideia de rede, sendo uma maneira mais simples de visualizar a realidade da região. Nesse sentido, reporto-me ao autor Bruno Latour, (2012) para descrever essas relações e articulações políticas em rede, ainda que não me aprofunde na Teoria Ator-Rede (*idem*).

As relações entre os moradores e agentes externos são estabelecidas – nos casos abordados aqui – através de demandas da região e estão relacionadas principalmente ao assistencialismo, ao turismo e à reivindicação de seus direitos enquanto população tradicional caiçara/pescador artesanal. Dessa forma, é a partir do que essas relações mobilizam para os moradores que as redes são construídas e atualizadas. Isso não quer dizer que os moradores têm uma posição passiva frente a esses agenciamentos externos e nem que essas relações são exclusivamente utilitaristas, pois elas são pautadas na troca: o turista representa uma alternativa à renda mensal das famílias, do mesmo modo que a comunidade oferece a ele uma “vivência no modo caiçara”; o pesquisador negocia sua estadia nas comunidades podendo oferecer doações ou mesmo pagando, em contrapartida, os moradores não lhe dão um teto e compartilham suas experiências para que o pesquisador possa, em seu retorno, terminar sua pesquisa e conquistar um título acadêmico – entre outras trocas possíveis.

Se a diversidade de agentes externos em atuação representa diferentes formas de mobilização, podemos agrupá-los de acordo com o que é mobilizado. Os agentes externos ligados a projetos assistencialistas, como turismólogos, turistas e voluntários⁹⁷, mobilizam doações, pequenas melhorias dentro de cada *comunidade* e uma renda alternativa aos pescadores. As doações podem vir tanto de campanhas de arrecadação, como na *Viagem de Canoa*, ou vir de projetos sociais maiores com doações de eletrodomésticos e eletrônicos. As melhorias dentro das *comunidades* são possibilitadas através de mutirões realizados por voluntários (pessoas ligadas a *Viagem de Canoa*,

⁹⁷ Ao falar em voluntários, me refiro a pessoas que conheceram a região como turistas (a partir de projetos do Turismo de Base Comunitárias, por exemplo) e retornam para participar de algum projeto assistencialista. E também de voluntários ligados a projetos de instituições como a PROVOPAR e EMATER, por exemplo.

Barco Sorriso e Mutirão da Alegria, por exemplo). Iniciativas como o Turismo de Base Comunitária e cursos ofertados pela PROVOPAR e EMATER, por exemplo, representam formas alternativas de complementação de renda.

Os pesquisadores, a partir de suas pesquisas contribuem na divulgação da região dentro da academia e com potencial de levar seus estudos a outros lugares. Também podem auxiliar em questões não acadêmicas como, por exemplo, na elaboração do parecer técnico que serviu como resposta aos produtos do Plano de Manejo. Produtores culturais também possibilitam através de suas pesquisas, eventos e projetos, a divulgação da região e dos aspectos culturais ligados a identidade caiçara, principalmente em relação ao fandango. Os fandangueiros da região tiveram seu ofício reconhecido como Patrimônio Imaterial pelo IPHAN em 2012.

Ao atuar na defesa dos direitos e interesses das populações tradicionais, o Ministério Público, através de seus agentes do CAOPDH, podem mobilizar o atendimento de demandas dos moradores em questões relacionadas a violação dos seus direitos. Em Superagui, o MP através do CAOPDH já atuou como mediador entre as *comunidades* e órgãos governamentais como ICMBio, Polícia Ambiental Força Verde e IBAMA em questões relacionadas às autuações dos pescadores e também mediou reuniões entre as comunidades e projetos propostos pela universidade – relacionados ao uso do mar. Órgãos como o Ministério Público e as Defensorias Públicas, assim como os deputados estaduais, mobilizam medidas práticas para a resolução dos conflitos entre a população local e os órgãos gestores e fiscalizadores, e principalmente, podem atuar na garantia dos direitos fundamentais defendidos pela Constituição Brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A audiência pública realizada pelo MOPEAR em seis de dezembro de 2013 foi aqui descrita como uma “situação social”, conforme Max Gluckman (1987). A maneira como o Encontro foi organizado e o modo como as diversas falas foram ordenadas, ilustram alguns aspectos das relações políticas entre moradores e agentes externos. Ainda que tenha sido idealizado por um movimento local, a articulação com pessoas externas à região possibilitou uma divulgação mais ampla e a vinda de algumas instituições, assim como na repercussão do Encontro, especialmente na internet, em jornais eletrônicos locais, em *sites* de movimentos sociais e de deputados estaduais.

Quando afirmo este momento como uma “situação social”, penso em como a audiência pública revelou atores, as relações entre eles e as suas atribuições na organização política do MOPEAR. Embora o tema da audiência pública seja uma demanda de todas as *ilhas* e *comunidades* da região, é importante destacar o protagonismo do MOPEAR na organização. Ainda que o Movimento represente as vilas da região, nem todas as lideranças políticas atuam em conjunto com ele, ao menos até a audiência pública. Retomo este assunto no momento final do texto para apresentar a sequência de ações realizadas pelas organizações políticas locais, as Associações de Moradores, que passaram a se articular com o MOPEAR.

Estava marcada para alguns dias depois da audiência pública, uma reunião apenas entre o órgão gestor do Parque e as *comunidades* para tratar sobre os estudos preliminares do Plano de Manejo e as questões levantadas no Parecer Técnico apresentado pelo MOPEAR. Segundo a vice-chefe do Parque (informação que tive através de um agente externo), estiveram presentes nesta reunião – que aconteceu no 10/12/2013 – apenas uma Associação de Moradores e dois moradores de outras comunidades. As lideranças do MOPEAR não participaram dessa reunião, e no dia 14 de dezembro publicaram uma carta aberta do Movimento sobre o Encontro em Superagui, e outra carta solicitando apoio ao Movimento e sua luta política, com uma cópia do Parecer Técnico⁹⁸. Ambas as cartas circularam em redes de e-mail, e o Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras –

⁹⁸ Anexos A e B.

NUPAUB⁹⁹ redigiu uma petição que foi publicada no *site* Avaaz.org¹⁰⁰, em 14/04/2014. A petição foi endereçada ao presidente do ICMBio, com o título, “Moção de apoio as demandas das comunidades caiçaras do Parque Nacional de Superagui ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)”. O *site* Avaaz.org “Petições da Comunidade” é uma plataforma *online* para que grupos ou pessoas possam iniciar campanhas locais, nacionais ou internacionais – segundo o *site*. Já assinaram a petição, 567 pessoas, e o documento continua disponível até chegar em 750 assinaturas.

Como pesquisadora e colaboradora do Parecer Técnico, também fui convidada a participar do Grupo de Trabalho Pescadores Artesanais formado no dia da audiência pública. Nos reunimos a primeira vez em 14 de fevereiro de 2014, em espaço cedido pelo Instituto Federal do Paraná – campus Paranaguá. Estiveram presentes 24 pessoas entre representantes do MOPEAR, pesquisadores e defensores públicos. Embora o Movimento já tivesse feito uma reunião interna para fazer um balanço do Encontro de dezembro, essa reflexão foi sugerida pelas lideranças durante a reunião em Paranaguá. Como comentado no capítulo anterior, essa primeira reunião foi o momento de estabelecer a curto, médio e longo prazo, ações que auxiliem o MOPEAR em relação às violações de direitos que os pescadores vêm sofrendo e na garantia de sua participação na elaboração do Plano de Manejo.

Em 20 de março de 2014 o ICMBio enviou ao MOPEAR uma resposta ao Parecer Técnico, a Nota Técnica nº 02/2014 – PNS/ICMBio, elaborada pelos técnicos do Parque Nacional do Superagui/PR, e assinada pelo Coordenador Regional do ICMBio (CR 9 Florianópolis) Daniel Penteado. No documento, o ICMBio informou que algumas das sugestões feitas no Parecer Técnico haviam sido incorporadas aos estudos do Plano de Manejo, a saber: os dados referentes a pesca histórica de Baleia (Bertioga/SP) foram retirados por conta da confusão com a Comunidade Bertioga de Ilha das Peças/PR; foi explicada a importância do fruto indaiá na composição do bijú; o MOPEAR foi listado entre as Associações da região; e também foi dado destaque, às questões legais relacionadas a “tradicionalidade caiçara”. Essas foram as únicas

⁹⁹ O NUPAUB é um núcleo interdisciplinar de pesquisa ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, criado em 1988. O núcleo desenvolve e divulga pesquisas acadêmicas, promove cursos e conferências e dá subsídios técnicos para movimentos sociais. Informações retiradas do *site*: <http://nupaub.fflch.usp.br/>, visualizado em: 06/09/2014.

¹⁰⁰ Disponível em: https://secure.avaaz.org/po/petition/Sr_Presidente_do_ICMBio_Roberto_Ricardo_Vizentin_robertovizentimicmbio_Garantir_os_direitos_das_Comunidades_Tradicionais/?tnILehb, visualizado em 05/09/2014.

questões incorporadas aos estudos do Plano de Manejo. O restante das informações contidas na resposta do ICMBio, foi uma tentativa de responder, uma a uma, todas as críticas feitas no Parecer Técnico do MOPEAR. Apesar do ICMBio afirmar, em sua resposta, que as populações tradicionais fazem parte de sua “missão” em nível nacional, e que esta também é uma das missões do Parque Nacional do Superagui, o texto da Nota Técnica parece reforçar ainda mais a falta de diálogo – sempre afirmada pelos moradores – com que o órgão gestor administra a Unidade de Conservação. Todas as outras questões levantadas durante a audiência pública, sendo as principais a violação dos direitos humanos e a falta de participação na elaboração do Plano de Manejo, não foram acatadas pelo órgão gestor.

Apesar da resposta do ICMBio ter frustrado o Movimento e os membros do Grupo de Trabalho, ela foi encarada como um incentivo para que o grupo continue atuando e pensando em novas abordagens. A reunião seguinte do GT foi em 30 de maio de 2014, quando comentamos a resposta do ICMBio e definimos alguns encaminhamentos referentes à questão da energia elétrica convencional nas *comunidades* que estão dentro dos limites da UC. Segundo pescadores do MOPEAR, após a audiência pública algumas Associações de Moradores das *comunidades* que estão dentro do Parque, passaram a dialogar e participar mais ativamente do Movimento, motivadas pela repercussão do Encontro. Essas *comunidades* conversaram entre si e foram até o Ministério Público Estadual pedir que fosse agendada uma reunião entre o MOPEAR, a COPEL e o ICMBio, para cobrar um posicionamento de ambas as instituições sobre a proibição de instalar energia elétrica convencional nessas *comunidades*: Barbados, Canudal, Vila Fátima e Barra da Ararapira.

Tive informações sobre essa reunião no encontro do GT em 18 de junho de 2014. Na ocasião apenas os pesquisadores se reuniram para pensar qual contribuição, a partir dos nossos conhecimentos acadêmicos, poderíamos dar ao MOPEAR. No momento, o Movimento tem duas demandas principais em relação aos pesquisadores: tratar da autodemarcação de suas terras – atualmente várias *comunidades* estão elaborando suas cartografias sociais; e reunir informações em uma pesquisa sobre as práticas tradicionais dos moradores da região, uma medida para que os autos de infração parem de ocorrer. Entre os pesquisadores, o principal objetivo é elaborar tais estudos de maneira a reiterar o papel de protagonistas dos moradores e, se possível, elaborar em conjunto um texto sobre suas “práticas tradicionais”.

Durante nosso encontro foi comentado sobre a reunião que as *comunidades* tiveram com ICMBio, COPEL e MPE em 13 de junho, para tratar sobre a energia elétrica convencional. Segundo lideranças das *comunidades*, os pescadores das vilas que não têm energia elétrica convencional – a *luz de fio*; tentaram inúmeras vezes dialogar com ICMBio e COPEL nos últimos meses (apesar dessa tentativa de diálogo ocorrer há anos), afirmando que a energia das placas solares não funciona na região, pois nem mesmo as condições climáticas são favoráveis. Como as placas solares não têm produzido energia, e também, devido as respostas negativas do ICMBio e da COPEL, os moradores de Barbados decidiram desmanchar os painéis e tiveram apoio e adesão à causa de vários moradores de outras *comunidades*, inclusive das que já têm energia elétrica convencional. Portanto, essa reunião do dia 13 foi um pedido dos moradores para que o Ministério Público Estadual mediasse a conversa com as instituições.

Soubemos que a reunião foi muito positiva. Participaram cerca de 300 pescadores e, por isso, a reunião teve que ser transferida para a sede do ICMBio em Guaraqueçaba. Os pescadores levaram faixas e estavam com pautas e propostas bem definidas. Falaram sobre as dificuldades que passam por não ter luz e explicaram que desmancharam os painéis não apenas como protesto, mas porque eles não têm um rendimento satisfatório. O MOPEAR, falando em nome das *comunidades*, disse que os painéis serão devolvidos, mas que antes os moradores querem a garantia de que vão ser feitos projetos para a instalação da energia elétrica convencional, pois não há impedimento ambiental. O diálogo ocorreu e a COPEL assumiu parte da culpa, embora o ICMBio tenha se calado. A Companhia de Energia quer os painéis de volta para instalar em outras *comunidades* e assumiu o compromisso de apresentar uma resposta dos seus superiores até o dia 23 de junho e então, elaborar um projeto. Nesse mesmo dia alguns defensores públicos ficaram em Guaraqueçaba para conhecer algumas *comunidades*.

Na reunião de 18 de junho os pesquisadores deixaram encaminhadas algumas ideias, como a elaboração de uma tabela com todas as pesquisas sobre a região e a sistematização dos mapas existentes. O último encontro do GT foi em 15 de agosto. Foi o único em que não pude participar e, portanto, não tive informações sobre as negociações com a COPEL sobre a energia elétrica convencional e com o ICMBio sobre questões relativas ao Plano de Manejo.

Os desdobramentos da audiência pública trouxeram mudanças ao cenário político das *ilhas*, como algumas Associações de Moradores que passaram a atuar junto com o MOPEAR desde então. Nesse sentido, vale refletir sobre as relações dos moradores com agentes externos nesse e em outros contextos. Penso nessa questão considerando as relações com agentes externos ligados a projetos assistencialistas, como a *Viagem de Canoa, Mutirão da Alegria, Barco Sorriso*, de ONGs que trabalham sob esta perspectiva – e não ONGs ambientalistas; os pesquisadores que criam relações de amizade com os moradores durante o trabalho de campo, e também os agentes externos que participam do GT formado após a audiência pública, os defensores públicos, operadores de direito e políticos ligados a Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Paraná.

Destaco essas relações e articulações não apenas pelo que elas mobilizam para as Associações de Moradores da região e para o MOPEAR, mas também porque proporcionam aos moradores maior visibilidade de sua causa em outros lugares e contextos. O empenho desses agentes externos é muito significativo para fortalecer a luta política da região, uma vez que os moradores também se envaidecem pela adesão de “*gente de fora*” às suas causas. Enquanto a audiência pública acontecia na Barra do Superagui, na parte da tarde (durante a fala do ICMBio), encontrei algumas moradoras que conheci. Elas estavam assistindo o Encontro do lado de fora muito felizes pela participação de “*tanta gente importante de fora*”. Perguntei o que elas estavam achando do Encontro e uma delas me disse,

Olha, eu confesso que nem ia vir nessa reunião, achei que fosse coisa pequena. Mas assim que soube dessa quantidade de gente que veio aqui, pra ajudar a gente, deixei tudo que estava fazendo em casa e vim. Imagina, se tem gente de Curitiba que vem até aqui pra falar sobre a nossa situação, como que um morador da ilha pode deixar de participar?

Ao mesmo tempo em que essa articulação com agentes externos é vista de maneira muito positiva para os moradores, em outros casos é vista de maneira negativa. Assim como a moralidade permeia as relações internas das *ilhas*, ela também está presente nas relações com pessoas de fora. Agentes externos que deixam de cumprir promessas aos moradores deixam de ser bem vindos nas vilas. E mesmo quando alguma situação ruim acontece em uma vila distante, rapidamente essa notícia circula pela região. Projetos e relações com pessoas de fora interrompidos são comuns, mas em

determinados casos elas tomam proporções maiores. Há alguns meses, por exemplo, soube que a *comunidade* de Barbados colocou uma placa próxima ao seu trapiche, informando que está proibida a entrada de pessoas de fora, a menos que tenham autorização da Associação de Moradores. Esse não é um fato isolado, a *comunidade* de Almeida, na Ilha Rasa, é conhecida na região por ser uma vila fechada, e apenas pessoas autorizadas pela Associação de Moradores podem entrar. Apesar de ter poucas informações sobre esses dois casos – principalmente por não ter voltado para Barbados recentemente – acho relevante pensar essa questão, que é um dos desdobramentos que essa pesquisa pode vir a tomar.

Também é relevante refletir sobre como essas relações são pensadas pelos agentes externos. Nos grupos que participo dentro da rede social *Facebook*, diariamente são postadas informações sobre as vilas, sobre projetos próprios ou de outras pessoas na região. Os textos e pensamentos escritos por essas pessoas refletem uma perspectiva da região e do tipo de ação que elas estão realizando. Percebo entre pessoas que já participaram da *Viagem de Canoa*, mas não exclusivamente, o uso da metáfora “*há braços*” no fim de suas postagens. A ambiguidade do termo implica em uma ideia de solidariedade e de trabalho coletivo, no sentido em que existem braços para ajudar, para trabalhar e para fortalecer.

Ao descrever o contexto de Barbados a partir de suas dinâmicas internas e a partir de suas relações políticas com agentes externos, associei os assuntos em torno das categorias *ilha* e *comunidade*. Descrever Barbados como *ilha* é abordar as relações de trabalho, os deslocamentos dos moradores entre as *ilhas*, a moralidade implicada nas relações, as instituições locais, as festas, e as regras e leis locais. Descrever Barbados como *comunidade* tem um sentido político, relacionado à regularização das Associações de Moradores em cartório, as articulações com o MOPEAR, a relação com os gestores do ICMBio e as relações com outros agentes externos – em todas as questões relacionadas aos seus direitos. Reitero que essa separação serve apenas para dividir temas afins, pois não é possível tratar das relações e articulações locais como se elas estivessem separadas de um contexto externo. Pelo contrário, as relações com agentes externos influem sobre as dinâmicas internas, e vice-versa. Qualquer demanda que é

discutida internamente em Barbados para ser levada à prefeitura, por exemplo, atravessa os contextos da vila enquanto *ilha*, e enquanto *comunidade*. Quando o presidente da Associação participa de uma reunião fora da vila, outra reunião é realizada anteriormente para que questões sejam elegidas pelos moradores. Depois de participar de alguma reunião fora de Barbados, o presidente marca outra reunião com os moradores. Nesse sentido, não existem contexto interno e contexto externo, mas relações dos moradores entre si, e relações com pessoas de fora. O que conforma Barbados como *ilha* ou *comunidade* são as relações e articulações políticas dos moradores.

Dado os contextos socioambiental, político e jurídico e os inúmeros agentes externos relacionados a eles, o cotidiano das *ilhas* e *comunidades* também é por eles constituído. Os moradores mobilizam em suas articulações – políticas ou não - o uso de denominações sobre o território, como as categorias *ilha* e *comunidade*, e se autodefinem enquanto população tradicional caiçara e/ou pescador artesanal – em relação aos contextos e agentes. Portanto, as categorias *ilha*, *comunidade*, *caiçara* e *pescador artesanal* são simultaneamente articuladas em contextos e situações específicas: são processos paralelos que revelam a multiplicidade de agentes e situações.

Apresentamos aqui um panorama geral do contexto em que vivem várias vilas rurais de caiçaras e pescadores artesanais, no município de Guaraqueçaba. Damos destaque à relação dos moradores com o Parque Nacional do Superagui revelando várias dimensões que permeiam esse contexto principal. A descrição e análise a partir do trabalho de campo realizado principalmente em Barbados, mas também em outras vilas e momentos políticos, me permitem pensar que embora exista um conflito principal entre populações tradicionais e Unidade de Conservação, ele é composto por inúmeros outros conflitos e questões dos moradores em seu cotidiano e dinâmicas internas. Assim como esse conflito principal é também composto por um grande número de relações e articulações políticas dos moradores com inúmeros agentes externos.

A fim de compreender as articulações e arranjos que compõem o contexto socioambiental, político e jurídico, descrevi o cotidiano dos moradores considerando e mapeando todas as relações e projetos realizados com agentes externos que pude conhecer durante o trabalho de campo. Várias relações que compõem esse quadro são rapidamente comentadas e pouco exploradas, pois não tive a oportunidade de presenciar

todos esses momentos. Nesse sentido, essa dissertação abre muitas questões que ainda não posso responder, mas que servem como um horizonte possível para a continuação dessa pesquisa. A região está passando por um período de efervescência de ações políticas dos moradores e de projetos relacionados ao reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais. Arrisco dizer, que o trabalho de campo e a pesquisa sobre as *ilhas e comunidades* na região do Parque Nacional do Superagui, ainda estão em seu início, pois há muito ainda a ser falado e compreendido.

Por fim, destaco a importância de pesquisas que olhem para o litoral norte paranaense a partir de seus moradores, pois além da diversidade de atributos naturais, a região está em um contexto que possibilita ricas reflexões e entendimentos sobre as relações e processos envolvidos sobre o tema “populações tradicionais em Unidades de Conservação”. Afirmo, nesse sentido, a importância de pesquisas que tenham como foco a vida dos moradores, pois embora o seu cotidiano seja afetado pela presença de Unidades de Conservação em seu território, a vida flui: as pessoas estão trabalhando, vivendo, festejando. É necessário realizar mais estudos etnográficos para dar conta da complexidade que permeia a vida da população da Ilha do Superagui e da Baía de Pinheiros. Penso também na contribuição que esse estudo pode vir a dar para a luta dos moradores no reconhecimento de seus direitos básicos. Que essa dissertação possa instigar os pesquisadores a lançarem novos olhares e perspectivas sobre a região, tomando seus moradores como agentes ativos no desenrolar de sua história.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. “As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar”. in: **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 43, n. 1, pp. 145-182, 2000.

(_____.) **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

ARRUTI, José Maurício A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. In: **Mana**, vol.3, n. 2, Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 1997.

BARRETO FILHO, H. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C; MURRIETA, R & NEVEVES, W. (org.). **Sociedades Caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

BAILEY, F.G. Gifts and poison. In: BAILEY, F.G. (org.). **Gifts and Poison. The Politics of Reputation**. New York: Schocken Books, 1971.

BAZZO, J. **Mato que vira mar, mar que vira mato: O território em movimento na vila de pescadores da Barra da Ararapira (Ilha do Superagui, Guaraqueçaba, Paraná)**. 292f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BRASIL. Decreto nº 16.677. Aprova o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 29/09/1944.

(_____.) Lei Federal nº: 4.771. Institui o novo Código Florestal. Brasília, 15/09/1965.

(_____.) Decreto nº 84.017. Aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Brasília, 21/09/1979.

(_____.) Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p. 1988.

(_____.) Lei nº 7.732. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências. 14/02/1989.

(_____.) Lei nº 7.735. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. 22/02/1989.

(_____.) Decreto nº 97.688. Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui, e dá outras providências. Brasília, 25/04/1989.

(_____.) Lei Federal nº 9.513. Amplia os limites do Parque Nacional do Superagui, criado pelo Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989. Brasília, 20/11/1997.

(_____.) Decreto nº 5.051. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, 19/04/2004.

(_____.) Decreto de 27 de dezembro de 2004. Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. Brasília, 27/12/2004.

(_____.) Decreto de 13 de julho de 2006. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Brasília, 13/06/2006.

(_____.) Decreto nº 6.040. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 07/02/2007.

(_____.) Lei nº 11.516. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, 28/08/2007.

(_____.) Lei Federal nº 12.828. Cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná. Brasília, 20/06/2013.

BUCO; ZADRA; VANDRESEN. Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais: Na construção da visibilidade social e na luta pelo reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados. **Revista Capital Científico** – Eletrônica (RCCe). vol. 11, n.3. Setembro/dezembro 2013.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. **Populações tradicionais e conservação**. 1999. Disponível em: www.socioambiental.org/inst/sem/amazonia/macapa/doc.htm

(_____.) Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspás**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, M. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: **Cultura com aspás**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CHAVES, C. **A Marcha Nacional dos Sem Terra, Um estudos sobre a fabricação do social**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFPR, 2000.

COMERFORD, John. **Como uma Família: Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

COPEL. **Copel Informações, ano. 40, ed. 294**. jan/fev 2010.

COSTA-NETO, E. Restrições e preferências alimentares em comunidades de pescadores do município do Conde, Estado da Bahia, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, 13(2). Maio/Agosto, 2000.

CULTIMAR. **As Lendas na Educação Caiçara**. (não possui ano de publicação), disponível em: <http://cultimar.org.br/site/educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental/livro-as-lendas-na-educa%C3%A7%C3%A3o-cai%C3%A7ara.html>.

CULTIMAR. **Mapa de Uso Caiçara**. (não possui ano de publicação), disponível em: <http://cultimar.org.br/site/conserva%C3%A7%C3%A3o/mapa-de-uso-cai%C3%A7ara.html>.

CULTIMAR. **Recursos Naturais da Vida Caiçara**. (não possui ano de publicação), disponível em: <http://cultimar.org.br/site/conserva%C3%A7%C3%A3o/recursos-naturais-da-vida-caicara.html>.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

(_____.) A mudança como modelo cultural: O caso da Cultura Caiçara e a urbanização. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.) **Enciclopédia Caiçara volume 1**. São Paulo, HUCITEC – NUPAUB/CEC-USP, 2004.

DENARDIN, Valdir et al. Farinha de mandioca no litoral paranaense: um produto com potencial agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2. Pp. 2420 – 2424. nov. 2009.

DUARTE, L. **Argonautas do Superagui: identidade, território e conflito em um parque nacional brasileiro**. 203f. Dissertação (Mestrado em Planejamento territorial e desenvolvimento socioambiental) – Centro de Ciências Humanas e Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

FERNANDES, R. C. Produto e processo: desafios para o antropólogo na elaboração de laudos de impacto ambiental. In: Ilka Boaventura Leite. (Org.). **Laudos Periciais Antropológicos em Debate**. Florianópolis: Nova Letra, 2005, v. , p. 191-206.

FOSTER, G. "What is Folk Culture". In: *American Anthropologist*, New York, v.55, 1963.

GALLOIS, D. (org.). **Redes de relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: FELDMAN- BIANCO, Bela. (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos**. São Paulo: Global, 1987 [1958]. p. 227-267.

GÓES, P. **Infinito Povoado: domínios, chefes e lideranças em um grupo indígena do Alto Juruá**. 185f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia. Universidade Federal do Paraná, 2009.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná**. Tese (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

HARTUNG, Miriam Furtado. 2009. “Saberes reversos ou o difícil diálogo entre saberes ‘tradicionais’ e poderes estatais”. **Antropologia em Primeira Mão**. n°115. Florianópolis: PPGAS/UFSC.

INGOLD, T. **The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill**. London: Routledge, 2000.

KASHIWAGI, Helena Midori. **Representações da Paisagem no Parque Nacional de Superagui: a homonímia signica da paisagem em áreas preservadas**. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

KASSEBOEHMER, Ana Livia & SILVA, Ivan Crespo. O Olhar de Pesquisador sobre Guaraqueçaba, Paraná: diagnóstico e análise crítica da produção científica relacionada ao município. **FLORESTA**, v. 39, n. 3 (Curitiba). Pp. 643-658, jul./set. 2009.

KERSTEN, Marcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Parana entre 1938-1990**. 325f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Parana, Setor de Ciencias Humanas, Letras e Artes. Curitiba, 1998.

LANNA, M. . **A dívida divina; troca e patronagem no nordeste brasileiro**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

LATOUR, B. **Reagregando o social: Uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LICHTSTEINER, Nilva. **Memória e Narrativa Através das Cartas de William Michaud (1848 – 1902)**. Trabalho de conclusão de curso - História / Universidade Tuiuti do Paraná, 2008.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Série Antropologia**. n. 174. Brasília: Departamento de Antropologia. 2002.

LOPES, J. **Superagui Informações Históricas**. Curitiba: Instituto Memória Editora e Projetos Culturais, 2009.

MARQUES, A.; VILLELA, J. O que se diz, o que se escreve: etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. **Rev. Antropol.** [online]. 2005, vol.48, n.1, pp. 37-74.

MARTINS, P. **Um divertimento trabalhado: Prestígios e rivalidades no Fazer Fandango da Ilha dos Valadares**. 123f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.

MUSSOLINI, G. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NAVEIRA, M. **Yawanawa: da guerra à festa**. 213f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

Nova Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Pescadores artesanais da Vila de Superagui, município de Guaraqueçaba, Paraná. Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Azevedo Marin, (Coord); autores Roberto Martins de Souza, Dimas Gusso. – Guaraqueçaba, Paraná: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. (fascículo 16).

OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **Mana**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, pp.47-77, 1998.

OLIVEIRA, M. E. A.; RIBEIRO JR. R. 2010. Novos movimentos sociais no sul do Brasil: a afirmação territorial dos povos e comunidades tradicionais a partir da cartografia social. In: **IV Simpósio lutas sociais na América Latina**, 2010, Londrina. Anais IV Simpósio lutas sociais na América Latina.

ORTNER, S. 2007. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra.

PRADO, M. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas. In: STEIL, C; CARVALHO, I. (org.). **Cultura, percepção e ambiente: diálogo com Tim Ingold**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

REDFIELD, R.. "The Social Organization of Tradition". In: POTTER, J. et alii. **Peasant Societies**. Boston: Little Brown. 1971.

ROCHA, E. **Nomes, rezas e anzóis: tradição e herança caiçara**. 101f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

ROTHEN, L. **A vida na Barra. Etnografia de uma comunidade de pescadores do litoral norte Paraná**. 129f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

SCHIOCCHET, L. **O que o homem proíbe na terra, Deus traz pelo mar: Conhecimento, conflito e mito na Vila da Barra do Superagui**. 184f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de conservação: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso

Nacional. - São Paulo: **Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**, 2000. 2ª edição ampliada. 76 p. - (Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica : série conservação e áreas protegidas, 18).

VIVEKANANDA, G. **Parque Nacional do Superagüi: a presença humana e os objetivos de conservação**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós Graduação em Engenharia Florestal / UFPR. Curitiba, 2001.

VON BEHR, Miguel. **Guarakessaba, Paraná, Brasil: passado, presente, futuro**. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

WADE, Peter. 2000. “Introduction”, In P. Wade (ed.). **The Right to Difference is a Fundamental Human Right**. GDAT Debate. Manchester: University of Manchester, 1999.

WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**, Brasília, p. 11-73, 1990.

ANEXOS

Anexo A

Carta aberta do MOPEAR.



MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS DO LITORAL DO PARANÁ – MOPEAR
MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL - MPP

CARTA ABERTA A SOCIEDADE BRASILEIRA

ENCONTRO SOBRE A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS PROVOCADOS PELOS PARQUES NACIONAIS EM TERRITÓRIOS DE COMUNIDADES CAIÇARAS E PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS NO PARANÁ

Somos comunidades tradicionais caiçaras, Ilhéus do Rio Paraná, Pescadores e Pescadoras Artesanais atingidos por Parques Nacionais no Estado do Paraná. Estivemos reunidos na Vila de Superagui no dia 06 de dezembro de 2013 para denunciar injustiças praticadas pelo ICMBio contra os DIREITOS de nossos povos, em especial nesse encontro, as comunidades caiçaras, pescadores e pescadoras artesanais atingidos pelo Parque Nacional de Superagui, em Guaraqueçaba, PR.

Com apoio e presença de diversas instituições e movimentos, dentre eles: comunidades Faxinalenses, Indígenas, Benzedeiras, Cipozeiros, Ilhéus do Rio Paraná, Caiçaras, grupos de fandango, além de representantes de Universidades/Instituto Federal, Conselho Estadual de Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Paraná, Ministério Público Estadual – CAOPDH, Secretaria Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, além de diversos movimentos sociais do Paraná.

Estamos aqui reunidos para denunciar o preconceito, a violência e o descaso que vem sofrendo nossas comunidades tradicionais da parte dos órgãos ambientais, em especial do ICMBio, ao criminalizar nossas comunidades e impedir o avanço de iniciativas e entendimentos baseados no diálogo democrático, uma vez que nosso interesse é verdadeiramente participar da elaboração do Plano de Manejo do PNS, para tanto o ICMBio necessita reconhecer nossos direitos territoriais.

Denunciamos medidas e tomadas de decisão autoritárias e arbitrárias de gestores em posição de poder, que tem promovido a ampliação da desigualdade e da exclusão social em nossas comunidades, ao desconstituir direitos territoriais, ignorar o reconhecimento e a efetivação de nossos direitos, e impedir a reprodução do modo de vida de nossas comunidades, compatíveis com a conservação dos recursos naturais.

Denunciamos o ocultamento dos efeitos do Parque Nacional de Superagui sobre nossa identidade étnica e territorial nos “estudos” encomendados pelo ICMBio e, contestadas por Parecer Técnico de pesquisadores independentes.

Denunciamos a forma como os órgãos ambientais ignoram e descumprem políticas públicas e legislações de interesse de povos e comunidades tradicionais, conforme menciona a CF 216º, o art 28º da Lei 9.985/2000 (SNUC) e a própria Lei da Mata Atlântica em seus art. 9º e 26º. Cobramos imediata aplicação do disposto na Convenção 169 da OIT, em especial em seu artigo 6º, que determina a consulta aos povos e comunidades tradicionais interessados, “por meio de procedimentos adequados sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-las diretamente”. Princípios estes presentes nos instrumentos de gestão participativa previstas na Lei do SNUC.

Considerando as denúncias apresentadas no decorrer do Encontro, requeremos ao ICMBio: 1) a realização de novos “estudos” através da verdadeira participação das comunidades afetadas pelo PNS, antes da aprovação do Plano de Manejo; 2) A elaboração de Laudo Antropológico das comunidades afetadas pelo Parque Nacional de Superagui, conforme recomendação da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, como condição para aprovação pelo ICMBio dos Estudos de Usos Público e Turismo e Relatório Socioeconômico, Histórico e Cultural do PNS, e 3) Definir um espaço de discussão com as comunidades para que elas explicitem quais usos são necessários para sua reprodução social e, que o ICMBio forneça o acesso imediato a seus territórios tradicionais para que realizem seu modo de vida conforme manda a legislação do SNUC e da Lei da Mata Atlântica, além da Constituição Federal em seu art. 216º, e o Decreto Federal n. 6040/2007.

Confiantes na justiça como guia do Estado Democrático de Direito, e na Constituição Federal, que nos assegura a dignidade e a igualdade pelo reconhecimento da nossa diferença, exigimos o cumprimento da legislação federal no que concerne aos direitos dos povos e comunidades tradicionais no Sul do Brasil.

Na terra e no mar: nós vamos lutar!!!

Coordenação MOPEAR/MPP

Anexo B

Carta do MOPEAR solicitando apoio ao Movimento.



MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS DO LITORAL DO PARANÁ – MOPEAR
MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL - MPP

Guaraqueçaba, 13 de dezembro de 2013

A _____
 Órgão/Instituição: _____

Prezado Sr(a)

Vimos por meio desta encaminhar em anexo documento intitulado **“PARECER TÉCNICO SOBRE OS ESTUDOS PRELIMINARES ENCOMENDADOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DE SUPERAGUI - GUARAQUEÇABA – PR”**.

O referido “Parecer Técnico” foi produzido por solicitação do Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná – MOPEAR e pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil – MPP, tendo como objetivo apurar inconsistências teóricas e metodológicas encontradas nos documentos oficiais apresentados pelo ICMBio, doravante denominados: Estudos Socioeconômicos da região do Parque Nacional de Superagui e Estudos para Uso Público e Turismo do Parque Nacional de Superagui.

Partindo desse contexto, diversos pesquisadores e professores de instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, que tiveram contato com os estudos técnicos apresentados pelo ICMBio, aceitaram a tarefa de fazer uma leitura atenta desses estudos e, de assim, produzir o presente Parecer Técnico, apresentado no dia 06/12/2013 em Encontro organizado pelo MOPEAR/MPP, na presença dos Gestores do Parque Nacional de Superagui – PNS (Sra Guadalupe Vivekinanda e Sr Marcelo Bressolin) e do Coordenador da Regional Sul do ICMBio (Sr. Daniel Penteado), além de diversas autoridades públicas, movimentos sociais e comunidades atingida pelo PNS.

Preocupou-nos nesta reunião, que apesar de todo esforço de diálogo dos pescadores artesanais e caiçaras em serem escutados, o ICMBio silenciou, ao não declarar qual procedimento seria adotado no que se refere a validação dos estudos/relatórios gerados a pedido do órgão à consultoria e apresentados como

concluídos no evento, uma vez que o Parecer Técnico encomendado aos pesquisadores pelo nosso movimento (Mopear/MPP) contradiz as explicações técnicas e mostra as incoerências e ausências no relatório oficial.

Importa salientar também que, o MOPEAR/MPP apresentou 3 propostas ao ICMBio (Carta Aberta – em anexo), e que nenhuma delas foi acatada, ou pelo menos, indicado um encaminhamento para resolução dos conflitos gerados pelo Parque Nacional, o que denota claramente a falta de interesse em dialogar com os pescadores artesanais e caiçaras, ou seja, mais uma prova do autoritarismo que impera neste órgão.

Nesse sentido, solicitamos Vosso apoio, a fim de encontrarmos uma solução que atenda os direitos dos pescadores artesanais e caiçaras atingidos pelo Parque Nacional de Superagui.

Atenciosamente,

Coordenação MOPEAR/MPP
NA TERRA OU NO MAR, NÓS VAMOS LUTAR!!!